

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

RENATA CORDEIRO PEGUIN

**CEMITÉRIO DOS HERÓIS: conflitos entre o patrimônio cultural,
apropriações e a educação patrimonial**

Aquidauana – MS
2023

RENATA CORDEIRO PEGUIN

**CEMITÉRIO DOS HERÓIS: conflitos entre o patrimônio cultural,
apropriações e a educação patrimonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, como requisito para obtenção do título em Mestra em Estudos Culturais, sob a orientação da Prof. Dr^a. Patrícia Zaczuk Bassinello, e coorientação do Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes.

**Aquidauana – MS
2023**

PEGUIN, Renata Cordeiro. **Cemitério dos Heróis: conflitos entre o patrimônio cultural, apropriações e a educação patrimonial**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2023.

RESUMO

Considerando os conflitos e tensões da herança moderno-colonial existentes na história e nas práticas de preservação patrimoniais brasileira, o objetivo desse estudo é analisar como o patrimônio Cemitério dos Heróis, situado em Jardim, Mato Grosso do Sul, é reconhecido, apropriado, e ressignificado pelos atores locais. O percurso metodológico se deu na interpretação das diferentes linguagens e apropriações sobre o cemitério. Para tanto, sob um olhar da paisagem cultural e da educação patrimonial decolonial, realizamos a análise de atas oficiais acerca do tombamento, entrevistas com o poder público, questionário semiestruturado para a comunidade local e professores da rede estadual do município. Os resultados demonstraram que o percurso de patrimonialização do espaço reproduziu o modelo epistêmico eurocêntrico, e que dado isso, o sentimento de pertencimento da comunidade para com o patrimônio, não se faz presente. Além disso, concluímos que, atualmente, o espaço é reconhecido pela sua relevância histórica, no entanto, não é apropriado e nem ressignificado pelos atores locais, o que comprova a teoria de que “conhecer para preservar” não é um único suporte para a efetividade dos bens na relação entre sujeito e patrimônio, sendo, portanto, proposto a adoção de uma educação patrimonial decolonial que considere a alteridade e a ecologia dos saberes na formação e construção de patrimônios contra hegemônicos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Cemitério dos Heróis; Decolonialismo; Educação Patrimonial; Estudos Culturais.

ABSTRAT

Considering the conflicts and strengths of the modern-colonial heritage existing in the history and practices of Brazilian heritage preservation, the objective of this study is to analyze how the Cemitério dos Heróis heritage, located in Jardim, Mato Grosso do Sul, is recognized, appropriated, and resignified by local actors. The methodological course took place in the interpretation of the different languages and appropriations about the cemetery. To do so, from a perspective of the cultural landscape and decolonial heritage education, we carried out the analysis of official minutes about the listing, interviews with public authorities, semi-structured interaction for the local community and teachers from the state network of the municipality. The results disappointed that the path of patrimonialization of the space reproduced the Eurocentric epistemic model, and that given that, the feeling of belonging of the community towards the heritage, is not present. In addition, we conclude that, currently, the space is recognized for its historical tradition, however, it is not appropriated or resignified by local actors, which proves the theory that "knowing to preserve" is not a single support for the tribe of goods in the relationship between subject and heritage, therefore, the adoption of a decolonial heritage education that considers the otherness and ecology of knowledge in the formation and construction of counter-hegemonic heritage is proposed.

Keywords: Cultural Heritage; Cemetery of Heroes; Decolonialism; Heritage Education; Cultural Studies.

RENATA CORDEIRO PEGUIN

**CEMITÉRIO DOS HERÓIS: conflitos entre o patrimônio cultural, apropriações e
a educação patrimonial**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Zaczuk Bassinello
PPGCult/ UFMS

Arguidor: Prof. Dr. Rafael Alves Pinto Junior
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás

Arguidor: Prof. Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto
PPGCult/ UFMS

Arguidor e coorientador: Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes
PPGCult/ UFMS

Aquidauana, 27 de fevereiro de 2023.

DEDICATÓRIA

A Renata de anos atrás, que um dia acreditou não ser capaz dessa vitória.

Você conseguiu!

AGRADECIMENTOS

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu” [Eclesiastes 3:1]. Em muitos momentos da minha vida, ansiei por um dia realizar um mestrado, e hoje, agradeço a Deus pela oportunidade me dada, pela sabedoria em abraçar a oportunidade, assim como, por ter conseguido encerrar esse ciclo que devido as condições pandêmicas dos últimos anos, muitos não puderam. Por isso, sou grata!

A meu marido, João Henrique, que mesmo diante das dificuldades se manteve ao meu lado, me apoiando, incentivado e proporcionando condições emocionais e financeiras para eu chegasse onde cheguei. Agradeço pelo seu coração bondoso, justo e por sempre cuidar de mim. Te amo!

Aos meus pais, Pedro e Cleide, que desde pequena estiveram presentes me alertando da importância da educação na concepção de um ser humano mais empático e justo, mais também, em batalhar de corpo e alma pelos meus sonhos pessoais e profissionais. Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhas, só Deus, meu celular e eu, sabemos como vocês foram conforto para minha mente e coração em momentos de saudades e surtos acadêmicos (*risos*). Por isso eu peço, abençoa, Senhor, as famílias. Abençoa, Senhor, a minha também!

A minha psicóloga Kátia Paula Peixoto, que sempre se fez presente. Por meio da sua escuta me sinto acolhida, compreendida e inspirada a ser uma mulher melhor para o mundo, mais, principalmente, para mim mesma.

As minhas amigas e amigos, que aqui não caberia citá-los, obrigada por sempre me colocarem para cima, vossos conselhos e experiências me fortaleceram a persistir no caminho, que todas as pessoas possam ter amizades saudáveis e sinceras como a nossa, obrigada por tudo!

Aos meus orientadores, as poucas palavras aqui descritas jamais expressariam a gratidão que sinto por tê-los nessa pesquisa e em minha vida.

Patrícia sempre serena e paciente, compreendeu minhas expectativas e me levou a um percurso de descobertas inimagináveis com uma delicadeza e humildade, que com certeza, transformou minha percepção sobre o mundo acadêmico e seus tabus.

Aguinaldo com sua sabedoria e disposição em ajudar demonstrou ser um tipo de orientador e pessoa que todos gostariam de ter por perto. Suas falas, indicações e direcionamentos foram essenciais para minha descoberta como pesquisadora. Sem vocês

dois, bem como, os outros professores que tive contato ao decorrer do mestrado, nada disso seria possível.

Agradeço a banca, professores Firmino e Rafael pela atenção dada a esta pesquisa desde nosso primeiro contato. Eu e meus orientadores fomos felizes em escolher pessoas tão acolhedoras, educadas e com um vasto conhecimento como o de vocês. Que possamos nos reencontrar em breve, seja com outros estudos ou para um belo café da tarde. Obrigada por suas contribuições!

Por fim, agracio à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monumento Nhandepá, em Bela Vista -MS.....	67
Figura 2 - Estátua de Antônio João, situada no município Antônio João, MS.....	68
Figura 3 - Tronco original onde foi escrito: Cambaracê.	69
Figura 4 - Quadro com a relação dos soldados deixados para trás durante a Retirada da Laguna.	70
Figura 5 - Antigo estacionamento e entrada principal do cemitério.....	72
Figura 6 - Vista aérea da implantação dos túmulos no terreno	73
Figura 7 - Vista frontal da implantação dos túmulos no terreno	74
Figura 8 - Imagem aérea do terreno.....	74
Figura 9 - Diferença da antiga calçada e as que foram construídas posteriormente	75
Figura 10 - Mosaico com nome da cidade à frente dos túmulos.	76
Figura 11 - Vista do Jardim da Saudade, cemitério-parque.	77
Figura 12 - Túmulo do cantor e compositor Raul Seixas.....	78
Figura 13 - Vista aérea após a revitalização do cemitério de 2020.	79
Figura 14 - Vista aérea com destaque ao novo estacionamento e abertura de um acesso para veículos na lateral	79
Figura 15 - Capela construída para adoração e rituais.....	80
Figura 16 - Ampliação da calçada de acesso principal.....	80
Figura 17 - Construção do pátio para formaturas.	81
Figura 18 - Implantação dos elementos arquitetônicos e símbolos do cemitério.	82
Figura 19 - Marco histórico situado no cemitério dos heróis.	83
Figura 20 - Cruzeiro na lateral direita da passarela principal.....	84
Figura 21 - Placas e banners para exposição no cemitério.	85
Figura 22 - Espaço destinado as placas para visitas e exposições oficiais.	85
Figura 23 - Vista geral da área principal do cemitério.	86
Figura 24 - Capela do cemitério dos heróis em Jardim-MS.....	87
Figura 25 - Túmulos centrais no cemitério dos heróis, Jardim-MS.	88
Figura 26 - Sepultura do José Francisco Lopes, o guia Lopes.	89
Figura 27 - Banner e embarcação utilizada pela coluna expedicionária.	90
Figura 28 - Sepultura do guia Lopes.	91
Figura 29 - Túmulo de João Francisco Lopes.	92

Figura 30 - Identificação do túmulo de João Lopes e elementos neoclássicos.	93
Figura 31 - Escritos grifados no túmulo dos comandantes.....	94
Figura 32 - Jazigo onde foram enterrados os corpos do Cor. Camisão e o Ten. Juvêncio.	95
Figura 33 - Monumento representando uma bandeira a meio mastro em sinal de luto oficial.....	96
Figura 34 - Placas memorialísticas fixadas na bandeira.....	97
Figura 35 - Placas memorialísticas.....	98
Figura 36 - Túmulo anônimo situado no cemitério.	99
Figura 37 - Análise da vista posterior do túmulo anônimo.	100
Figura 38 - Vista frontal da delimitação dos túmulos e construções.....	101
Figura 39 - Você já visitou o Cemitério dos Heróis localizado em Jardim, Mato Grosso do Sul?.....	104
Figura 40 - Disposição do Cemitério em relação ao CAT, e o percurso não pavimentado.	105
Figura 41 - De 01 a 05, qual nota você daria para a estrada de acesso ao Cemitério dos Heróis.	106
Figura 42 - Comentários extraídos do Google Maps.....	107
Figura 43 - Análise da vizinhança do "Cemitério dos Heróis".....	109
Figura 44 - Cruzeiros e Ebós utilizados nas práticas religiosas.....	111
Figura 45 - Ebós.	112
Figura 46 - De 01 a 05, qual nota você daria ao espaço quanto um local de potencialidade para o turismo na região?.....	113
Figura 47 - De 01 a 05, qual nota você daria para o Cemitério dos Heróis como um local de lazer?.....	114
Figura 48 - Se na pergunta anterior, sua resposta foi SIM, o conteúdo foi ministrado de que forma?.....	122
Figura 49 - A visita, foi guiada por alguma escola ou por interesse próprio?.....	124
Figura 50 - Se você já visitou o Cemitério dos Heróis em Jardim -MS. De 01 a 05, qual nota você daria sobre sua experiência?.....	124
Figura 51 - Comentário do Google Maps.....	125
Figura 52 - De 01 a 05, qual nota você daria para o Cemitério dos Heróis como um local de potencialidade educacional?	125
Figura 53 - Comentários sobre experiências de visitação.	128

Figura 54 - Você acredita que o Cemitério dos Heróis é utilizado pela população de Jardim, seja para meios turísticos ou educacionais?..... 129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O PATRIMÔNIO EM PROCESSO	15
1.1 ANTECEDENTES	15
1.1.1 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NA GÊNESE COLONIALISTA	18
1.2 A ESTÉTICA TOMADA PELO EUROCENTRISMO.....	25
1.3 O PATRIMÔNIO MODERNO	30
2 POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL HORIZONTALIZADA	34
2.1.1 A NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	37
2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO ESCOLAR	40
2.3 CONCEPÇÕES DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	44
3 CEMITÉRIO DOS HERÓIS: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DO LUGAR	49
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	52
3.1.1 A Retirada da Laguna, um recorte histórico e a constituição do cemitério	56
3.1.2 O tombamento: do monumento histórico ao patrimônio cultural	59
3.2 ANÁLISE IMAGÉTICA: ENTRE ARQUITETURA, SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS	71
3.3 PATRIMÔNIO DE QUEM PARA QUEM?	102
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A	149
APÊNDICE B	153

INTRODUÇÃO

Para compreender como se desenrolou o processo de escrita e as motivações para essa pesquisa, precisamos retomar a novembro de 2019, quando, em meio ao encerramento da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, fui tomada pela decisão de mudar para o estado do Mato Grosso do Sul, e iniciar uma nova vida no município de Jardim.

Sem o conhecimento prévio de pessoas ou de como era a cidade, fui ligeiramente pesquisar sobre o local na internet. Para surpresa, descobri que a cidade era próxima a Bonito, um dos inúmeros lugares que estavam listados em *um dia* visitar. Em busca de mais informações, me deparo com o Cemitério dos Heróis, que ao analisar alguns escritos, percebi se tratar de um espaço memorativo e relacionado a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

E assim, me vi animada com a mudança, afinal, como arquiteta e urbanista ter em sua cidade um patrimônio cultural seria uma grande oportunidade de me relacionar com pessoas, apreciar conteúdos estudados e saberes que até então eu havia apenas discutido em sala de aula.

Minha mente, naquele momento, tinha uma leitura dos patrimônios culturais por uma perspectiva unicamente pautada na arquitetura (romântica), e em como são inspiradores, contam histórias, remetem memórias e saberes, ou melhor, os vislumbrava como algo fantástico e perfeito, que deveria ser preservado e aplaudido. E que na prática, as diretrizes que constituíam os patrimônios na Constituição Brasileira de 1988, já era algo bem discutido e abraçava todos os grupos e culturas de forma democrática.

Essa minha visão cristalizada dos patrimônios começou a ser questionada logo que cheguei em Jardim, quando ao perguntar a um colega sobre o Cemitério dos Heróis, fui surpreendida ao fato dele responder, *sei que existe, mais, nunca fui e não sei nem onde fica*. Fiquei pasma!

Em minhas conversas informais, pedindo dicas de onde ir, o que comer e afins, o Cemitério dos Heróis não era citado. E isso me intrigou, como assim, um patrimônio cultural tombado numa região turística e ninguém fala dele?! Isso realmente não entrava na minha cabeça, não achava coerente.

Alguns meses se passaram, e a oportunidade de adentrar no mestrado em Estudos Culturais chegou. Pensei, é a minha chance de estudar sobre isso, entender qual é o problema que tem com este espaço que eu não sei? Por que o turismo não usa este espaço? E a população, sabe que existe? Eu realmente tinha algumas inquietações.

E assim, fiz. Entrei no mestrado pronta para discutir essas relações, conflitos e propor soluções que aproximassem o turismo cultural do patrimônio Cemitério dos Heróis.

No primeiro semestre como aluna, minha cabeça explodiu. As leituras e perspectivas dos Estudos Culturais me apresentaram a primeira resposta, os patrimônios culturais não são perfeitos. Eles carregam com si dicotomias, e em muitos casos, falham em representar a cultura de povos ou a “cultura” sobreposta em uma nação, entre o material - as coisas, e o imaterial - os sujeitos.

Isto me fez perceber que “o debate sobre os patrimônios não deve limitar-se à tarefa de descobrir, defender e preservar identidades supostamente dadas” (GONÇALVES, 2015, p. 2013). É preciso que objetos que integram um patrimônio assumam uma “ressonância”¹ junto ao seu público.

E que nesta relação patrimônio, poder público e comunidade, existe um controle de poder, infiltrado diariamente pela colonialidade do ser e saber, implicando no silenciamento de grupos e classes, no apagamento de culturas e memórias, no afastamento de pertencimentos e em alguns casos, propagando ódio, racismo e preconceitos.

Neste sentido, o suporte teórico por um viés decolonial foi importante na desconstrução do meu próprio pensamento cristalizado no trato para o patrimônio. Por meio desta perspectiva, temos a possibilidade de identificar e reconstruir histórias silenciadas, sujeitos, saberes e práticas subalternizadas, e assim, conciliar o rompimento da lógica imposta pela totalidade e ao mesmo tempo, considerar as contribuições herdadas pelas concepções eurocêntricas para o processo de descolonização (BALLESTRIN, 2013).

¹ Por “ressonância” utilizo o sentido dado pelo historiador Stephen Greenblatt (1991): quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GREENBLATT, 1991, p. 42).

A este processo de re-conhecimento acerca dos patrimônios culturais, assumo hoje sua perspectiva valorativa e informativa, e por isso, tomo-o como um instrumento valioso para educação da população, principalmente, aqueles que se enquadram em classes mais baixas e menos favorecidas pelo sistema capitalista e preconceituoso do mundo.

Sua beleza no objeto ou nos modos de fazer é tão grandiosa quanto sua capacidade de formação crítica e reflexiva sobre política, cidadania, economia, religiosidades, etnias, genealogias, ideologias e memórias. Além disso, o fato do meu objeto de pesquisa ser um cemitério, desde o início, foi uma feliz coincidência, afinal, os cemitérios por si próprio já são locais capazes de instigar diversas áreas de conhecimento e pesquisas e contribuem para o diálogo entre passado, presente e futuro das gerações (BELLOMO, 2000).

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar como o patrimônio Cemitério dos Heróis, localizado no município de Jardim, Mato Grosso do Sul, é reconhecido, apropriado, e ressignificado pelos atores locais.

A análise desse patrimônio foi pautada sob o olhar da perspectiva da paisagem cultural com apoio da educação patrimonial decolonial, por serem instrumentos de sensibilização efetivos no reconhecimento e uso de patrimônios culturais *pela e para* a sociedade.

O percurso metodológico se deu na interpretação das diferentes linguagens e apropriações sobre o cemitério, contanto com a análise de atas oficiais acerca do tombamento, entrevistas com o poder público, questionário para a comunidade local e percepções de professores da rede estadual do município.

O intuito foi justamente trazer um “manifesto da importância do enfoque histórico sobre objetos ou imagens, enfoque que não é mais tributário ‘do belo’ como era de praxe na história da arte tradicional” (BAXANDALL; PEREIRA, 2006, p. 19), bem como, no campo patrimonial.

A estrutura da dissertação foi elaborada pensando em trazer para a discussão os desafios sociais e políticos historicamente ligados aos patrimônios culturais, demonstrando sua potencialidade enquanto instrumento pedagógico e emancipador. E como isso ocorre no caso específico do Cemitério dos Heróis.

Para tanto, no primeiro capítulo iremos dialogar sobre o processo constituinte do que hoje entende-se por patrimônio cultural, bem como, os impactos do colonialismo nesse campo de relevância histórica para preservação de memórias e identidades de grupos sociais. Ao citar os impactos do colonialismo, estamos objetivando assimilar a

lógica da colonialidade que se propaga há séculos nas relações entre saberes e modos de vida.

Cientes da necessidade de se contrapor as práticas preservacionistas tradicionais que ainda refletem nesta área, buscamos neste segundo capítulo, traçar novas possibilidades de inter-relação entre patrimônio e educação, utilizando como suporte teórico autores que fomentem a “nova educação patrimonial” por viés descolonizador, ou seja, que legitime os saberes e os modos de viver de todos os grupos sociais de forma democrática e reflexiva, tornando os sujeitos a chave central dos patrimônios culturais.

Ao fim, o terceiro capítulo é composto pelo estudo de caso do Cemitério dos Heróis, onde buscou-se discutir sobre seu processo de tombamento, suas características simbólicas e estéticas, bem como, sua relação com a cidade, os munícipes, objetivando, enfim, responder se o espaço é reconhecido, apropriado e ressignificado pelos atores locais.

1 O PATRIMÔNIO EM PROCESSO

“É preciso erguer o povo à altura da cultura e não rebaixar a cultura ao nível do povo.”

Simone de Beauvoir

Neste primeiro capítulo, iremos dialogar sobre o processo constituinte do que hoje entende-se por patrimônio cultural, bem como, os impactos do colonialismo nesse campo de relevância histórica para preservação de memórias e identidades de grupos sociais. Ao citar os impactos do colonialismo, estamos objetivando assimilar a lógica da colonialidade que se propaga há séculos nas relações entre saberes e modos de vida.

A reflexão crítica da formação do conceito do patrimônio, que permanece em um constante processo, auxiliará na compreensão do tombamento do objeto central deste trabalho, explicitando como a experiência colonial afeta diretamente o campo patrimonial e educacional.

1.1 ANTECEDENTES

Definir o termo “patrimônio cultural” não é um simples ato, isto pois, quando separadas, as palavras possuem diversas interpretações e conceituações desenvolvidas por diferentes áreas de estudos e, que, portanto, não são compreendidas como algo estático. Atualmente, o termo refere-se a “um conjunto de bens histórico – artístico e/ou histórico-cultural” que seja relevante para uma comunidade e/ou grupo social, e que seja regulamentado por leis e ações de preservação (GONÇALVES, 2015).

Esse entendimento surgiu com base no significado de raridade proposto pela epistemologia de *patrimonium*, que em latim faz referência aos bens familiares, de herança paterna. Assim, em sua maioria, as definições de patrimônio implicam um caráter de propriedade, sendo ou não cultural.

Intrínseco a propriedade, existe o direito de transmissão que implica a seleção e obrigações do detentor do bem. Neste caso, o destino que o proprietário escolhe para seu

patrimônio interessa apenas a ele, visto sua posição perante a lei como detentor e, portanto, apto ao direito total sobre o objeto (FIDELIS, et al, 2021).

Todavia, existem “objetos” que possuem um valor cultural para além do proprietário, e foi assim, que durante o século XVIII o sentido do direito a transmissão assumiu um significado mais universal, dando lugar a interpretação da “herança de todas as nações” (FLORES, 2012).

As modificações nessa estrutura ocorreram principalmente devido a Revolução Francesa, quando a população passou a destruir quaisquer vestígios do Antigo Regime, como, por exemplo, bibliotecas públicas, estátuas e obras artísticas. Essas ações alertaram os intelectuais da época que mobilizaram a criação de uma nova perspectiva de patrimônios, no qual a depreciação e o vandalismo não se adequavam (ABREU, 2007).

A partir deste período a sociedade atribuiu ao patrimônio uma dimensão outra caracterizada como imprescindível para a nação, não se buscava apenas conservar monumentos que garantissem narrativas sobre grandes acontecimentos da história do país, mais também, a totalidade de seu patrimônio nacional, incluindo riquezas e sua diversidade (CHOAY, 2014).

Sob o efeito da nacionalização dos bens patrimoniais, as antiguidades foram transformadas em possessões materiais e valores de troca, que precisavam ser preservadas e mantidas sob pena de prejuízo financeiro. Em 1794, surge a ideia de crime contra o povo em caso de destruição de monumentos, a partir disso, medidas foram desenvolvidas, assim como, métodos para inventariar as heranças, regras de gestão dos monumentos, ações de proteção e preservação dos mesmos. Os depósitos receberam a denominação de museu, e passaram a ter a função de instruir a nação sobre a história, o civismo e saberes artísticos e técnicos (CHOAY, 2014).

A seleção dos patrimônios nacionais franceses já indicava um patrimônio sem nenhum saber histórico, presando apenas antigos costumes civis, militares, arquitetura clássica e silenciamento de saberes outros, perdidos na nascente mentalidade museológica (ABREU, 2007).

Os passos da França delinearão as políticas públicas do patrimônio em toda a sociedade moderna ocidental, cujos objetivos consistiam em inventariar, identificar, reconhecer e inscrever obras primordiais para suas nações. Em suma, a nova noção de patrimônio esteve completamente relacionada à formação dos Estados nacionais (ABREU, 2007).

Em meio a aceleração da vida e o surgimento das metrópoles, os indivíduos foram “projetados para um incerto futuro numa sociedade incapaz de processar, no tecido social, um capital de memória” (ABREU, 2007, p. 268). Por isso, a extrema necessidade de criar veículos para a promoção do conhecimento, neste caso atribuída ao museu para incentivo de ensinar/educar, possibilitando o Estado de manter suas habilidades, saberes e conhecimentos vívidos mesmo após ataques e revoluções futuras.²

Pierre Nora (1993) descreve esses espaços capazes de tratar da preservação do patrimônio e compreensão de conceitos, que a certo modo, foram sacralizadas por determinadas sociedades urbanas como lugares de memória. Esses lugares tem papel importante na propagação da memória coletiva, de um passado comum entre determinados grupos e uma identidade que reverbera por meio da identificação dos sujeitos e da história.

Em outras palavras, a memória passou a ser compreendida como “a presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado” (PESAVENTO, 2002, p. 26). Além de “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade” (POLLAK, 1989, p. 00).

A sistematização da memória coletiva passou a ser utilizada como um sistema de controle e poder capaz de criar narrativas objetivando um sentimento de pertencimento e uma trajetória comum. Como observa Sandra Pesavento:

[...] uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a *urbs* sonha a si mesma” (PESAVENTO, 2002, p. 25).

Diante do exposto, observa-se que os patrimônios culturais emergem de políticas promovidas pelas instituições que corroboraram na dinâmica de lembranças e esquecimentos no campo patrimonial, necessárias para permanência de laços sociais. Ao mesmo tempo em que, uma nova ordem de disputa e tensão foi desenvolvida com a criação do que hoje, compreendemos por patrimônio cultural, estimulado pelo anseio de civilizações conservadoras que idealizaram por séculos narrativas nacionais, regionais e familiares difundidas sobre outras culturas e saberes.

² No Brasil, as disposições sobre os museus são sancionadas pela Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009.

1.1.1 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NA GÊNESE COLONIALISTA

Cronologicamente, o patrimônio cultural moderno, na perspectiva da preservação, surgiu com o anseio pelos territórios unificados, a fim de, mundialmente serem reconhecidos como uma sociedade civilizada. Com isso, instituições e leis foram desenvolvidas para que assim, os Estados-nações pudessem garantir a manutenção e proteção dos bens históricos e artísticos (LOUIS; DE LIMA; EID, 2019).

No Brasil, as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural foram oficialmente instauradas a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, simultaneamente ao período da Ditadura Vargas no país. Essa leitura histórica elenca particularidades da colonialidade em relação as esferas da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Todavia, as aspirações já ocorriam há algum tempo, conforme observações acerca da criação do Museu Histórico Nacional em 1922 sob as orientações de Gustavo Dodt Barroso (1888-1959).

Apesar de não fazer parte deste estudo, analisar a biografia dos sujeitos que participaram no desenvolvimento das políticas de preservação, é relevante pontuar neste caso, Barroso é conhecido na historiografia e na literatura por sua relação na construção de um “saber histórico, politicamente comprometido com o passado militar da nação” (CERQUEIA, 2018, p. 130).

A visão nacionalista e militar de Barroso chamou atenção, em especial, de Getúlio Vargas. Autores como Mário Chagas e Solange Godoy (1995) e Bittencourt (2002) já destacaram sobre a relação entre o Museu Histórico Nacional e a Era Vargas, tendo em vista, o interesse do mesmo em cultivar ideologias conservadoras. Sob o comando do Museu Histórico Nacional, Barroso assim como Alcindo de Azevedo Sodré (1895-1952), diretor do Museu Imperial de Petrópolis-RJ, “negavam qualquer papel ativo às populações comuns e não as queriam em seus museus” (BITTENCOURT, 2002, p. 107).

A ótica museológica é relevante, no aspecto de serem os primeiros locais institucionalizados a fim de propagar uma identidade e memória nacional, responsáveis pelas primeiras premissas que rodeiam o patrimônio cultural. Além disso, a perspectiva lançada contribui para compreender sobre os silenciamentos e os desaparecimentos de identidades outras, na memória do país envolvendo patrimônios e acervos museológicos que em suma, imprimiram por décadas, uma cultura nacional construída por critérios elitizados e eurocêntricos.

Após a criação do museu, vários Estados brasileiros iniciaram propostas e projetos de leis visando a defesa e organização dos monumentos históricos e artísticos. Mas, foi em 1930 que surgiu o mais abrangente dos planos, quando, o então deputado José Wanderley de Araújo Pinho incluiu sobre a preservação nacional “todas as coisas imóveis ou móveis a que deve estender a sua proteção o estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza” (PINHEIRO, 2006, p.07). Assim, a partir do Decreto nº 22.928 de 1933, a cidade Ouro Preto, em Minas Gerais, foi consagrada como monumento nacional, marcando uma maior abrangência no âmbito federal em favor aos patrimônios culturais.

Em 1934, por demandas que buscavam um respaldo constitucional foi expedido uma nova Constituição Federal, estabelecendo em seu capítulo II, artigo 148, que:

“Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” (BRASIL, 1934).

No mesmo ano, foi aprovado o Decreto nº 24.735, determinando um novo regulamento para o Museu Histórico Nacional. Essa lei marca, oficialmente, os primeiros passos para um serviço de proteção do que se entende hoje como patrimônio cultural numa esfera nacional. Tanto que, algumas atribuições do regimento são transmitidas posteriormente ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tal como, o artigo 72, que designava ao museu a fiscalização e permissão da classificação dos bens mais relevantes do país.

Assim, ao estabelecer o vínculo da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeiro departamento do país responsável pelo trabalho sistemático acerca dos patrimônios, ao Museu Histórico Nacional, comandado por uma ideologia conservadora que constantemente sedimentava culturas populares (BITTENCOUR, 2002), nos atentamos para a institucionalização do colonialismo sobre os patrimônios culturais nas políticas públicas brasileiras, uma vez que, as ações realizadas pela inspetoria deveriam ser repassadas e aprovadas pelo Museu Histórico Nacional, sob comando de Barroso.³

³ As responsabilidades e atribuições podem ser analisadas no volume 5 dos Anais do Museu Histórico Nacional dedicado a um dossiê sobre os feitos de Gustavo Barroso, no qual a Inspetoria de Monumentos Nacionais ocupa a maior parte das páginas. A intenção era que os artigos atestassem o pioneirismo de Gustavo Barroso nas campanhas pela proteção aos monumentos nacionais. Ver Museu Histórico Nacional (1944).

A Constituição de 1934 também possui pontos relevantes na esfera educacional que auxiliaram na formação e consolidação de patrimônios hegemônicos. O artigo 138 instruiu a União e demais agentes governamentais a “estimular a educação eugênica” (BRASIL, 1934). Em outras palavras, o objetivo desta educação era que os jovens compreendessem a importância da herança no sentido biológico, e que, portanto, não contraissem matrimônio com raças e/ou classes sociais diferentes (ROCHA, 2014).

Neste caso, nada mais que uma “máscara do domínio de uma classe” (THOMPSON, 1987, p. 350), onde o governo formulava uma preocupação para com a população, mas em contrapartida, oprimia e negava as heranças culturais dos tidos como “desvalidos”.

Assim, o então Ministério da Educação e Saúde, coordenado por Gustavo Capanema (1900-1985), abraçou a ideia de uma “cultura nacional autônoma” e influenciou na criação de sistemas transmissores que estreitaram as relações entre os intelectuais e o poder. A exemplo, foi o Departamento de Cultura de São Paulo, este, encarregado de “colocar em prática as ideias culturais e modernizadoras” necessárias para transformar o ponto de vista urbano e populacional do Estado (OLIVEIRA, 2005, p. 12).

Um adendo ao Departamento de Cultura de São Paulo que, durante a gestão de Mário de Andrade, foram propostas dinâmicas e atividades que trabalhavam o que hoje compreendemos como patrimônio imaterial. Sendo reconhecido durante sua atuação pelo desenvolvimento de espaços como a Sociedade de Enologia e Folclore, bibliotecas infantis e até mesmo um Congresso de Língua Nacional Cantada (PINHEIRO, 2006).

As ações de Mário de Andrade não estavam ligadas apenas ao Departamento de Cultura, seu objetivo era ampliar as conceituações acerca do patrimônio e abrir as portas do novo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo (PINHEIRO, 2006).

Capanema em virtude de sua intenção de realizar “levantamento de obras de pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder de particulares (DPHAN, 1969, p. 41), solicitou que Mário de Andrade elaborasse um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (PINHEIRO, 2006).

O documento desenvolvido por Mário de Andrade, é um indício de que a educação era almejada desde o início como um instrumento essencial na disseminação de conhecimento no campo do patrimônio. Entre suas contribuições, sua abordagem antropológica trouxe indicativos de um patrimônio não hierarquizado, classificando-os em oito categorias que abrangia bens materiais e imateriais (CHAGAS, 1998).

Os bens seriam organizados em quatro museus nacionais, descritos como essencialmente pedagógico (ANDRADE, 2002, p.279) e funcionariam como espaços de exposição das obras, e em quatro livros do tombamento, que serviriam de fonte para pesquisa e enriquecimento do conhecimento e cultura do povo brasileiro (ANDRADE, 2002).

Ao promover o conhecimento cultural dos brasileiros através da preservação e tombamentos, Andrade vinculou o patrimônio a educação, e iniciou o entendimento de que era preciso informar e fazer conhecer para que de fato, os valores atribuídos pelo Estado fossem legitimados pela população (SIVIERO, 2015).

O anteprojeto de Andrade, posteriormente, foi apresentado a Getúlio Vargas, elencando a necessidade de diretrizes e princípios que determinassem os patrimônios de valor histórico e artístico brasileiro. Durante o período processual da aprovação do projeto, o Estado recebeu o golpe, e assim, após vinte dias, o Decreto de lei 25 foi promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas, e as primeiras diretrizes nacionais acerca do patrimônio foram dispostas sob olhos do regime autoritário da época, excluindo pontos relevantes para atuação ativa da educação e o patrimônio imaterial brasileiro.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado e comandado pelo movimento modernista e marcado pelo Estado Novo de 1937, foi dirigido até 1967 por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e integralizado ao Ministério da Educação e Saúde – MES. Seu operacional foi dividido em duas frentes de ação: a Divisão de Estudos e Tombamento e a Divisão de Conservação e Restauração, que segundo Porta (2012), auxiliaram na concepção de patrimônios estritamente relacionados ao legado da colonização portuguesa e imperial.

Quando assimilamos na historiografia o processo de criação SPHAN, com outras instituições em todo o país e períodos, como por exemplo, o Museu Nacional de Belas Artes, estamos “determinando os enunciados, os lugares e os sujeitos de enunciação” compreendendo “as diferentes posições que ocupavam, e os diferentes interesses em disputa” (CHUVA, 2009, p. 144).

Justamente neste ponto, podemos perceber que se entrelaçam os nomes citados até aqui com as questões da herança moderno-colonial. Gustavo Capanema, diretor do Ministério da Educação e Saúde, por sua vez, disseminava por meio da educação uma consciência eugênica, comumente aguçada pelo Boletim de Eugenia, desenvolvido

mensalmente entre os anos 1929 e 1933 pelo Instituto Brasileiro de Eugenia.⁴ Privilegiando claramente as elites brasileiras, assim como Barroso, na seleção do que deveria entrar no dossiê dos patrimônios. E contrário a ambos, Mário de Andrade, que através do Departamento de Cultura, buscava dialogar com costumes e saberes outros da sociedade, mais que, por conflitos políticos teve seus projetos redirecionados.

Esse entendimento, nos alerta para quem eram os sujeitos tidos como intelectuais na época e, quais os papéis ocupavam no sistema governamental. E esclarece, como a constituição de políticas sobre os patrimônios no Estado brasileiro foram consolidadas a partir de políticas educacionais e culturais, responsáveis pela formação da memória e identidade da nação, principalmente na metade de século XX (AMARAL, 2015).

Neste sentido, é nítido os caminhos exercidos pelo Sphan em sua primeira fase de atuação, conhecida como heroica (1937-1967). Sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o período tratou sobre as questões de propriedade, exercendo indiferença sobre a conceituação dos patrimônios, uma vez que o próprio documento viabilizava “bens móveis e imóveis” que vinculasse o “interesse público” (IPHAN, 2014).

Outro ponto relevante acerca da fase heroica, foi a atuação no campo educacional. Gonçalves (2002) destaca que, entre as narrativas utilizadas pelo diretor para o desenvolvimento e divulgação de pesquisas, como a criação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, era a própria ideia de que havia uma dispersão, ou melhor, desconhecimento do patrimônio nacional.

O principal fator para este desinteresse era a indiferença da população para com os patrimônios, partilhada não apenas “[...] pelas massas poucos esclarecidas da população brasileira...” mas, igualmente, pelas “classes mais favorecidas e que se presumem cultas” (ANDRADE, 1987, p. 182).

Na prática os tombamentos⁵ prevaleceram monumentos ligados a arte colonial barroca, arquitetura religiosa e, aquelas cujo o valor excepcional se enquadravam na “necessidade de formação e afirmação da identidade de uma nação que se via como nova e que precisava equiparar-se às demais nações europeias que tinham como referência” (TOLENTINO, 2018, p. 44-45).

⁴ A quem interessar: ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional**, v. 6, n. 13, p. 162-177, 2011.

⁵ O instrumento do tombamento (ou, na terminologia usado em Portugal, da classificação) foi criado pelo Decreto-lei 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil. Os bens tombados não podem ser destruídos e para qualquer intervenção em sua materialidade é necessária a autorização do IPHAN.

Se por um lado, se propagava a relação da eficácia dos patrimônios diretamente com a educação popular, por outro, os critérios de tombamentos eram basicamente sustentados pela autoridade exercida pelos agentes governamentais, sendo este, um dos grandes erros do serviço prestado pelo Estado acerca da preservação dos patrimônios (FONSECA, 2006).

Apesar do desencontro entre as ideias e ações do Sphan, ao analisar o discurso de que a população popular era alvo de práticas educativas, assume-se a importância da participação ativa da sociedade, e conseqüentemente (re) conhece que os sujeitos são a base para “apropriação, contemplação e preservação dos monumentos nacionais” (SIVIERO, 2015).

Reestruturado em 1945, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sendo o mesmo vigente até os dias atuais, o sistema manteve ainda por décadas seus patrimônios dentro da gênese colonialista, e a educação como um instrumento silencioso na propagação de identidades e culturas determinadas como povo civilizado perante o restante do mundo (GONÇALVES, 2002).

Apesar das descrições tecidas até o momento evidenciarem a fase inicial do Sphan como um período da pedra e da cal, é válido ressaltar que tanto a área educacional quanto a do patrimônio estavam em comum acordo com as cartas patrimoniais da época⁶, principalmente ao que tange, os fatores relacionados as questões da modernidade e implantação do capitalismo no Brasil. Ou seja, a relação entre a população e a preservação eram materializadas por ações de contemplação e respeito, que eram estabelecidas através da verticalização de narrativas na educação social preservacionista (SIVIERO, 2015).

A partir dos anos 70, observa-se uma reorganização civil, ao fim da Era Vargas as agências governamentais e a sociedade passaram por uma reconfiguração de valores, e no campo do patrimônio não foi diferente. As reivindicações, segundo Fonseca (2009), buscavam por novos sujeitos sociais nos processos de atribuição de valor, ou seja:

“O que se questionava então não era o tombamento de determinados tipos de bens em detrimento de outros – ou a concentração nos tombamentos, deixando de lado outras atividades – mas os critérios de seleção, autenticação e restauração, ou seja, o estabelecimento de padrões que, por se aterem a exigências consideradas pelo Sphan como científicas, no entender dos críticos do Sphan deixariam de atender a interesses da população, que buscava no patrimônio tombado uma imagem da beleza e da realidade da nação” (FONSECA, 2009, p. 109).

⁶ Carta de Atenas de 1931; Carta de Nova Délhi de 1956 e as Cartas de Paris da década de 1960.

Essa movimentação conduziu a criação de novos instrumentos de preservação, bem como novas práticas e compreensões acerca do patrimônio cultural brasileiro. Com o início da fase moderna do IPHAN, houve uma procura por conhecimentos outros e a democratização das escolhas e interpretações de bens consagrados imprescindíveis para a nação (TOLENTINO, 2018).

Consequentemente, o escopo de ações do IPHAN cresceu significativamente, principalmente, com a promulgação da Nova Constituição Federal Brasileira em 1988. Conforme inscrito no art. 216º, passou-se a assumir como patrimônio cultural brasileiro bens materiais ou imateriais que tenham vínculo com a memória e história dos grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Reconhecendo no rol dos patrimônios “as formas de expressão, modos de criação sejam elas científicas, artísticas ou tecnológicas, documentos, obras ou locais que são destinados às manifestações históricas, e os conjuntos urbanos ou rurais marcantes para população brasileira” (BRASIL, 1988).

A extensão do uso do patrimônio cultural como instrumento de política pública e direito social, oportunizou reflexões e estranhamento sob as tensões que envolveram a atuação da instituição e do próprio Estado como responsável por levantar subsídios para ações preservacionistas nas relações simbólicas e afetivas do patrimônio (SIVIERO, 2015).

Em resumo, a primeira fase de atuação do IPHAN delimitou um quadro social referenciado numa identidade nacional específica, com o intuito de gerar pertencimento. No entanto, como resultado foi criado a noção do patrimônio cultural *latu sensu*, que conforme Lia Motta (2000) incorpora padrões estéticos-estilísticos eruditos e o senso de excepcionalidade que perpetua mesmo diante de novos conceitos do patrimônio.

Os valores e discursos que promovem a identidade dos patrimônios cristalizados, reforçam e confirmam como o patriarcado e o patrimonialismo formulam uma estrutura de poder e dominação. Por isso, se faz necessário compreender os marcos desse processo para uma reflexão crítica acerca da construção dos patrimônios cultural, e assim, propor diálogos e debates que partam dessas questões com um propósito de redefinição de memórias e identidades silenciadas no presente para o futuro cultural.

1.2 A ESTÉTICA TOMADA PELO EUROCENTRISMO

A obstinação de práticas de seletividade entre o “bom e ruim” na atuação das instituições e do próprio Estado para com os patrimônios culturais, mesmo a consagração de novas perspectivas políticas causa incômodos e instiga uma averiguação mais profunda sobre os fundamentos da área.

À vista disso, baseando-se no entendimento de que a proposta decolonial é um estudo cognitivo que oferece reflexões capazes de renovar nossa visão do mundo constantemente, por intermédio de revisões críticas e analíticas do considerado “clássico”, assumimos a posição de desvelar a colonialidade existente em discursos, práticas e silenciamentos, e promover/constituir meios alternativos que configurem efetivamente novas realidades.

Buscamos nesta seção investigar os porquês que mantêm ativos determinadas práticas, mesmo diante de novas leis e novos conceitos no âmbito dos patrimônios culturais brasileiros.

Alexander Baumgarten, filósofo alemão ingressou nas abordagens sobre as belas artes através de Enrique Dussel (1997), sua intenção era um alargamento na concepção da arte entendida por Platão, segundo o autor, a superioridade da arte estaria intrinsecamente relacionada com o *belo*, e que além disso, deveria haver uma manifestação de ideias abstratas de beleza, criando portando, a teoria da sensibilidade da estética.

Em outras palavras, quanto maior a magnitude da obra em tamanho, beleza e conceito, mais próxima do ideal de uma obra ela estaria. Sob esta perspectiva, a arte poderia revelar a identidade de seu criador, e ao mesmo tempo, produzir uma evolução do meio ao qual este sujeito conviveu. Assim, se constituiu o padrão de beleza eurodescendente, como aquele que está mais perto do belo em si (DUSSEL, 1997).

Ao mesmo passo deste processo, a palavra *aesthesis* (originária do grego antigo) foi reintroduzida pela língua moderna europeia, e passou a girar em torno de vocabulários como “sensação, processo de percepção, sensação visual, gustativa e até mesmo auditiva (MIGNOLO, 2014). A migração de sentidos determinou a palavra estética quase como um sinônimo do belo, perante a civilização mundial.

Observa-se, portanto, um caso de colonização – ou colonialidade, da palavra *aesthesis* pela estética, onde as habilidades dos sentidos sensoriais foram transferidas e

restringidas a um entendimento específico sobre o belo. Isto pois, se a *aesthesis* é tida como uma capacidade de percepção comum a todos os organismos do sistema nervoso, a estética, age em contra partida, como uma teoria particular posicionada sobre impressões da beleza, tomadas como universais (MIGNOLO, 2010).

A estética e a beleza se constituem em suma, socialmente na esfera de valores e práticas. No entanto, a partir de 1492 os europeus incorporaram uma perspectiva hegemônica para tais expressões, tomando-as como experiências estéticas universais, deslegitimando experiências outras, de civilizações não europeias (MIGNOLO, 2010, p.13-14).

Desde o século XV a Europa foi se impondo como uma civilização de um nível mais avançado numa proporção evolutiva unilinear e unidirecional, separando a partir desta compreensão o mundo entre superiores e inferiores, racionais e não-racionais, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2014). Automaticamente, o modo de viver e ver colonial, suas interpretações e perspectivas sobre arte, cultura e beleza foram sendo tomadas universalmente como legítimas.

A civilização europeia ocidental como o apogeu de uma trajetória, traz em seu poder, os europeus como seres criadores e protagonistas do processo civilizatória colonial mundial (DUSSEL, 1994). Desta maneira, a constituição histórica da subjetividade da Europa, é na verdade, dada através do confronto com o “outro” das Américas, durante o período de descobrimentos, que promoveu um ego descobrir, superior e colonizador diante de um “outro” de forma geral. Outro que, não fora des-coberto, mas em-coberto quanto “si mesmo” e construído quanto “outro” (DUSSEL, 1994).

É relevante pontuar que, o eurocentrismo e suas “soluções” são o suporte de todo um processo de colonialidade, constante na política, no ser e, claro, na estética. Por isso, o termo eurocentrismo não é apenas uma perspectiva cognitiva exclusiva dos europeus, mas sim, do conjunto de sujeitos doutrinados sob sua hegemonia. Em razão da socialização da colonialidade, Quijano (2014), afirma:

“Se trata de la perspectiva cognitiva producida en el largo tiempo del conjunto del mundo eurocentrado del capitalismo colonial/moderno, y que naturaliza la experiencia de las gentes en este patrón de poder. Esto es, la hace percibir como natural, en consecuencia, como dada, no susceptible de ser cuestionada” (QUIJANO, 2014, p 287).

Para mais, o autor questiona-se sobre o fato de os europeus serem passíveis a disseminação desta perspectiva histórica hegemônica mesmo num universo tão intersubjetivo (QUIJANO, 2014).

Os reflexos das ações não são privilégios observados apenas do Brasil, mas, foram fundamentais na constituição e consolidação dos patrimônios históricos brasileiros, já que, figuras importantes deste processo, presavam por uma universalidade e origem comum da arte (CHUVA, 2003).

Entre as considerações da Carta de Atenas⁷, a respeito dos patrimônios culturais, indicava-se a menor intervenção possível nos monumentos, pois assumia-se o risco da perda do valor histórico após as intervenções. No entanto, o Brasil buscava recuperar e reconstituir um patrimônio “original”, “autêntico”, “primitivo”, “genuíno”, e por isso, suas práticas são completamente opostas as indicações da Carta de Atenas, visto que, ao invés de preservar as características e estilos de seus povos, comumente, os edifícios eram reconstruídos a partir de modelos europeus (CHUVA, 2012).

Em busca da estética assumida por países europeus e na tentativa de criar vínculos com o mundo “civilizado”, o país assumiu a restauração do patrimônio de forma física e simbólica. De forma geral, existem singularidades neste processo, todavia, o fato é que:

“[...] o mesmo grupo de intelectuais que forjou uma escrita para a história nacional, através da patrimonialização de bens arquitetônicos que foram selecionados como expressão da nacionalidade, também projetou e construiu bens que foram patrimonializados como monumentos nacionais” (CHUVA, 2012, p. 91).

Os impactos dessas ações, foi o predomínio do valor estético sobre outros valores de atribuição ao patrimônio, e conseqüentemente, nos efeitos de práticas de preservação cultural (CHUVA, 2012). Assim, temos a concepção de “arquitetura tradicional”, sendo cronologicamente, classificada e dividida em quatro períodos e estilos específicos.

Trata-se de uma verdadeira tomada de posição, especialmente sob o aspecto da determinação de uma classificação evolutiva, que de forma sistêmica consagrou uma tipologia que seria reconhecida não somente no interior do Serviço, mas pela própria historiografia da arte no Brasil – uma historiografia da “civilização material brasileira”. [...] Essa cronologia comportava, em não mais de 250 anos (fins do século XVI e começo do XIX), as fases do processo civilizatório do mundo europeu ocidental: o clássico grego; o românico; o

⁷ A Carta de Atenas (1931-1933) trata da relevância em preservar continuamente para garantir a longevidade dos bens patrimoniais, e chama atenção para se manter as características e estilos pertinentes de cada época.

gótico; e o renascentista. Todas essas fases estavam reunidas por uma adjetivação comum a todas elas no Brasil – o barroco –, que colocava as origens da nação brasileira sincronizadas com a história do mundo “civilizado”. (CHUVA, 2003, p. 325-326)

Mesmo figuras que se destacam na busca das raízes brasileiras, como Mário de Andrade, não foram capazes de se desprender do paradigma de uma arte superior e pura, inspirada no clássico europeu. A título de esclarecimento, em seu “Ensaio sobre a Música Brasileira”, o autor descreve:

E aliás é pela ponte lusitana que a nossa musicalidade se tradicionaliza e justifica na cultura europeia. Isso é um bem vasto. É o que evita que a música brasileira se resuma à curiosidade esporádica e exótica do tamelang javanês, do canto achanti e outros atrativos deliciosos mas passageiros de exposição universal (ANDRADE, 1972 [1928], p. 28- 29).

Entre cursos, pesquisas e publicações desenvolvidos pelo Sphan destaco o livro cujo título promete um “Conceito de Civilização Brasileira”. A conceituação desenvolvida por Afonso Arinos de Mello Franco (1930-2020), classifica a civilização como unidade cultural que age de forma racional e técnica. Cultura, por sua vez, foi interpretada como uma consciência comum e que é formada por três elementos básicos: a raça, o espaço e o tempo (SERPA; CAMPIGOTTO, 2010).

Além disso, é recorrente a ideia de pluralidade por uma perspectiva hierárquica, assumindo a posição de uma cultura superior, que para ser propriamente brasileira, era necessário analisar as raças através de um triângulo retângulo, onde “o cateto menor representa a linha indígena; o maior seria a linha africada e a hipotenusa seria a linha europeia” (SERPA; CAMPIGOTO, 2010, p. 205).

Ao afirmar que o desenvolvimento da sociedade brasileira é um resultado de três raças e culturas, em proporções completamente distintas, nota-se que a “civilização brasileira” descrita no livro, reconhece em sua matriz cultural apenas pequenos resíduos de contribuições indígenas e negras. Desta maneira, é claro como as bases de preservação e priorização dos bens eurodescendente agiram e agem nas políticas do patrimônio cultural, onde a ancestralidade e o vínculo com o passado são elementos essenciais para evidenciar o futuro a construir. Com isso:

“O SPHAN elegeu um Brasil antepassado que exclui alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem “descendemos”. Não é um discurso da superioridade branca, lusitana e cristã conferido pela detração do outro e sim pela sua exclusão, por meio da construção de um elo de ligação

com o passado que remete bisavós, antepassados e ancestrais dignificados. O melhor do passado do SPHAN não traz à luz conflitos ou contrastes. Ao contrário, estabelece uma continuidade, ainda que na direção de um tempo que já passou” (RUBINO, 1996, p. 103).

Neste processo, a opressão e a negação operam como particularidades da lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2010). Enquanto o primeiro age nas relações desiguais de poder entre os indivíduos, o segundo, ocorre proporcionalmente sobre os indivíduos que negam o que internamente sabem. Assim, a modernidade desenvolve expectativas do que deveria ser e as naturaliza, ações estas que emergem da colonialidade do ser, do sentir e do saber (MIGNOLO, 2010).

Madina Tlostanova (2011) afirma que, “a través de la subversión, la burla, la resistencia, la re-existencia y la superación de la modernidade y sus mecanismos creativos, normas y limitaciones (TLOTANOVA, 2011, p.15), seria liberar o conhecimento e o ser por um viés decolonial. Para tanto, seria necessário descolonizar a arte e seus modelos ideias e descolonizar a percepção estética que interliga a beleza aos padrões europeus.

Tais ações colaborariam para o que a autora nomeia de “anti-sublime decolonial”, onde os sujeitos são capazes de ampliar suas percepções estéticas, fora do padrão europeu, e existentes dentro da sua própria história local, “de su geo- y corpopolitica del conocimiento” (TLOSTANOVA, 2011, p.18).

“El arte decolonial sigue deconstruyendo las oposiciones binarias de bello y feo, trágico y cómico, elevado y bajo. Estas coexisten y se entre-penetran simultáneamente en la realidad, en la gente, en el arte, basadas en el principio de dualidad no-excluyente que se encuentra no sólo en la lógica multi-semántica, sino también en muchas tradiciones y modelos epistémicos indígenas. (TLOSTANOVA, 2011, p. 19).”

As considerações descritas até o momento, compõem uma busca pela desconstrução de modelos que assinaram silenciamentos, ocultações do saber e da prática da preservação patrimonial no Brasil. Estabelecendo a compreensão de que, a constituição da área de preservação de bens, é marcada por questões não somente vinculadas as especificidades de um período, mais, principalmente por projetos políticos.

A estética enquadra uma busca por representação, imaginários e busca de pertencimento a correntes estilísticas, que em suma, podem ou não despertar o interesse e a curiosidade das pessoas.

É importante compreender, que para que o reconhecimento das diferenças seja efetivo, é preciso sentir o entrelaçamento do afetivo e do cognitivo (ELLSWOTH, 2005, p. 135), ou seja, requer ter conhecimento para uma resposta estética entre o como e o saber.

Neste contexto, assumimos a relevância da educação no processo de alfabetização cultural da sociedade. Onde, por meio da alteridade e a ecologia dos saberes novas matrizes se constituíam contra o saber-poder ocidental que persistente na “genética da espinha dorsal” dos patrimônios culturais (TOLENTINO, 2018, p. 47).

1.3 O PATRIMÔNIO MODERNO

Conforme discutido anteriormente, a nova concepção de patrimônio cultural no Brasil, assumida na Constituição Federal de 1988, teve início a partir da metade do século XX, quando a pressão dos movimentos sociais, junto a criação de grupos como a Jovem Guarda e estudantis, trouxeram novas referências sobre o conceito de cultura para as Ciências sociais. Os impactos dessa redefinição, constituíram os patrimônios modernos, que passaram a se desvincular dos bens materiais e artefatos, e em contrapartida, aliaram-se aos significados atribuídos a eles (BASKOS; JESUS; COSTA, 2008).

Durante a década 1960, a Europa já estava desenvolvendo novas tipologias e categorias de valorização de bens até então “invisíveis” (CHOAY, 2014). Enquanto isso, o Brasil passava por um deslocamento promovido por Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1911 – 1984), junto ao IPHAN, cujo objetivo era identificar conjuntos urbanos ao invés de construções isolados, quebrando alguns padrões instaurados desde a abertura do instituto.

De forma geral, a política cultural adotada nos primeiros anos do regime militar não foi capaz de conciliar as “demandas sociais, da expansão demográfica, do crescimento da indústria e do turismo cultural, das novas tecnologias e novas perspectivas em torno do popular” (PEREGRINO, 2012). Por isso, os discursos elitistas e conversadores foram se esgotando automaticamente e logo, substituídos por outro. Em outras palavras, o desenvolvimento nacional não poderia mais estar associado somente a segurança, e as novas necessidades deram espaço para a pluralidade nacional.

Durante a fase moderna do IPHAN foram criados programas e ministérios para o desenvolvimento de políticas públicas acerca do patrimônio e suas novas concepções. A título de exemplo, foi o Programa Cidades Históricas (1973); Fundação Nacional da Arte (1975); Ministério da Educação e Cultura (MEC), e com maior enfoque histórico o Ministério da Indústria e Comércio, onde posteriormente desenvolveu-se o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

O CNRC foi coordenado por Aloísio Magalhães (1927 – 1982), e em suma pregava uma posição a favor da cultura popular e o bem cultural, a fim de unir aspectos da cultura e o do desenvolvimento conforme fomentados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Foi através deste projeto que se alavancou as discussões sobre legislações e políticas públicas acerca do artesanato e fomento as atividades (FONSECA, 1996).

Ao analisar a dinâmica cultural proveniente dos governantes entre os anos 1970 e 1980, Aloísio Magalhães “é a figura central desse processo de transformações dos órgãos responsáveis por políticas culturais do governo federal” (OLIVEIRA, 2008, p. 126). Contrário as políticas de pedra e cal do IPHAN, Aloísio alegava ser complicado definir um conceito de bem cultural, tendo em vista, a falta de formação plena da própria nação. Em suas palavras:

“É muito difícil definir um bem cultural numa nação que ainda não se estabilizou em sua formação. Vários contextos, vários momentos, vários hábitos, vários costumes poderão caracterizar e gerar um bem cultural. Ele não é uma coisa estática, necessariamente fixa, mais depende de algumas constantes que possam ser identificadas, algo que tenha sido reiterado na trajetória do país” (MAGALHÃES *apud* BOTELHO, 2001, p. 100).

A elaboração da Política Nacional de Cultura (PNC) foi outro fato importante no processo de re-conhecimento do patrimônio cultural. As orientações indicavam o apoio e incentivo à cultura nacional; o respeito da índole do povo brasileiro e a preservação das características regionais. É válido pontuar, que essas medidas emergiram da necessidade do governo de se reaproximar e obter empatia das classes artísticas e intelectuais que vinham sofrendo com a intensa ação repressiva da ditadura militar (CALEBRE, 2009).

Em 1979, Aloísio Magalhães apresentou o projeto da Fundação Nacional Pró-Memória, cujo objetivo era “identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, proporcionando à comunidade nacional

melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens” (MAGALHÃES, 1979, p. 109).

Essa transição das bases históricas da colonialidade para uma diversidade cultural, possibilitou na época o tombamento do Terreiro de Casa Branca em 1984, um dos mais importantes e antigos do candomblé baiano. Fonseca (1996, p. 160), alega que os solicitantes “não tinham como alvo principal a proteção desses bens em si mesmo, mas sobretudo a repercussão simbólica e política da sua inclusão no patrimônio cultural nacional”. Ou seja, “é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira”.

Entre as observações deste momento inédito na historiografia brasileiro, Gilberto Velho (2007), declarou:

“Um número considerável de conselheiros não compareceu à reunião [...] não posso evitar mencionar que em alguns casos poderia haver um certo desprezo pelo que considerávamos importantes manifestações culturais da nação brasileira [...] É inegável que para a vitória do tombamento foi fundamental a atuação de um verdadeiro movimento social com base em Salvador, reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas que se empenharam a fundo na campanha pelo reconhecimento do patrimônio afro-baiano. Havia um verdadeiro choque de opiniões que não se limitava internamente ao Conselho da SPHAN [...] é importante rememorar esses fatos, pois a vitória foi muito difícil e encontrou fortíssima resistência. Foi necessário um esforço muito grande de um grupo de conselheiros, do próprio secretário de cultura do MEC e de setores da sociedade civil para que afinal fosse obtido sucesso” (Velho, 2007, p. 238).

Á vista disso, existe uma aproximação entre este tombamento e outros do mesmo seguimento, com o pensamento decolonial que surgiu a partir da criação do grupo Modernidade/Colonialidade no século XVI (QUIJANO, 1992). Uma vez que por meio de movimentos decoloniais e da representatividade de grupos subalternizados, alguns bens culturais puderam ser tombados e guardados para e pelos os herdeiros daquele fato histórico. Ademais, mesmo que de forma lenta e gradual, o reconhecimento desses patrimônios, marcam o constante processo de formação e reformulação sobre os patrimônios culturais brasileiros.

Com isso, o artigo 215 determina que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. E institui no artigo 216 que:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência

à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988).

Comparado ao Decreto nº 25/1937, a Constituição de 1988 promoveu uma política patrimonial totalmente diversa, assumindo diferentes seguimentos da sociedade brasileira, além de propor a participação dos sujeitos que vivenciam as manifestações culturais, nos processos de política e gestão do patrimônio.

Na perspectiva decolonial, novos horizontes são proporcionados após essas mudanças e acréscimos, uma vez que possibilita a inserção de memórias, saberes e costumes historicamente excluídos pelas gestões políticas anteriores. Dando desta vez, um suporte em lei para práticas e patrimônios pertencente as culturas populares que compõem a identidade regional e/ou nacional.

Diante do exposto até o momento, é nítido que a constituição do patrimônio cultural permanece em um processo contínuo, que se constrói e reconstrói a partir dos caminhos tomados em práticas educativas desde o surgimento de órgãos responsáveis para o trato com os patrimônios.

Sendo dois instrumentos de poder e controle, seja para emancipação ou apagamento de grupos, os patrimônios culturais possuem uma relação intrínseca a educação para sua efetividade enquanto representante cultural ativo. Por isso, nesta pesquisa buscamos abordar o papel da educação patrimonial na formação de práticas e sujeitos críticos que não compactuem com silenciamentos e seletividade no campo dos patrimônios.

2 POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL HORIZONTALIZADA

“O patrimônio é um grande trunfo para as práticas educativas, é possível a partir dele pensarmos nós mesmos, nossa condição histórica, entendermos a alteridade cultural e, ato contínuo, compreendermos o outro, as relações de dominação que levam a subalternizações, podendo também propormos outras tantas questões difíceis”.

João Lorandi Demarchi

A expressão Educação Patrimonial (EP) foi incorporada no Brasil em 1983, por meio do Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Desde sua introdução o órgão responsável pela proteção do patrimônio nacional buscou introduzir a metodologia no país agregando-a em suas estratégias educacionais.

Nos anos seguintes ao encerramento do seminário de Petrópolis, o governo financiou ações educativas que seguissem o modelo *herigate education*⁸. Os resultados das atividades foram compilados em um documento, que junto ao IPHAN, serviram para a sistematização de metodologias e conceitos da educação patrimonial. O trabalho foi publicado em 1999, no formato de cartilha, titulado como *Guia Básico da Educação Patrimonial*, sendo este, um dos principais materiais de apoio para educadores da área do patrimônio cultural.

Logo no início o guia trás esclarecimentos, sobre afinal, o que é educação patrimonial:

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, et al, 1999, p.04)”.

⁸ Metodologia desenvolvida pela Inglaterra que serviu de inspiração para a criação do Guia Básico da Educação Patrimonial (HORTA, et al, 1999).

A metodologia proposta pelo IPHAN recebeu diversas críticas assim que foi publicada. Mário Chagas (2007) afirmou que ações educativas já estavam presentes no Brasil desde o século XIX, e por isso, o termo seria mais uma tentativa de poder hegemônico sobre a educação. Outro ponto de oposição ao guia, é tentativa de enquadramento de uma única prática, ao invés de assumir outras possíveis metodologias (OLIVEIRA, 2011). João Demarchi (2018), descreveu o fato de a metodologia proposta privilegiar especialmente a arqueologia, e assim, circunscrever o patrimônio a ideia de monumental, material e das grandes narrativas.

Entretanto, “as ações e projeto educativos desenvolvidos pelo IPHAN ao longo do tempo nunca foram conceitualmente homogêneas, uniformes e processuais” (SIVIERO, 2015, p. 99). Em 2004, o IPHAN passou por uma nova reestruturação na área educacional, e criou uma estrutura institucional com código orçamentário propondo outros horizontes para a EP.

Com as críticas ao Guia e à sua metodologia, houve uma contratação de novos servidores que executaram uma reedição da cartilha, em 2006. Em suma, existiam muitos embates teóricos e práticos sobre o setor educativo do IPHAN, e conseqüentemente uma rejeição/negação da utilização do termo Educação Patrimonial no meio acadêmico. A releitura do Guia, abriu perspectivas outras sobre a potencialidade do termo, instigando num intenso trabalho de reflexão para construção de um novo significado para o conceito (DEMARCHI, 2018).

Como estratégia de desenvolvimento da ressignificação da EP, os pesquisadores debruçaram-se na própria historiografia do IPHAN, rastreando experiências passadas que poderiam vir a servir de referência para a proposta contra hegemônica pretendida para o Guia. Foi quando se depararam com o *Projeto Interação entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País (1982-1986)*.

O Projeto Interação foi uma extensão dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), responsável em grande parte, pela inquietação política sobre a “falta do reconhecimento e de identidade do produto cultural nacional e pela crença na ideia da cultura local como fonte de desenvolvimento econômico” que se instaurava na década de 1970 (SIVIERO, 2015, p. 92).

Assim, o Projeto Interação visava a criação de condições para que o exercício da educação reafirmasse a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Sua lacuna teórica emergira da escassez de propostas que levassem em conta as especificidades locais de seu público alvo. Por isso, buscava relacionar a educação básica das escolas com o cotidiano

dos alunos, ou seja, promover a participação da comunidade em ações com o patrimônio, considerando, portanto, que a cultura é indissociável a educação (BRANDÃO, 1996), logo, pertence a de todos (WILLIANS, 2011).

Essa nova perspectiva evidenciou o papel da educação na relação entre a sociedade e os monumentos, que, apesar de projetos anteriores⁹ orientarem discursos sobre a necessidade de conscientizar, educar e instruir a população, não obtinham resultados satisfatórios. Na verdade, ao invés dos gestores públicos questionarem os motivos pelos quais, a população brasileira não se interessava na época, em preservar sua própria identidade, se faltava educação ou cultura para a sociedade, deveriam observar de que forma a educação e o patrimônio foram utilizados como sistemas de poder e silenciamento ao longo de décadas, e direcionar as dúvidas para:

“[...] até que ponto os bens reconhecidos como patrimônios culturais representam os diferentes grupos sociais que os detêm? De que modo a política preservacionista contribui com os fenômenos de segregação, exclusão e discriminação social?” (SIVIERO, 2015, p.83).

Por isso, mesmo que com diversas críticas, o Guia Básico de Educação Patrimonial, sistematizado em 1999, foi para a época um avanço na área educacional. Voltado para uma “alfabetização cultural”, a proposta metodológica englobou e ainda sustenta quatro etapas em seu processo de aprendizagem, a observação, o registro e a apropriação.

Em decorrência das movimentações ocorridas após o Decreto nº 5.040/04, “pode-se afirmar que, institucionalmente dentro Iphan, o lugar da Educação Patrimonial começa efetivamente a ser desenhado e a tomar corpo” (TOLENTINO, 2018, p. 46). Tendo em vista, as diversas movimentações realizadas desde então para promoção de saberes, conceitos e diretrizes, como exemplo, o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2005); Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais (2008); I Seminário de Avaliação e Planejamento (2009), entre outros.

Considerando o contraste entre as crescentes práticas educativas mediadas pelo patrimônio cultural e os debates teórico-conceituais que refletem nas ações, e assim fornecem conhecimentos importantes sobre elas, buscamos neste segundo capítulo, traçar novas possibilidades de inter-relação entre patrimônio e educação, utilizando como suporte teórico autores que fomenta a “nova educação patrimonial” por viés descolonizador, ou seja, que

⁹ No volume Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória (1980), encontra-se menção a um projeto, desenvolvido pelo CNRC, denominado Educação e Cultura no Brasil de 1922 a 1945.

legítima o saberes e os modos de viver de todos os grupos sociais de forma democrática e reflexiva, tornando os sujeitos a chave central dos patrimônios culturais.

2.1.1 A NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

“*Conhecer para preservar*” é o jargão mais antigo e popularizado utilizado para fundamentar a relevância de ações educativas acerca do patrimônio cultural. Entretanto, pesquisas atuais como por exemplo, Oliveira (2011); Siviero (2015) e Scifoni (2019), justificam os motivos pelos quais apenas conhecer não garante a efetividade, sendo, portanto, uma expressão fora do tempo que reproduz ideias fora do lugar¹⁰.

Ao negar a ideia do conhecer para preservar, não se está necessariamente desestimulando o processo do conhecimento acerca do patrimônio, mas, contestando “ a interpretação de que há uma relação indissociável e de causalidade direta estabelecida entre os dois termos, como se o conhecimento levasse, necessariamente, à preservação do patrimônio” (SCIFONI, 2019, p. 18).

Observa-se, portanto, que o desafio da “nova” Educação Patrimonial no Brasil é derrubar a reprodução do discurso autorizado sobre o patrimônio. Segundo Smith (2006), esse discurso é pautado na hegemonia, constituída nas experiências europeias de preservação, disseminada por meio da Unesco e da Convenção do Patrimônio Cultural. Assume-se que o “discurso autorizado sobre o patrimônio exerce um poder simbólico, ao se impor e se legitimar como única forma de pensar, como se fosse universal” (SCIFONI, 2022, p. 02).

Em busca de metodologias que superassem o Guia e a visão tradicionalista, o setor educativo do Iphan mobilizou diversos eventos coletivos que resultaram em três grandes marcos no campo. No ano de 2014, foi lançado uma publicação intitulada *Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos*, que apresentava oficialmente novos princípios educativos adotados pelo instituto; a instituição da Portaria nº 137/2016, que superou a visão tradicionalistas, por meio da implantação de novas diretrizes, e no mesmo ano, uma publicação acerca do *Inventário Participativos. Manual de Aplicação*, um recurso para embasar em novas ações que estimulassem a autonomia de grupos sociais.

Entre os pontos de adequação propostos pela portaria se destaca a definição do monumento como objetivo de ação. No Guia a noção de monumento, estava entrelaçada

¹⁰ Schwarz (2009) descreve que “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentindo impróprio”. Caracterizado por “ideias fora do lugar”.

a visão do patrimônio cristalizado, vinculado ao senso estético-estilístico, e desconectado dos valores sociais, afetivos e de memória coletiva.

“Um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 16).

Contrário ao Guia, a portaria definiu que todos os bens culturais que estejam presentes no cotidiano e espaços de vida das pessoas, são objetos usáveis para a educação patrimonial. Além disso, conflitante com a definição antiga que se referenciava a metodologia aplicada na Inglaterra, o documento instituiu-a como um:

“[...] processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação” (IPHAN, 2016a, art. 2º).

Desde então, abriu-se um leque de possibilidades no que tange metodologias nas práticas educativas de patrimônio, ressignificando o que se compreendia até então como educação patrimonial. Ao incorporar processos educativos não formais, construiu-se coletivamente uma pedagogia com princípios articulados na tríade da: autonomia dos sujeitos, dialogicidade e na participação social (SCIFONI, 2022, p. 04).

Em suma, esta pedagogia assume a ideia de descentralização do patrimônio, e realoca seu sentido e significado como transmissor de valores, e mobilizador de memórias e identidades. Menezes (2012) afirma que o patrimônio cultural é um guia, é parte da identidade e da memória, entretanto, seu valor está atribuído em sua relação com as pessoas e grupo social ao qual está interligado, e não nas coisas materiais.

Assim, dentro desta perspectiva assume-se o primeiro princípio da educação patrimonial atual, a autonomia dos sujeitos, um pilar para a superação hierárquica entre o ensinar e o aprender. Paulo Freire (2017) esclarece que é necessário conceber uma experiência total, onde se ensina e aprende ao mesmo tempo, de forma pedagógica, ética, estética e política. A autonomia se opõe a educação bancária, que deposita os conteúdos nos discentes, como se depositam dinheiro nos bancos.

A produção de conhecimento é vista como processo de re-conhecimento do sujeito na cultura, na memória e no patrimônio, ou como “[...] ser social e histórico, como ser

pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar” (FREIRE, 2017, p.47).

A título de exemplificação, os inventários participativos são um recurso esclarecedor acerca da autonomia dos sujeitos, uma vez que, é um documento formulado pelo olhar e perspectivas da própria comunidade no qual está inserido.

O segundo princípio, a dialogicidade, é uma prática que coloca o diálogo em destaque no processo de valorização do outro. “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história (FREIRE, 2017, p.133)”.

Segundo Scifoni (2022), o diálogo é o maior desafio da tríade dessa pedagogia, isto pois, o discurso autorizado sobre o patrimônio impede-o de acontecer. Ainda hoje, a relação do saber técnico é visto como superior quando confrontado aos saberes populares e empíricos, inviabilizando o diálogo racional¹¹, proposto por Freire.

O último princípio é o da participação social. Entende-se que para incorporar a participação dos sujeitos, os princípios anteriores devem estar funcionando por meio de políticas públicas, pois na prática a participação só ocorrem quando os grupos possuem autonomia e diálogo acerca dos patrimônios. Portanto, “participação social não deve ser um discurso vazio” ou ainda

“[...] discurso cooptado pela política pública para confirmar e legitimar decisões tomadas em gabinete. Nem pode ser agenciada pelos interesses político-econômicos, pois não se trata de viabilizar vantagens, ganhos ou lucros, mas para garantir benefícios metaindividuais, da sociedade e das futuras gerações (SCIFONI, 2022, p.05).

Logo, entende-se que a educação patrimonial é um direito social de todos, e por isso, deve compor parte do processo de patrimonialização, como método de aproximação, interlocução e apropriação da comunidade. Bem como, no fortalecimento entre instituições e pessoas, possibilitando formas outras de legitimação de patrimônios culturais.

¹¹ Conceito abordado por Paulo Freire que remete a conversa uma horizontalizada entre quem fala e quem escuta.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Considerando a importância da Educação Patrimonial – crítica, no cotidiano dos grupos sociais para romper a mentalidade autorizada, buscarei neste tópico trazer apontamentos sobre legislações que preveem discussões sobre o tema no âmbito escolar.

Todos os países que se consideram modernos, precisam assumir padrões mínimos de desenvolvimento, justiça social e cidadania, para tanto, é necessário garantir a dignidade humana e o direito a cultura aos seus cidadãos. Em vista disso, a Constituição de 1988, estatui em seu artigo 215, que:

“O Estado garantirá a todos o *pleno exercício dos direitos culturais* e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”
(grifos da autora).

Em países onde os direitos da cidadania não são acessíveis para a população, a cultura é, facilmente, vista como algo supérfluo, ou até mesmo, desnecessária, face as outras demandas da sociedade. Todavia, o direito a cultura deve ser entendido sob a perspectiva da cidadania e fundamental para a pessoa humana, por isso, todos cidadãos devem ter o direito de produzir cultura (WILLIAMS, 2011), ter acesso aos bens, o direito a participação, bem como, o direito à memória histórica (FERNANDES, 1993).

“A importância da Educação Patrimonial nos currículos e projetos escolares é nítida pelo fato de: “falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória” (LEMONS, 1987, p.84).

Ou seja, é por meio da EP que o processo de ensino e aprendizagem pode ser ampliado para muito além do ambiente escolar, envolvendo toda a comunidade de forma dinâmica, e assim, tornar a educação como um instrumento de consciência crítica e de responsabilidade em toda sua expressão, no que tange, a preservação do patrimônio em relação com as identidades pessoais e culturais (QUEIROZ, 2010).

À medida que observamos as características da EP, constata-se seu direcionamento para o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas, de forma

autônoma, crítica e criativa. Por esse motivo, a Educação Patrimonial se aproxima das mais diversas unidades e áreas curriculares, sendo uma metodologia aplicável de forma interdisciplinar.

“A característica central da interdisciplinaridade consiste no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise afim de fazê-los integrar, depois de havê-los comparado e julgado. Entre outras razões que justificam o empreendimento interdisciplinar, podemos avançar algumas que, reunidas às que forneceremos, mostram outros caminhos que permitam reajustar o ensino universitário das ciências humanas às exigências da sociedade, e proceder uma revisão total dos métodos e do espírito desse ensino” (JAPIASSU, 1976. p.32).

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº15/98, a interdisciplinaridade parte do princípio que “todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos”, e que o “o ensino deve ir além da descrição e constituir nos estudantes a capacidade de analisar, explicar, prever e intervir, objetivos que são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir, cada uma com sua especificidade”.

A interdisciplinaridade é um eixo integrador previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que compõe a interdisciplinaridade como uma forma para ensinar e para aprender, onde é possível integrar outras dimensões curriculares ou não, na “tentativa de evitar transformá-las em novas dualidades ou reforçar as já existentes” (PCN, 2000, p. 85). Portanto, a escola tem o compromisso de:

“propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola” (BRASIL, 2018, p. 61).

Diante do exposto, a Educação Patrimonial, quando utilizada “longe do diletantismo mórbido de elites que desconhecem os rostos múltiplos e diferenciados do país” (SANTOS, 1986, p.136), pode ser um importante recurso para se trabalhar além do patrimônio, a cidadania (FERNANDES, 1993); (QUEIROZ, 2010); ciência e tecnologia (PELEGRINI, 2008); turismo cultural (MELO, 2015); territórios e cidades (BELTRÃO, 2012), entre outros temas possíveis.

No entanto, Jablonski (2018) trouxe em seus resultados e discussões alguns alarmantes sobre a perspectiva da população de Corupá, em Santa Catarina, acerca do

tema. Entre os dados, a autora identificou que 18% de seus entrevistados não sabiam o que era patrimônio cultural, 38% alegavam ser bens que possuem valor para determinado grupo ou pessoa, 16% definiram como museus e coisas do tipo, entre outros. A pesquisa na perspectiva atual, demonstra que mesmo após tanto tempo, a população ainda não está “alfabetizada culturalmente”.

“A pergunta que se faz é: como sentir apego a um patrimônio que foi construído em uma relação burocrática, vertical e autoritária em que a população não foi ouvida e sequer está suficientemente representada? Uma herança imposta que se afirma como memória coletiva, de todos, mas que espelha relações de poder político, econômico, religioso, militar [...]. Como é possível, nesse contexto, ter apego a um patrimônio que simboliza, antes de tudo, relações de exploração, opressão e sujeição social?” (SCIFONI, 2019, p. 28).

No Brasil, a educação é pautada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, atualizada em 2017 e 2018. Propõe-se uma estrutura capaz de olhar para si, para a família, bairro, cidade, Estado, nação e mundo, seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como elo estruturador da formação ao longo dos anos escolares (BRASIL, 2018). Os objetivos contribuem para a incorporação do campo cultural no âmbito escolar, além de que proporcionar a criação de espaços críticos e criativos simultaneamente, baseados nas singularidades de cada grupo e comunidade social.

O conceito de EP entrou como recurso metodológico em todas as áreas do conhecimento que abordassem o patrimônio local e mundial, sobretudo, as que contribuíram na construção da cultura brasileira. Na área de linguagens, ao qual se encontram os componentes curriculares de língua portuguesa, artes, língua inglesa e educação física, a sabe recomenda essencial “reconhecer as linguagens como parte do patrimônio cultural material e imaterial de uma determinada coletividade e da humanidade” (BRASIL, 2017, p. 62).

No eixo curricular referente a artes, o tema patrimônio é descrito como unidade de conhecimento integrado, ou seja, espera-se que os alunos possam “reconhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias de diferente épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório, relativos à diferentes linguagens artísticas” (BRASIL, 2017, p. 160).

Já na área das ciências da natureza, podemos encontrar o patrimônio nas diversas formas de preservação da biodiversidade, onde prevê-se a habilidade de “justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações e atividades a eles relacionados” (BRASIL, 2017, p. 303).

Em suas atualizações, a BNCC também incorporou os Temas Contemporâneos Transversais, já existentes nos PCN’s, objetivando reforçar áreas da ciência e tecnologia, meio ambiente, economia, saúde, multiculturalismo, cidadania e civismo (BRASIL, 2019). A recomendação dos eixos temáticos indica uma busca pela superação de conteúdos fixos e isolamento de grupos, entretanto, seu caráter normativo não é fixo, podendo os professores e estudantes escolherem quais temas desejam ou não abordar durante as aulas.

Diante disso, o Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado do Mato Grosso do Sul, está disponível desde 2014, e permanecerá ativo até o ano de 2024. O documento tem por objetivo “planejar, coordenar e executar o processo de elaboração do PEE, em consonância com as metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação.

Em relação a cultura e a diversidade presente no Estado, é previsto o atendimento a essas singularidades e estratégias que considerem a realidade socioeconômica e cultural de cada região (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p.09). No art. 2º é possível verificar quais as metas foram traçadas para a educação, entre muitas, reforço a relevância da “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação “, e da “promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País” (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

“Os projetos de reestruturação curricular possibilitam o desenvolvimento de atividades integradoras que articulam as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, contemplando as diversas áreas do conhecimento, a partir de 8 macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil e Leitura e Letramento” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 30)

Além disso, segundo as estratégias:

“o Estado irá oferecer programas de educação e de cultura para a população, urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, na vigência deste PEE, e firmar parcerias e

convênios com as secretarias, fundações de cultura e outras instituições culturais, destinando vagas em cursos e oficinas para estudantes na faixa etária de 15 a 20 anos, visando à qualificação social e profissional, até o final da vigência deste PEE” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 31).

Também é meta do PPE “propiciar e garantir condições de fruição de bens e espaços culturais, bem como incentivar a realização de atividades artístico-culturais pelos(as) estudantes, com envolvimento da comunidade, na vigência do PEE-MS” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 32).

Posto isso, conclui-se que entre legislações, metas e estratégias, teoricamente, a cultura e o direito aos cidadãos de vivencia-la, desenvolve-la e apropriar-se de forma crítica e autônoma, estão garantidos. Veremos posteriormente, se na prática todas essas metas e estratégias veem sendo aplicadas no que tange o patrimônio Cemitério dos Heróis.

2.3 CONCEPÇÕES DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Uma das inquietações nos estudos sobre descolonização e decolonialidade é a questão do conhecimento (MALDONATO-TORRES, 2011; WALSH 2005; WALSH 2012; QUIJANO 2014), tendo em vista, a relação da sobrevivência da colonialidade em virtude do colonialismo, observada comumente em processos de aprendizagem, senso comum e na própria autoimagem dos povos.

Frente a modernidade/colonialidade, que remodelam o século XVI, podemos identificar movimentos de resistências política e epistêmica, nomeados por muitos como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007, MALDONATO-TORRES, 2006; WALSH, 2009). Por isso, irei adotar neste estudo a definição de “giro decolonial”, por referir-se a um movimento teórico e prático capaz de reconhecer a pluralidade das formas de poder colonial, e que, as experiências e conhecimentos dos sujeitos são extremamente relevantes para compreender as relações para enfim, promover alternativas (MALDONATO-TORRES, 2006).

A ideia de que “a colonialidade é constitutiva da modernidade” (MIGNOLO, 2005, p.75), resume a virada epistêmica na política e pedagogia, que emerge de intelectuais Latino-americanos, que se contrapõem às tendências dominantes, e faz referência ao repensamento crítico e transdisciplinar (WALSH; DE OLIVEIRA e CANDAU, 2018).

Colonialidade refere-se a uma classificação e reclassificação da sociedade, formando uma estrutura articulável e administrável por uma matriz de poder e de produção de conhecimento. Representa, mesmo após o fim do colonialismo:

“Um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Em termos outros, Aníbal Quijano, realça:

(...) a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Tal estrutura do poder foi e ainda é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. Com efeito, ao observarmos as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do atual poder mundial, sua distribuição de recursos e de trabalho, entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante (QUIJANO, 1992, p.438).

Essa perspectiva, adentra aos poucos os espaços acadêmicos, com o intuito de ressignificar a modernidade e produção de conhecimento. Mignolo (2017) destaca que em uma pesquisa do Google sobre os termos “decolonial”, “descolonialidade” e “descolonização do conhecimento”, há um crescente aumento no número das pesquisas nos últimos cinco anos de sua análise.

Neste sentido, é relevante pontuar que a perspectiva da MC é uma profunda crítica a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade, entendida, portanto, como um trabalho de politização da ação pedagógica. Pensada para oportunizar, enfrentar e

transformas as instituições que têm como base, práticas e relações sociais ligadas a lógica epistêmica ocidental. Logo, uma pedagogia enquanto ação decolonial, implica:

(...) em um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (WALSH, 2009, p.24).

“A condição da subalternidade é a condição do silêncio” (CARVALHO, 2001, p. 10), por isso, seja no campo educacional ou cultural, a reflexão decolonial está intrinsicamente relacionada a exercícios de mediação, representação, de fala e escuta de povos silenciados.

No campo dos patrimônios culturais, após as mudanças citadas em tópicos anteriores, isso vem ocorrendo por meio de aperfeiçoamentos de políticas e projetos públicos que orientam as comunidades a participarem ativamente nos processos de identificação e deliberação de novos patrimônios, além de trazer ao debate possíveis ressignificações acerca de bens já patrimonializados que reforçam estruturas de poder (MALDONADO-TORRES, 2008).

Para validar este giro epistêmico decolonial se faz necessário compreender os termos conceituais, assim como, metodologias e procedimentos que auxiliam pesquisadores e teóricos a tecer reflexões teóricas-metodológicas na concepção do pensamento decolonial. Afinal, “ao reconhecer os limites da pedagogia, podemos mudar nossos esforços de tentar “conhecer” e depois “ensinar” (ELLSWORTH, 2005, p. 19), para um processo contínuo de apropriação e compartilhamento.

A pesquisa de co-labor, por exemplo, recomenda que profissionais e a comunidade se unam na resolução de problemas de forma conjunta e contínua (SOLANO; LEYVA; SPEED, 2008). A proposta deste modelo de pesquisa foi baseada nos modelos de educação popular de Paulo Freire, assim, o processo como um todo ocorre com e para os sujeitos locais, que no âmbito patrimonial faz menção a participação da comunidade em todos os processos de ações e reflexões. O resultado destas ações é significativo para a descoberta de referências culturais, bem como, para o desenvolvimento de “estratégias de gestão mais promissoras e participativas e que tendam mais eficazmente à sustentabilidade de autonomia” (AMARAL, 2015, p. 91).

Os inventários participativos também são um modelo de teoria-metodológica que se aproximam do pensamento decolonial. Em 2016, após a revisão do material desenvolvido em 2012, essa metodologia compreendida como uma forma de sensibilização e mobilização das comunidades para a importância do patrimônio cultural (IPHAN, 2016).

“A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações. Também pretende divulgar alguns preceitos” (IPHAN, 2016, p.06)

Nessa perspectiva, os conhecimentos locais são essenciais para que a pesquisa ocorra de fato, desta forma, o olhar do pesquisador passa a ser direcionado para as apropriações sociais e como elas ocorrem no cotidiano das comunidades. Tais práticas encarregam-se de ultrapassar as formas estreitas de reflexão sobre a pedagogia e a descolonização, re-existindo, re-vivendo e resistindo (WALSH, 2018).

Quanto ao processo de descolonizar o intelectual, Borda (2009) evidenciou a necessidade dessas pesquisas produzirem conhecimentos distintos e compartilhados entre os pesquisadores e sujeitos, ao mesmo tempo que ao fim, este conhecimento seja promovido a fortalecer os próprios sujeitos. Para o autor, os processos de investigação e participação agem como esforços de emancipação para aperfeiçoar mudanças sociais, e conseqüentemente, buscar melhorias de comunicação, planejamento e teorias mais humanas (BORDA, 2009).

Paulo Freire (2014) alerta para o patrimônio-gerador, entendido pela investigação dos docentes e discentes da realidade em que estes estão inseridos. Essa percepção se contrapõe epistemologicamente do contexto colonial, e os sujeitos participam de um processo formativo desmistificando o mundo onde as pessoas vivem.

“O que antes era visto como natural é re-admirado, isto é, aquilo que é conhecido cotidianamente passa a ser revisto, agora sob novo olhar. A curiosidade espontânea é organizada para interpretar a realidade” (DEMARCHI, 2021, p. 76).

O conceito freiriano, conscientiza a comunidade de que em nosso cotidiano, vivenciamos objetos, celebrações, expressões e locais em nossas memórias e identidades, sem nem mesmo saberemos que eles na verdade, são portadores de valores considerados patrimônio cultural.

De modo geral, ambas as teorias-metodológicas assumem um conjunto de práticas multidisciplinares consoantes ao compromisso ético entre a produção de conhecimentos científicos e populares. Portanto, produzem uma pedagogia crítica e reflexiva para uma conscientização mais abrangente da realidade, das diferentes formas e estilos entre instituições e culturas, além de contribuir na implementação contínua de políticas públicas no campo patrimonial.

Boaventura de Souza Santos caracteriza esse processo de enriquecimento das práticas profissionais no trato para com os patrimônios culturais como ecologia de saberes. O conceito caracteriza um “conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas e pretendem contribuir para credibilizá-las e fortalecê-las” (SANTOS, 2008, p. 154). Em resumo, a perspectiva de Santos, assume que:

“Não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras; e a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-o como ecologia de práticas de saberes (SANTOS, 2008, p154).

Ao assumir que tradições e experiências sociais foram excluídas e apagadas da sociedade devido aos pensamentos eurodescendente, constata-se que uma riqueza imensurável foi desperdiçada historicamente. Por isso, é preciso evidenciar movimentos e iniciativas de grupos subalternizados, dando-lhes, voz e possibilidade de escuta, sem reproduzir o modelo de racionalidade ocidental de subjugação experienciado em muitos casos. Isto é, criar lugares para pensar, sem tentar ditar o que pensar (LIN, 2000).

Em ambas as metodologias e perspectivas abordadas até o momento, o conhecimento não é entendido como algo pronto, e nem pretende estabelecer que os conhecimentos estrangeiros são invasores culturais que buscam “depositar” na cabeça aspectos mecânicos. O que buscou propor foi que o conhecimento é social, “a educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2014, p. 116), e portanto, o protagonismo encontra-se no processo de saber e as diferentes visões de mundo.

3 CEMITÉRIO DOS HERÓIS: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DO LUGAR

“O que torna o endereço da exposição “pedagógico”, o que o visitante “aprende” com os termos do endereço da exposição, é assumir-se em relação à constelação simbólica que envolve a história e a memória do Holocausto”.

Elizabeth Ellsworth

O cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna é um patrimônio cultural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como o local onde estavam sepultados o José Francisco Lopes (1811-1867), conhecido como o guia da expedição, o Coronel Carlos de Moraes Camisão (1821-1867) e o Tenente Coronel Juvêncio Manoel Cabral de Meneses (1821-1867). A titulação apontada especificamente a estes sujeitos, advém de um dos vários episódios do período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a Retirada da Laguna. Atualmente os discursos oficiais e midiáticos corroboram com a ideia de que a guerra foi devastadora, e que os monumentos acerca dela rememoram a epopeia construída pela literatura, sendo, portanto, de suma relevância para a identidade e memória do país.

Conhecida também como a Guerra da Tríplice Aliança, Grande Guerra, Guerra do Guasú entre outras denominações, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi um conflito que atingiu a região platina entre os anos de 1864 e 1870. Dentre os envolvidos encontram-se de um lado o Brasil, Argentina e Uruguai, e em contraposto o Paraguai. O evento pode ser considerado um escopo de inúmeras manipulações e divergências, e que provocou consequências no desenvolvimento histórico de cada nação (SQUINELO, 2015).

No que tange aos estudos relacionados a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai é possível, na atualidade, encontrar três principais vertentes literárias que esmiúçam as teorias que motivaram o país a participar do maior conflito armado da América Latina. A primeira visão advém de um desacordo antigo em relação a bacia do rio do Prata, aflorada segundo a historiografia tradicional, pela ambição e orgulho dos paraguaios.

Com isso, o atrito inicial deu-se a partir do momento que o Império brasileiro invadiu terras uruguaias em favor de Venâncio Flores, que por sua vez, era considerado por Solano – ditador do Paraguai - um inimigo de seus aliados. A interferência foi vista pelos paraguaios como uma afronta e um ato de guerra. Como resposta, o Paraguai aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, que carregava o então presidente da província de Mato Grosso, e no mesmo ano iniciou o ataque e ocupação do Rio Grande do sul, território brasileiro.

Em retaliação o Brasil, Uruguai e Argentina, que havia negado passagem aos paraguaios no conflito com o Uruguai, assinalaram o documento que instituiu o Tratado da Tríplice Aliança, com o objetivo de derrubar Solano López e instaurar a livre navegação dos rios da bacia platina.

Em geral, as primeiras obras que retratam sobre essa visão foram escritas por militares e agentes ativos da guerra. E induzem ao leitor uma percepção entre o “vilão” e os “heróis”. Augusto Tasso Fragoso foi um militar e escritor da época, em sua obra *História da guerra entre a Tríplice Aliança e Paraguai (1960)*, fica estabelecido um único culpado da guerra e das vítimas dos quatro países, ou seja, Solano López. Além do mais, essa e outras obras conhecidas como Cerqueira e Pombo, traduzem a linha de patriotismo e heroísmo intrínseco ao período.

Curiosamente, no Brasil os assuntos acerca da guerra eram praticamente desconhecidos. Segundo Maestri (2009) após o conflito até meados da década de 1960 a única crítica à narrativa oficial e patriótica da guerra até então feita, foi esboçada de forma restrita, pelos ortodoxos positivistas e, mesmo assim, nos anos seguintes sequer foram traduzidas obras literárias dos outros países ativos.

Assim, a segunda vertente emergiu dos novos estudos realizados a partir da década de 1960 até 1990, que buscavam analisar os distintos aspectos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, voltando às fontes primárias no sentido mais amplo. Tais estudos partiram de um contexto histórico no qual as ditaduras militares dominavam a América Latina, por isso, comumente as novas pesquisas buscavam tensionar pontos relevantes sobre os governos ditatoriais.

Neste sentido, muitas denúncias sobre os excessos cometidos foram delatadas neste período, em virtude ao que os escritores colocam como interesses externos. Na teoria, a guerra havia sido na verdade manipulada pela Inglaterra, que estava apreensiva com o desenvolvimento paraguaio e incentivou a ideia de que Solano López planejava dominar o rio do Prata, interferindo nas negociações dos outros países.

A partir dessa nova perspectiva, os papéis da guerra foram invertidos, e o Brasil passou a ser o grande vilão. Os guaranis foram ovacionados pelos brasileiros e demais latino-americanos por todos os conflitos vividos durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, e a culpa foi atribuída desta vez para a Inglaterra. Squinelo (2015) coloca que essa nova visão:

“foi permeada, sem dúvida, por uma dose de emoção e envolvimento na escrita da história, ao mesmo tempo em que nos destituía de nosso papel de sujeitos históricos, ao desconsiderar todos os problemas que envolviam o Prata, e buscar a resposta para essas questões, em um elemento externo” (SQUINELO, 2015, p. 30).

Em decorrência aos próprios estudos da segunda vertente, entre outros fatores, o terceiro momento veio à tona. Desenvolvido através de pesquisadores, em sua maioria, historiadores, munidos de ferramentas teóricas e metodológicas, novas interpretações acerca das motivações da guerra foram ganhando força.

Por fim à guerra passou a ser entendida como resultado do embate dos interesses econômicos e políticos das nações envolvidas. A ideia de que a Inglaterra havia manipulado de alguma forma, foi posta abaixo tendo em vista que no período o país estava com relações cortadas com o Império brasileiro. Deste momento, cito a quem interessar o tema, as obras de Doratioto (2002), Salles (1990), Menezes (1998), Toral (1999), que são caracterizados por inovarem as abordagens acerca da guerra.¹²

¹² A quem interessar sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, consultar:

- a) FRAGOSO, Augusto Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, v. 1–5.
- b) SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- c) MENEZES, Alfredo da Mota. Guerra do Paraguai — como construímos o conflito. São Paulo: Contexto; Cuiabá: ed. UFMT, 1998.
- d) FIGUEIRA, Divalte Garcia. Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP; FAPESP, 2001.
- e) DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- f) CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865–1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- g) COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec – ed. UNICAMP, 1995.
- h) IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.
- i) SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai, memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.
- SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

Até aqui, as discussões e obras abordadas nos ajudaram a entender por um ângulo geral as motivações que levaram ao conflito da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Ademais, se faz necessário pontuar que, apesar da proporção gigantesca que ela teve em seus seis anos de lutas, no Brasil, somente duas províncias vivenciaram os episódios, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso. Nesta última, desenrolou-se a Retirada da Laguna, que “retratou o fracasso da expedição brasileira organizada para deter o avanço paraguaio” (SQUINELO, 2015, p. 27), e que conseqüentemente, desencadeou o objeto desta pesquisa: o cemitério dos heróis.

Diante de tais fatos, neste terceiro capítulo buscamos trazer diálogos e tensionamentos eminentes ao que se refere o patrimônio “Cemitério dos Heróis”, tanto ao que ao seu reconhecimento, quanto apropriação, ressignificação, perspectivas do Estado e dos munícipes, e, também, sua utilização como instrumento de educação e pensamento histórico.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa busca analisar como o patrimônio Cemitério dos Heróis, é apropriado, reconhecido e ressignificado pelos atores locais. Para isso, os estudos são pautados sob o olhar da perspectiva da paisagem cultural e da educação patrimonial decolonial.

Foram trazidas como contribuições, diferentes linguagens discursivas e documentais acerca do objeto e suas relações sociais, isto pois, a partir de perspectivas outras, neste caso, fazendo referência aos modos de ver dos não “oficiais”, estaremos dando voz e lugar a todos os públicos. Conseqüentemente, destacando “situações individuais singulares a serem entendidas em seus próprios parâmetros socioculturais, que saem da padronização coletiva da velha história das mentalidades” (BAXANDALL; PEREIRA, 2006, p.19).

j) TAUNAY, Alfredo d’Escragolle, Visconde Taunay. *Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869–1870: Comando-em-chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército Conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

A proposta é justamente trazer um “manifesto da importância do enfoque histórico sobre objetos ou imagens, enfoque que não é mais tributário ‘do belo’ como era de praxe na história da arte tradicional” (BAXANDALL; PEREIRA, 2006, p. 19), bem como, no campo patrimonial.

Precedido de tal, trata-se de um estudo descritivo, exploratório e qualitativo, e para tanto são trazidos apontamentos para uma análise imagética e documental, através de 04 (quatro) atas oficiais, onde fora comentado sobre o caso do monumento histórico “Cemitério dos Heróis” e suas apropriações culturais. Sendo elas: Ata da 19ª Sessão Ordinária do Conselho do Patrimônio (1955); Ata da 28ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (2001); Ata da 34ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (2002) e a Ata da 79ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Também serão utilizadas como fonte de análise fotografias e reportagens.

Realizou-se também uma entrevista semiestruturada junto ao Centro de Atendimento ao Turista - CAT, com a participação da turismóloga responsável e a então secretária do Desenvolvimento e Cultura no município. O diálogo buscou compreender quais são as perspectivas e aspirações da gestão pública de Jardim para uso e apropriação do espaço.

Neste mesmo sentido, ocorreu uma visita guiada no Museu da Retirada da Laguna, localizado no espaço da 4ª Cia E Cmb Mecanizada de Jardim. O atendimento foi feito por um dos sargentos responsáveis pelo espaço. Devido seu conhecimento acerca do tema e a presença diária no Museu, o mesmo aceitou prestar alguns esclarecimentos sobre a formulação do espaço e seus significados, não sendo necessário, portanto, a realização de uma entrevista junto ao comandante do exército local.

A partir dos insights diagnosticados durante a entrevista e a visita guiada, se fez relevante analisar qual é o ponto de vista dos munícipes de Jardim em relação ao “Cemitério dos Heróis”, para de fato, identificar se o monumento é apropriado, reconhecido e ressignificado pelos atores locais.

Devido as questões de confidencialidade quanto ao nome dos participantes entrevistados, eles foram identificados na análise como A1, A2, A3 e assim, por diante, a escolha foi inspirada nos nomes dados aos tamanhos das folhas utilizadas na produção de projetos de arquitetura e urbanismo.

Segundo o censo de 2021, o município de Jardim possui uma população estimada de 26.375 pessoas (IBGE, 2022). Entretanto, devido sua expansão geográfica ela está

conurbada ao município de Guia Lopes da Laguna. Por isso, visando alcançar o maior número de pessoas que se apropriam cotidianamente do território jardinense, mas, que residem em Guia Lopes da Laguna, o processo ocorreu por meio de um questionário online estruturado¹³, contendo perguntas objetivas e dissertativas.

Estudos apontam que o uso de questionário online como estratégia de coleta de dados em estudos científicos, representa uma maior velocidade de informação, possibilidade econômica, além de oferecer maior comodidade aos participantes dos estudos, podendo resultar num aumento significativo de respostas obtidas (FALEIROS, et al., 2016).

O questionário ficou disponível do dia 19/09/2022 até o dia 04/10/2022, e foi propagado através das redes sociais e contatos próprios, contando com apoio do CAT e do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Obteve-se ao fim, a colaboração de 125 participantes residentes de Jardim, Guia Lopes da Laguna, Aquidauana, Nioaque e Campo Grande. Demonstrando que a divulgação online atravessa barreiras territoriais.

Considerando o papel de relevância das escolas na difusão do conhecimento acerca do “Cemitério dos Heróis” e sua relação com os episódios da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, foram realizadas entrevistas com servidores da Escola Estadual Coronel Pedro José Rufino, situada em Jardim-MS. A escolha desta escola se deu por dois motivos. Primeiramente, o nome dado a mesma refere-se a um dos heróis da Retirada da Laguna, reconhecido pelo próprio Taunay, que o descreveu em sua obra como o “comandante do corpo de caçadores” que tinha uma “grande reputação de bravura e atividade” (TAUNAY, 1921, p. 29). Além disso, a escola atende desde do Ensino Básico até o Ensino de Jovens e Adultos, sendo um ambiente de suporte a um grande número de sujeitos locais, além de estar localizada a apenas 3,4 km de distância do perímetro do cemitério.

Os entrevistados são de diferentes áreas acadêmicas e trabalham com turmas do 6º ao 9º do ensino fundamental. Assim, podemos ter referências distintas sobre perspectivas acerca de Patrimônio Cultural, ações educativas, pontos de destaque e críticas ao “Cemitério dos Heróis”, assumindo as diferentes linguagens e interpretações.

A delimitação de professores que atuam com titularidade nas turmas do ensino fundamental II, deve-se a compreensão de que desde o período da Educação Infantil, segundo o artigo 3 da resolução n 05 das Diretrizes Nacionais, as crianças já devem

¹³ As perguntas realizadas no questionário online poderão ser analisadas junto ao apêndice desta pesquisa.

articular experiências e saberes com conhecimentos que fazer parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico (BRASIL, 2009).

Logo, acredita-se que nessa fase do ensino fundamental II, os professores tenham abordado tais conteúdos por diversas vezes, em matérias como, história, artes, geografia, língua portuguesa e outras, e que os alunos em formação, já tenham pleno desenvolvimento e conhecimento sobre patrimônio cultural e sua diversidade.

Para a compreensão e análise das diferentes linguagens trazidas para essa pesquisa são utilizadas as lentes de algumas perspectivas teóricas dos Estudos Culturais, como por exemplo, os estudos de Raymond Williams (2015) e Ellsworth (2004), que trazem novas concepções acerca do sentido de cultura e dos lugares de aprendizagem.

Williams (2011) afirma que de fato, a cultura é algo comum a todos, assim, toda a sociedade tem seus próprios projetos, crenças, formas e produções. Podendo ser expressos, por exemplo, nas áreas das artes e do conhecimento.

Consoante as distintas concepções de se produzir cultura e conhecimento por cada sociedade, Ellsworth (2004), propõe que o conhecimento não deve ser tomado como algo feito, e sim como contínuo, sempre em formação. Segundo a autora, o processo de aprendizagem é dinâmico, capaz de integrar e explorar as sensações, afetos e experiências no meio individual, na comunidade e no mundo. Portanto, todos os lugares podem ser utilizados para produção de conhecimento.

Para apoiar o tratamento das narrativas observadas em todos os processos investigatórios, são pontuados elementos dos estudos do Círculo de Bakhtin (2003), que se apoiam no materialismo histórico e dialógico, alguns de seus principais conceitos como a questão da linguagem, do enunciado, da ideologia e da alteridade.

As considerações teórico-metodológicas sobre as imagens coletadas, apoiam-se na leitura e contribuição de Baxandall e Pereira (2006) e Borges (2016; 2018). Tais autores contribuíram no aprofundamento e na compreensão de que embora o monumento “Cemitério dos Heróis” tenha sido construído e idealizado em um “passado distante” e que não tenha mais uma relação de caráter essencial na vida das pessoas, sua matéria está entre nós, vivo e presente. Sendo assim, um instrumento “a serviço do desenvolvimento social, na compreensão teórica e no exercício prático da memória como direito de cidadania” (BORGES, 2016, p.01).

Baxandall e Pereira (2006, p. 14) propõe um deslocamento da análise da obra para sua leitura, indicando um “cruzamento entre uma sociologia histórica dos sistemas de percepção e uma explicitação de convenções, inscritas na obra mesma e conhecidas (mais

ou menos) por aqueles que a produz e por aqueles que a vêem”. Assim, o autor assume a interferência das diferentes bagagens culturais, das diferentes formas de contemplação e das possíveis formas de apropriação na interpretação e descrição da arte, contrapondo-se ao anacronismo que atravessa todas as contemporaneidades.

Diante disso, é válido ressaltar que durante este processo de análise dos objetos e fotografias, buscou-se remeter às possíveis “intenções” e características expressas nesses materiais, e não dar a elas suas significações.

3.1.1 A Retirada da Laguna, um recorte histórico e a constituição do cemitério

A Retirada da Laguna retrata conflitos vividos pela tropa brasileira quando em 1865, os paraguaios avançaram continuamente para o sul da província do Mato Grosso, logo após a interferência do império brasileiro em questões do Paraguai e do Uruguai. Em contrapartida, o ministro de guerra do Império brasileiro iniciou rapidamente a formação de uma Força Expedicionária, com o propósito de libertar a região dos paraguaios (MARTINS, 2019).

Para o envio dos homens, foram apresentadas propostas de ataque ao ministro da guerra. Dentre eles, é destaque a exposição do ex-presidente da província do Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878)¹⁴. Em meio às observações foi posto a instabilidade do território, o clima inóspito e a dificuldade para um possível suporte logístico (BERGO, 2015). Segundo ele, a melhor estratégia seria enviar as tropas pelas vias pluviais, mas que isso demandaria um tempo aproximado de dois anos para ser concluído.

Apesar das contribuições, o ministro da guerra optou pela marcha da coluna expedicionária, que saía do Rio de Janeiro em direção ao sul do Mato Grosso. Como resultado de suas ações, a Força Expedicionária, formada em sua maioria, das classes mais baixas, incluindo sentenciados, indultados e escravos (BERGO, 2015), demorou praticamente os dois anos seguintes, para invadir em terras inimigas.

Por conter poucos habitantes não índios, a região não tinha capacidade de fornecer alimentação necessária para a tropa. Além disso, a grande extensão da província

¹⁴ A quem interessar, as considerações podem ser analisadas em GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé (A Campanha do Apa)**. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1988.

dificultava a condução de suprimentos e da própria tropa, de forma que, rapidamente a fome invadiu os acampamentos que comumente se deparavam com sítios já saqueados pelos invasores paraguaios.

Somado à fome, os soldados ainda tiveram que lidar com a falta de saneamento, insuficiência de assistência médica e medicamentos, que contribuíram para o alastramento de doenças que levaram à morte um terço da coluna, antes mesmo dos combates (PELLEGRINI, 1999). Desta forma, é incontestável a extrema negligência do Império com as tropas enviadas ao Mato Grosso, que durante a expedição não obtiveram qualquer apoio logístico do comando de operações instalado no Rio de Janeiro.

Martins (2019, *et al*), alega que dada a extremidade da situação, por fim os combatentes não se preocupavam com os exércitos inimigos e sim em garantir suas sobrevivências nos campos de batalha, onde tudo faltava, inclusive a alimentação (MARTINS, 2019, *et al*, p. 10). As dificuldades vividas pelos combatentes foram, posteriormente, imortalizadas na obra: *A Retirada da Laguna: episódios da Guerra do Paraguai*, escrita pelo Visconde Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, engenheiro militar e sobrevivente da retirada.

Embora as dificuldades enfrentadas tenham castigado a força expedicionária, em maio de 1867 a tropa tomou o controle do ponto de apoio paraguaio em Laguna, cumprindo com a missão de retirar o inimigo da Província do Mato Grosso. No entanto, comandados pelo coronel Carlos de Moraes Camisão, devido à baixa do estoque de suprimentos, em 08 de maio a coluna iniciou o retraimento.

O retorno foi marcado por combates, surto de doenças, abandono e mortes. A começar pela Batalha de Nhandepá, considerado o pior combate de toda a retirada, os dados apontam que foram perdidos cerca de 230 homens e boa parte do gado que acompanhava os soldados. Após o conflito os paraguaios adiantaram os ataques e incendiaram o percurso no qual a força expedicionária estava marchando, obrigando-os assim, a adentrar na mata densa e desconhecida.

Durante o percurso o coronel Camisão contava com as instruções de José Francisco Lopez, morador da região e guia oficial da tropa. Depois de alguns dias lutando contra os inimigos, o fogo e a floresta, o guia Lopes avistou o morro da Margarida, ponto de referência para o caminho a ser seguido em direção à sua fazenda. Taunay (1921) pontua que a notícia reanimou os mais fracos e desanimados.

Não obstante aos desafios, a precariedade sanitária e a inospitalidade da região contribuíram para um alastramento da doença de cólera. Por dias os soldados carregavam

aqueles que se abatiam pela doença, no entanto, sem forças e sem recursos os coléricos foram abandonados pela força expedicionária.

“Por mais silenciosos e tristes que houvessem sido os preparativos, não foi sem gritos e ruídos estranhos ao ouvido e cuja causa assombrava o espírito, que chegou o momento do abandono. A todos nós foi intolerável. Deixávamos entregues ao inimigo mais de cento e trinta coléricos, sob a proteção de um simples apelo à sua generosidade, por intermédio destas palavras escritas, em letras grandes, sobre um cartaz pregado num tronco de árvore: "Compaixão para com os coléricos!" (TAUNAY, 1921, p. 137).

Mais adiante a tropa finalmente chegou à margem do rio Miranda, último obstáculo para a sede da fazenda Jardim, propriedade do guia Lopes, que serviria de apoio para os desfalecidos. Entretanto, na época a região sofria com abundância das chuvas, e a enchente fez com que o grupo acampasse ali por alguns dias. Apesar de terem se “desfeito” dos doentes, o vírus ainda circulava no acampamento. Segundo os registros de Taunay “passou-se a noite para todos, numa agitação enorme. Aos lamentos respondiam outros lamentos; aos horrores da moléstia acresciam os desfalecimentos da fome” (TAUNAY, 1921, p. 140).

Ao amanhecer, mais vítimas, seja da guerra, da doença ou da fome foram declaradas. Entre os nomes listados estava o de guia Lopes, uma sepultura então foi providenciada ali mesmo, no acampamento, em terras que o pertenciam, para distinção foi colocado sobre a sepultura uma cruz de madeira. Dois dias depois, outros nomes importantes foram anexados à lista de falecidos, desta vez, o coronel Carlos de Moraes Camisão e seu tenente, Juvêncio Cabral de Menezes.

“Numa cova aberta, sob grande árvore, no meio da mata, enterrou-se o Coronel com o seu uniforme e insígnias. Em outra cova, imediata, e à direita, foi o corpo do tenente-coronel Juvêncio colocado pelos seus companheiros da comissão de engenheiros e alguns oficiais do corpo de artilharia” (TAUNAY, 1921, p. 148).

Em suas escritas, Taunay deixou registrado a sua expectativa acerca do espaço:

“se lhes não profanarem os túmulos é de esperar que, um dia ou outro alguma cruz de material duradouro, com uma inscrição, aponte à memória dos brasileiros o lugar que recebeu os despojos destas nobres vítimas do dever” (TAUNAY, 1921, p. 148).

Posteriormente e sob novos comandos, a tropa atravessou o rio e deu continuidade no retraimento. O fim da retirada foi anunciado em 11 de junho de 1867, e contava com apenas 700 dos 1680 combatentes enviados para recuperar o sul da província do Mato Grosso. Explicando o porquê anteriormente foi utilizado o termo “*fracasso*” para o episódio que representou na prática e na literatura um descaso do império com seu povo e seus combatentes.

A guerra, por sua vez, permaneceu até o ano de 1870, quando o Solano López, foi morto por soldados brasileiros. Com a morte do governante, sobre a navegação do rio Paraguai, foi tomada pelos países vencedores, em especial Brasil e Argentina.

O local onde os comandantes da Retirada da Laguna foram enterrados ficou conhecido como *sepultura dos comandantes militares* (DALMOLIN; SOUZA, 2011). Até que em 1927 o tenente Luiz Moreira, em resposta ao General Malan, trouxe a denominação de *Cemitério e Campo Santo*, descrevendo-o como “pequeno campo santo tem a forma quadrada, de 14 metros de lado”. [...] “Foi o cemitério completamente limpo, respeitadas as árvores... [...] (DALMOLIN; SOUZA, 2011, p. 31).

3.1.2 O tombamento: do monumento histórico ao patrimônio cultural

Na década de 1940, após a instituição militar da antiga CER/3 na região, as cidades de Jardim e Guia Lopes da Laguna foram fundadas (BRASIL, 2022). A organização dos municípios foi baseada na divisão do próprio rio Miranda. Assim, do lado direito temos a cidade de Guia Lopes da Laguna, e a esquerda a cidade Jardim. Conforme a historiografia, os corpos foram sepultados à margem esquerda do rio, portanto, o cemitério encontra-se atualmente localizado no município de Jardim, Mato Grosso do Sul.

Estevão de Mendonça, historiador, apresentou em sua obra “*Datas matogrossenses*”, que em 1874, apenas quatro anos após o término da guerra, já havia uma movimentação em monumentalizar o espaço e transferir o corpo do guia Lopes para perto dos comandantes.

“Em 29 de maio de 1867, sucumbe, à margem esquerda do rio Miranda, vitimado pelo cólera, o Coronel Carlos Moraes Camisão e o Tenente-Coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes, comandante e imediato da expedição militar que operou no sul desta então província e norte do Paraguai, produzindo a prodigiosa epopéia de heroísmo, sacrifícios e abnegações que a história pátria registra e a tradição popular consagra nas memoráveis palavras - Retirada da Laguna” (MENDONÇA, 1919, p. 283).

Em suma, a missão era levantar um singelo monumento de terra ou pedra, que indicassem, porém, a hierarquia dos oficiais que ali descansavam (MENDONÇA, 1919, p. 284). A ordem partiu do ministro da guerra, João José de Oliveira Junqueira, para o coronel Rufino Enéias Gustavo Galvão, e posteriormente ao Barão e Visconde de Maracaju.

O que se sabe, no entanto, é que apesar das ordens de manutenção e identificação do espaço, em 1925 após uma visita ao cemitério, o jornalista Armando de Arruda Pereira, publicou duras críticas ao espaço. Descrevendo a sepultura como uma simples caixa retangular baixa, cinzenta e esburacada, diferenciada por uma placa de mármore e uma cruz gravada na pedra. E concluiu em seu ato de indignação:

“Pelo que se depreende, aquella pedra marmore deveria ser a placa de um monumento, mas ninguém poderá crer, um só segundo, seja aquella réles sepultura abandona o monumento que um governo tenha mandado erigir para abrigar os restos sagrados que alli jazem” (PEREIRA, 1925, p. 44).

As críticas sobre o local levaram o General Malan a uma expedição até o local em 1926, onde constatou a dificuldade em identificar os túmulos e o abandono da área. Sob suas orientações em 1927 o 6º batalhão de engenharia a cavalo de Aquidauana, recebeu a obrigação de revitalizar o espaço do cemitério, e em especial: reconhecer e identificar a sepultura do Guia Lopes. Desde então, a manutenção e proteção da área ficaram sob a responsabilidade dos militares.

Sobre “reconhecer e identificar a sepultura do guia Lopes”, demonstra que na verdade o guia Lopes havia sido sepultado em um local diferente do que hoje é considerado o cemitério dos heróis, e posteriormente trasladado. E as sepulturas dos comandantes, falecidos no mesmo dia, que definiram o espaço destinado à preservação. Ficando a reflexão: isso já poderia ser considerado como a hierarquia oficial que Junqueira ordenou?

Embora a movimentação de conservação do espaço, desde a década de 1920 já havia rumores de um novo monumento para os heróis da retirada. Desta vez, o plano era trasladar os corpos dos comandantes até o Rio de Janeiro, onde se construiria um grandioso monumento dedicado aos heróis militares. O projeto saiu do papel e em 1938 foi inaugurado na praça vermelha, o Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados. Os corpos que até então estavam depositados no cemitério em Jardim-MS, foram enviados

para o local em 1941, assim, o espaço teoricamente passou a ser um cenotáfio pela visão oficial.

Ou o que Pierre Nora (1993) denomina como espaços de memória. Em sua reflexão, aponta que:

[...] são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e renovação (NORA, 1993, p. 12-13).

E é justamente na tentativa de “parar o tempo”, de imortalizar a morte e materializar o imaterial que em 1955, foi protocolado junto ao Conselho Consultivo do DPHAN, atualmente conhecido como Instituto Nacional Histórico e Artístico -IPHAN, uma solicitação de tombamento do cemitério em Jardim. A requisição partiu do então ministro da guerra, general Henrique Teixeira Lott, constando nos autos o “local onde estiveram enterrados durante setenta anos” [os] heróis da ‘retirada da Laguna’ (IPHAN, 1955).

No mesmo ano, durante a 19ª Sessão Ordinária do DPHAN, o tombamento nº 533-T-1955, foi aprovado por unanimidade do conselho. Inclui-se na publicação do Diário da União de 17 de janeiro de 1956, que a aprovação se deu pela importância histórica da Retirada da Laguna (IPHAN, 1955).

Décadas depois, foi constatado que apesar de ter sido feita a aprovação, o tombamento não havia sido oficializado. As discussões acerca do problema foram debatidas na 28ª Reunião Ordinária, onde afirmou-se que devido a falta de contato com o proprietário de terras, não era possível realizar a doação do espaço para o governo, e por isso, o processo havia ficado inconcluso (IPHAN, 2001).

Pressionados pelos interessados ao tombamento, em 1997 o departamento de proteção solicitou uma avaliação do espaço junto a prefeitura do município de Jardim, que comprovasse a relevância do cemitério para a população local. Os esforços foram inviabilizados pela procuradoria jurídica do Iphan que questionava se o local “ainda [era] merecedor de proteção, por meio de tombamento”. Outro ponto discutido, foi a titulação, entendia-se ser uma mentira histórica alegar Cemitério dos heróis, pois não se tratava mais de um cemitério (IPHAN, 2002).

Também durante a 28ª Reunião Ordinária em 2001, foi constatado o primeiro voto contrário ao tombamento do espaço. O veto partiu do conselheiro Augusto Carlos da Silva Telles, que justificou já haver um monumento memorialístico para esses heróis no Rio de Janeiro, além do cemitério conter mais os corpos. A sua visão fez com que parte do conselho considerasse incorreta a preservação, pois traria uma compreensão errônea dos fatos (IPHAN, 2001).

Em contradição com as considerações de Telles, os conselheiros Paulo Bertran e Arno Wehling, justificando motivos pessoais não constatados em ata, solicitaram novas avaliações do espaço para que o tema voltasse às discussões futuras.

Mais adiante como previsto, novos embates sobre o processo emergiram durante a 34ª Reunião, e dividiram ainda mais o conselho. Durante a leitura da ata, fica evidente que muitos pontos de conflito surgiram durante a reunião, e por conta disso, o conselho se dividiu entre aqueles que acreditavam ser equivocado aprovar o tombamento, alegando inconsistência entre a história e o que realmente era o espaço. E do outro lado, aqueles que viam potencial na área, alegando o valor simbólico, patrimônios na visão da globalização e a perspectiva sobre quais heróis realmente se tratavam o tombamento (IPHAN, 2002).

Arno Wehling, favorável ao reconhecimento, iniciou o debate pontuando que o cemitério tinha importância para a comunidade local e para o exército brasileiro, alegando que a prefeitura e os militares cuidavam do espaço desde sua criação e promoviam manifestações de culto cívico. E que, a ausência dos corpos não descaracterizava a história em relação a memória social, pois a área possuía um valor simbólico (IPHAN, 2002).

Para aproximar os outros ouvintes de sua perspectiva, o conselheiro utilizou a Abadia de Saint-Denis, situada em Paris, argumentando como os cenotáfios se tornaram um patrimônio europeu capaz de representar os mortos sem que seus corpos estejam no mesmo espaço (IPHAN, 2002).

Em sequência, ele elencou os desafios em preservar a memória nacional que vinha sendo dizimada pela globalização. E por isso, o local tinha grande potencial em se tornar um instrumento de educação patriótica. E indagou como o Iphan poderia reconhecer patrimônios materiais e imateriais, mas, negar o reconhecimento do cemitério que representava algo material e tangível, carregado de elementos simbólicos para o país (IPHAN, 2002).

Diante das alegações de Wehling, o conselheiro Telles reavaliou seu voto, porém, argumentou que o título “cemitério dos heróis” não seria a melhor opção, pois não se tratava de um cemitério. Como sugestão aconselhou que substituísse para “o local onde estiveram sepultados os heróis da Laguna”. Sua proposta não foi bem vista por Paulo Bertran, justificando haver ali outros soldados e civis enterrados (IPHAN, 2002).

Telles ainda duvidoso do tombamento, questionou “transferiram apenas três porque eram os únicos sepultados no local ou porque eram os mais importantes?” (IPHAN, 2002, pág. 16). A partir de sua fala, Nestor Goulart argumentou sobre de quais heróis realmente se tratava o cemitério, afirmando ser necessário repensar caso houvesse soldados ali, pois:

“[...] um cemitério de heróis e não dos heróis, porque pareceria exclusivo. Se eram apenas aqueles três e eles foram trasladados, ficamos na necessidade de substituir a denominação do monumento, pois ‘cemitério dos heróis’ seria uma falsidade histórica. Agora se existem restos de outros oficiais e soldados, de um soldado apenas, não é justo retirar a denominação porque todos deram tudo que tinham: a vida. Eles não tinham mais nada para dar, deram por igual, eram absolutamente iguais na morte. Então, se apenas um soldado estiver enterrado ali, existirá mais do que simplesmente um valor simbólico. Certamente enquanto heróis é uma construção, mas deve ser uma construção baseada na verdade (IPHAN, 2002, pág. 15).

Em frente a tantos debates, a reunião foi encerrada com o indicativo de que fossem realizadas pesquisas arqueológicas no local, e que averiguasse se de fato, o espaço possuía uma relevância memorialista e identitária para a sociedade. Porém, novamente o processo foi engavetado e não foi feito o inventário do espaço.

Em 2015, em uma ação do Iphan objetivando resolver todos os processos acumulados em virtude das burocracias vigentes da época, o processo de tombamento entrou em pauta. Arno Wehling, favorável desde o início ao tombamento, compôs a banca da reunião. Em suas contribuições alegou manter-se favorável ao reconhecimento e sem interrogações ou comentários o local foi tombado como “o local onde estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Tenente Coronel Juvêncio” (IPHAN, 2015).

Diante do exposto, o título “cemitério DOS heróis” e não “cemitério DE heróis”¹⁵, fortalece uma monumentalização pautada numa memória e numa historiografia oficial,

¹⁵ Grifos dos autores.

que promovem heranças moderno-coloniais no que compõem os patrimônios e seus processos.

Recentemente em uma visita de campo, a Sala de Exposição da Retirada da Laguna, desenvolvida pela 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada em 2020, foi apontado que é de conhecimento do exército que o cemitério dos heróis foi também por anos um cemitério utilizado por moradores da região.

Essa questão foi comentada em 1926, pelo próprio general Malan durante sua visita, que escreveu o seguinte:

"Descobrimo-nos, respeitosos. Á entrada numerosas cruces de madeira, de agregados da fazenda, podre e humildes mortos sem nomes. No fundo, á direita, sob um tristonho pé de bocayuva, um caixão de mármore, ennegrecido pelo tempo e ja se entreabrindo. Pelas exíguas dimensões, parece apenas encobrir corpos de crianças" (D'ANGROGNE, 1928, p. 376).

Desta forma, entende-se que o local serviu a exemplo do culto aos mártires do século XV. Quando alguém falecia nas fazendas, caso não houvesse um cemitério familiar, eram então sepultados onde estavam os cadáveres dos ex-combatentes. Justificando a existência das cruces de madeira citadas por Malan, que perpetuavam em anonimato no campo dos heróis.

A questão, é que em 1926 já era de conhecimento que o local funcionava como um cemitério comum. Ou seja, o título do tombamento direcionado exclusivamente aos três sujeitos, anulou a ideia de que ali haveria restos mortais de outros sujeitos, também heróis da guerra ou não vinculados à ela, mais que como posto por Goulart, doaram o que mais lhes valia, a vida. E então perguntamos, este cemitério: *é de quem e para quem?*

A respeito do tombamento, deve-se voltar à questão: por quê? Porquê após 148 anos do fim da Retirada da Laguna, ainda se manteve esse interesse no cemitério? Por que esta obsessão pela memória do passado e dos tidos como heróis? Seria isso um medo do esquecimento?

Em sua argumentação Telles declarou sua preocupação em relação à memória após reflexos da globalização. Huyssen (2004) comenta sobre a conexão da memória e das mídias, alegando haver dúvidas sobre se todas essas memórias, cada dia mais disponíveis, não estariam ao mesmo tempo fortalecendo o esquecimento. Afinal, "muitas das memórias comercializadas em massa que consumidos são "memória imaginadas" e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas" (HUYSSSEN, 2004, p 18).

A preocupação de Telles se desqualifica ao analisarmos o conceito de memória proposto por Maurice Halbwachs nas décadas de 20-30, de que, a memória está submetida a constantes mudanças e transformações, sendo um fenômeno coletivo e social. Assim, as memórias relativamente estáveis - não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento” (HUYSSSEN, 2004, p 19).

Nessa perspectiva observa-se uma certa imposição da memória oficial, posta por Telles, que especifica uma violência simbólica, reforçando a coesão social, e não pela coerção, mas sim pela adesão afetiva do grupo, no caso do conselho, em busca de uma possível formação de memória nacional. “O que se está no jogo da memória é também o sentido da identidade individual do grupo” (POLLACK, 1989, p. 10). Nota-se que:

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLACK, 1992, p. 05).

A memória é assim guardada e solidificada nos patrimônios (POLLACK, 1989). No patrimônio cultural monumentos são tidos como tudo que for edificado por um grupo de indivíduos para rememorar no presente ou no futuro acontecimentos, ritos ou crenças e sacrifícios. E isso deve-se “precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória”, pois através dele é possível mobilizar uma afetividade que vibra o passado como se fosse no presente (CHOAY, 2014, p. 18).

A origem da palavra monumento exprime o sentido da memória. Na antiguidade, o termo desdobrava-se entre obras comemorativas de arquitetura ou de escultura, e os funerários, destinados a perpetuar uma pessoa e valorizar a memória em relação à morte (LE GOFF, 2003). A exemplo disso, Áries (2012) afirma que a maioria dos saberes sobre a antiguidade deve-se na verdade, aos túmulos e objetos ali acumulados.

[...]acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundada em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos (POLLACK, 1992, p. 03).

A frase, “mas pode se tratar também da projeção de outros eventos” citada acima por Pollack, traz uma nova possibilidade sobre o tombamento do cemitério. Isto pois, no

geral, observa-se um “exagero” em monumentos que retratam no Brasil algum momento da historiografia da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai ou até mesmo da Retirada da Laguna.

No 6º capítulo do livro: *A guerra do Paraguai ontem e hoje (2015)*, Ana Paula Squinelo cita só no Estado do Mato Grosso do Sul, uma quantidade de 11 monumentos históricos destinados ao evento, além de um parque histórico e o próprio cemitério dos heróis. Uma observação relevante, é que após seu estudo outras obras foram criadas, como por exemplo, a Sala de Exposição da Retirada da Laguna, desenvolvida pela 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, já citada anteriormente.

Para tanto, surgem alguns questionamentos, afinal, o excesso de símbolos comemorativos relacionados à Guerra poderia configurar um desejo de preservar uma história oficial sobre a posição do país? Ou de preservar a visão dos “grandes homens”? Dos heróis? Afinal, qual o objetivo e a função de cada um destes monumentos para a sociedade no qual estão integrados? A imposição dessa memória heroica seria uma forma de rememorar quem foram os vencedores da guerra para assombrar o antigo inimigo? São apenas especulações.

De fato, o que se observa em comum entre os monumentos do Estado, é a exaltação dos ditos “heróis”. A exemplo disto, temos o monumento Nhandepá (Figura 01), situado em Bela Vista -MS, que surge da expressão guarani, e significa “Aqui nós acabamos. Nós chegamos ao termo”. As duas construções, cada qual do seu lado do país, representam o local onde foi travado o principal combate da retirada.

Figura 1 - Monumento Nhandepá, em Bela Vista -MS.



Fonte: TripAdvisor, 2022.

Outro exemplo, é a referência a Antônio João Ribeiro, considerado um dos maiores heróis do conflito, sua ação para a pátria é marcada por sua frase antes do combate, que dizia: Sei que morro, mas meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria". Atualmente existe um município com o nome do combate, e uma estátua representando o momento em que ele havia sido morto pelos inimigos. É possível verificar outras estátuas de Antônio João no país, a mais próxima fica no município de Dourados-MS.

Figura 2 - Estátua de Antônio João, situada no município Antônio João, MS.



Fonte: Martini, 2021.

Como visto, os ditos “heróis” da guerra e da retirada, são constantemente homenageados em todo o país. No entanto, existem sujeitos outros, que também deram sua vida à pátria e que não receberam as mesmas honrarias.

A título de exemplo, temos o caso dos negros escravizados que como citado anteriormente foram abandonados para morrer pela tropa brasileira durante a retirada da laguna. A identificação do local foi descrita por Taunay (1921, p. 137), num tronco de árvore deixado em letras grandes escrito “Compaixão para com os coléricos”. Na historiografia esse local também ficou conhecido como o local onde o negro chorou, isto pois, estava escrito a palavra *cambaracê*, tradução vinda do guarani. De fato, a participação dos negros foi essencial na junção de forças, mais a utilização de uma palavra, que traduzida direciona em suma ao negro, traz consigo uma bagagem de significados.

Atualmente, o pedaço do tronco está dentro da sala de exposição em Jardim-MS. Além do pedaço da madeira, foi feito um quadro com o nome daqueles que foram deixados para trás, porém, constando apenas os nomes daqueles considerados soldados, ou seja, indígenas e escravos não foram contabilizados. Com o tempo, a escrita exata foi consumida, restando apenas marcas no tronco.

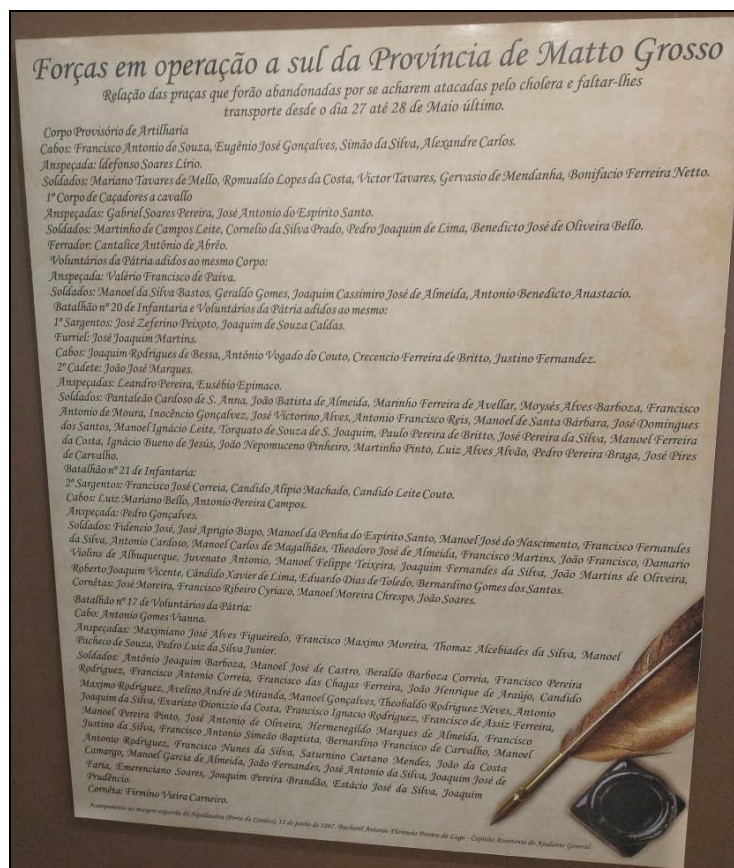
Figura 3 - Tronco original onde foi escrito: Cambaracê.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Devido ao tempo, a gravura no tronco já está bem desgastada, na tentativa de manter a madeira o maior tempo possível ela recebeu um tratamento para preservação. A escrita está no sentido vertical, e em letras de forma.

Figura 4 - Quadro com a relação dos soldados deixados para trás durante a Retirada da Laguna.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Neste ponto, a frase “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLACK, 1992, p. 04), resume bem sobre a intencionalidade dos monumentos acerca da guerra e da própria retirada. Portanto, existe um controle da memória, que se estende a escolha de testemunhas autorizadas, que se promovem pelas organizações formais que distribuem os arquivos pela visão do "historiador da casa” (POLLACK, 1989).

Diante do exposto, podemos considerar o cemitério dos heróis um documento/monumento. A discussão sobre o termo é tratada por Le Goff, que nos alerta o que distingue um simples documento para um documento/monumento, “é a sua utilização pelo poder” (LE GOFF, 2003, p.535).

Isto porque, assim como os textos tradicionais podem ser consideradas provas históricas sobre as civilizações, os monumentos também fazem parte da história e da constituição de uma nação, por mais que não haja escritos sobre o mesmo, as construções

refletem processos e conhecimentos de uma época. Afinal, [...] as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos (LE GOFF, 2003, p. 531).

Nessa perspectiva, sobre o cemitério dos heróis, “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 2003, p. 538). Há uma intencionalidade na monumentalização do cemitério, no entanto, é relevante compreender que:

“o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens[...]” (LE, GOFF, 2003, p. 531).

Conforme apresentado anteriormente, o Cemitério dos Heróis foi tombado partindo do princípio de que a comunidade local reconhecia e utilizava do espaço para momentos cívicos e homenagens em datas comemorativas. Além, claro, de que se tratava de um recinto importante para promoção da identidade e memória nacional, sendo pontuado como um ambiente de valor simbólico para o país.

Diante disso, é coerente levantar questionamentos como: a preservação desse espaço pode ser traçada apenas pela categoria de identidade? Em que medida a preservação de cemitérios garantem o interesse e reconhecimento social desse patrimônio? Os discursos de memória são efetivamente apropriados pelo público onde está localizado esse bem? Para tanto, iniciamos uma descrição sobre o espaço.

3.2 ANÁLISE IMAGÉTICA: ENTRE ARQUITETURA, SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS

A proposta da análise imagética emergiu do interesse em investigar o espaço do cemitério e seus significados expressos nas imagens e símbolos representados no e pelo patrimônio. No entanto, é válido estabelecer ao remeter as características e suas “intenções”, não estaremos tentando reconstruir o processo ou fazendo uma reconstrução

histórica, estamos buscando, sobretudo, compreender as condições de surgimento do objeto (BAXANDALL; PEREIRA, 2006).

Diante disso, iniciamos lembrando que o cemitério recebeu algumas intervenções ao passar dos anos, como citado, o túmulo do coronel Camisão e o Tenente Juvêncio estão, aparentemente, no mesmo local desde suas mortes. Já o do guia Lopes, foi transferido para a mesma localidade após solicitação do General Malan. O local também foi ampliado em sua totalidade, tendo hoje uma área de 1 hectare.

A seguir algumas imagens do espaço antes da última revitalização, a fim de demonstrar as mudanças ocorridas no cemitério.

Figura 5 - Antigo estacionamento e entrada principal do cemitério



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec¹⁶, 2022.

É relevante observar que não se distingue o estacionamento do restante do gramado. Além disso, uma parte da estrada principal ainda é de chão batido. Somente a partir da cruz e das palmeiras imperiais existe uma calçada.

¹⁶ Todas as imagens desta fonte, foram disponibilizadas por arquivo em *pen drive*.

Figura 6 - Vista aérea da implantação dos túmulos no terreno



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

Nota-se que a estrada principal tem acesso direto aos túmulos e demais elementos do cemitério. Após a revitalização foi construído um pátio que antecede as sepulturas conforme Figura 21.

Figura 7 - Vista frontal da implantação dos túmulos no terreno



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

Na Figura 7 é possível verificar que o espaço no ano de 2015 tinha poucas intervenções de infraestrutura. A vegetação era formada por espécies rasteiras e a passarela de acesso possuía várias palmeiras plantadas nas laterais no percurso.

Figura 8 – Imagem aérea do terreno



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

No geral, observa-se um ambiente quase sem intervenções estruturais, rodeada por uma vegetação nativa e uma grama rasteira em toda a delimitação do terreno. Seguindo a

técnica construtiva das calçadas portuguesas, os poucos metros construídos foram produzidos por pedras assimétricas, aparentemente de calcário e basalto, que oscilando entre as cores branco e o preto sinalizam o percurso a ser percorrido pelo visitante. Esse modelo de calçada se destacou no Brasil, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, e é especialmente utilizado para pavimentação de passeios e espaços públicos.

Figura 9 - Diferença da antiga calçada e as que foram construídas posteriormente



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Outra característica das calçadas portuguesas é a criação de mosaicos na configuração das pedras. No cemitério é possível verificar em alguns pontos, um desenho que se repete, pedras com alteração de cor indicando o percurso, e a denominação da cidade.

Figura 10 - Mosaico com nome da cidade à frente dos túmulos.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

O espaço proporciona uma aproximação do sujeito com a natureza através da vegetação e poucas intervenções humanas, características comuns em jardins e parques. Apesar de não ter sido projetado como um cemitério jardim, o espaço possui características que remetem ao estilo. Perante o licenciamento ambiental dos cemitérios, art. 2, inciso I, o cemitério jardim é aquele predominantemente recoberto por jardins, isento de construções tumulares, e no qual, as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões. Por *construções tumulares*, a legislação cita: jazigo, gavetas, criptas entre outros (CONAMA, 2003).

Além disso, foram desenvolvidos em suma, para envolver, rodear o visitante, que conforme perpassam pelas trilhas percebem cenas diferentes (TUAN, 2012), esses espaços foram e ainda são considerados lugares sagrados em diversas culturas do mundo. Na China, por exemplo, culturalmente os parques naturais surgiram em torno dos túmulos dos imperadores, onde os vivos partilhavam do sagrado. Logo, os jardins tendem a unificar a necessidade humana de religião e de recreação (TUAN, 2012, p. 169).

No Brasil, a título de exemplo, um dos cemitérios estilo jardim mais conhecido é o Jardim da Saudade em Salvador - Bahia. O local contempla 152 mil m², possuindo 10

capelas, ficando 02 unidades separadas para cremação de corpos, salão cerimonial para 100 pessoas e atendimento de floricultura.

A Figura 11, ilustra como o espaço remete um parque ao refletir uma sensação de pureza e organização. Todos os elementos são premeditados para oferecer tal sentimento, por isso, existe um alinhamento das lápides, as árvores que acompanham as trilhas são padronizadas em tipo e formato, e o uso da grama baixa promove um cuidado com o ambiente.

Figura 11 - Vista do Jardim da Saudade, cemitério-parque.



Fonte: Saudade, 2020.

Apesar do censo de igualdade entre os defuntos estabelecido pelo singelíssimo das lápides, o site oficial evidencia a escolha do local para despedidas de grandes celebridades, como o escritor Jorge Amado e Raul Seixas (SAUDADE, 2020).

Figura 12 - Túmulo do cantor e compositor Raul Seixas.



Fonte: Saudade, 2020.

O Jardim da Saudade recebe constantemente visitantes, servindo para a comunidade, conforme colocado por Tuan, para o lazer e para a religiosidade que envolve esses espaços. Todavia é válido ressaltar que para isso, os espaços possuem estrutura que facilite o uso dessas áreas, assim, o cemitério Jardim da Saudade a partir de suas singularidades e semelhanças estéticas com o Cemitério dos Heróis, se faz um exemplo, de como estes espaços podem ser apropriados pela comunidade e ressignificados pelos turistas.

Acerca das visitas no Cemitério dos Heróis, é válido elencar que o patrimônio é preservado e guardado pelo exército brasileiro. Por questões que serão discutidas posteriormente, o espaço hoje fica fechado para visita, sendo necessário realizar solicitação de visita através de ofício. Desta forma, o espaço pode até receber visitas, no entanto existem alguns pontos burocráticos a serem enfrentados para que isso ocorra.

O Cemitério dos Heróis teve algumas melhorias estruturais após a revitalização, finalizada em outubro do ano de 2021. Dentre as alterações se destacam o estacionamento, a entrada central, a construção de uma capela e um pátio de formatura. Ademais, outros investimentos foram feitos em placas de sinalização e reparo nos símbolos como, pintura.

Figura 13 - Vista aérea após a revitalização do cemitério de 2020.



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

Na imagem acima é possível verificar que foi retirado boa parte da vegetação existente nas Figuras 7 e 8, o que minimizou a aparência mais leve do espaço. Após o período de obras, constatou-se que os militares plantaram alguns tufo de gramas na tentativa de restaurar um pouco do que foi retirado.

Figura 14 - Vista aérea com destaque ao novo estacionamento e abertura de um acesso para veículos na lateral



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

A reforma do estacionamento e a abertura de uma via lateral, indicam interesse do exército em promover manifestações e eventos cívicos no espaço. Além disso, a melhora na infraestrutura acentua as condições de visitação no patrimônio.

Figura 15 - Capela construída para adoração e rituais.



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

A construção da capela foi feita bem próxima aos túmulos, sua estrutura possui uma proporção pequena não interferindo drasticamente na visualização dos jazigos, ponto de maior interesse de pesquisadores e visitantes no geral.

Figura 16 - Ampliação da calçada de acesso principal.



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

A passarela de acesso passou a ser calçada desde o portão de entrada. Assim, ao decorrer do percurso temos três tipos de pedras, instaladas em períodos distintos.

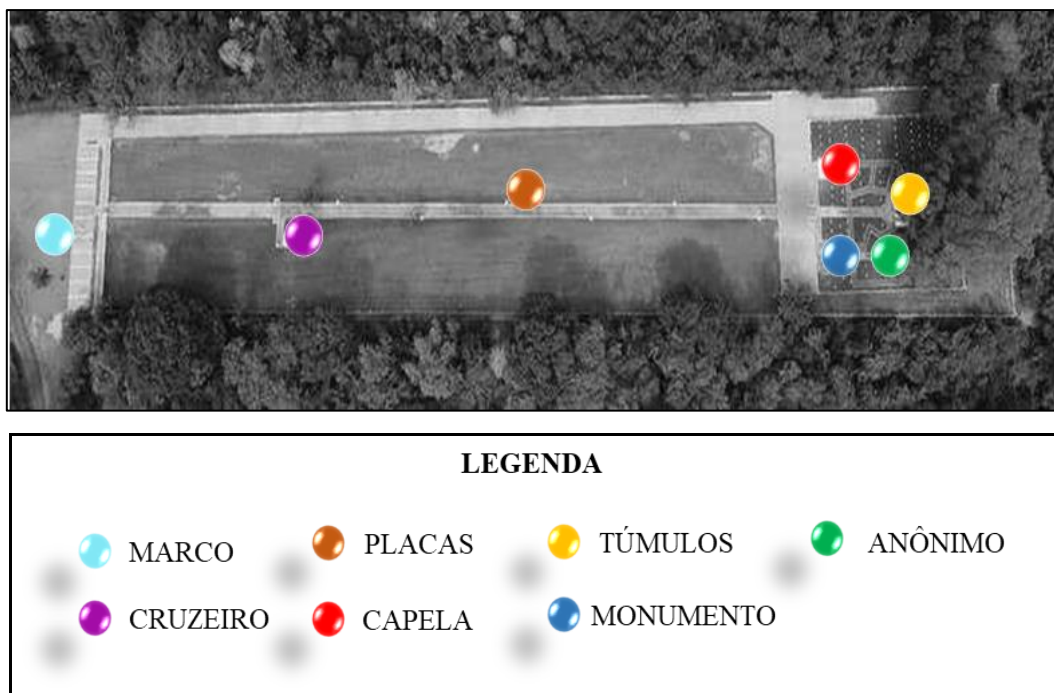
Figura 17 - Construção do pátio para formaturas.



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

Para um melhor entendimento, será analisado pontualmente os elementos arquitetônicos e simbólicos do cemitério. Portanto, abaixo é possível visualizar em planta baixa onde está situado cada item a ser discutido a seguir.

Figura 18 - Implantação dos elementos arquitetônicos e símbolos do cemitério.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Iniciemos então pelo primeiro elemento visto quando se chega no cemitério, o marco. A implementação do símbolo no espaço surgiu de um projeto cultural de demarcação iniciado em 2013 pela 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizado, com apoio do Comando Militar do Oeste. Durante a visita a sala de exposição da Retirada da Laguna, foi constatado que o objetivo do projeto era, além da contribuição de estudos futuros, demarcar trechos com relevância histórica acerca da retirada. Assim, além do cemitério, outros 29 marcos foram inaugurados no itinerário percorrido pela Força Expedicionária em 1867.

Figura 19 - Marco histórico situado no cemitério dos heróis.



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

O formato dos marcos segue a estética dos obeliscos, caracterizados por uma pedra monolítica vertical, de base quadrangular, que vai diminuindo progressivamente para formar no ápice uma pirâmide.

Dando sequência, o acesso à onde estão situados os túmulos - objetos de maior interesse e curiosidade, é dado por uma passarela com comprimento de 165 metros em linha reta. A disposição segundo diário de campo, foi opcional pelo próprio exército brasileiro alegando um fluxo mais rápido para os visitantes no espaço.

A 40 metros do portão de entrada, ao lado direito da passarela, foi construído um cruzeiro com mais de 1,5m. Carvalho e Gomes (2012) exemplifica a cruz como um dos primeiros símbolos de importância mundial, assim como a flecha. E sua composição no espaço em uma base elevada, configura um espaço “sagrado” onde as pessoas podem fazer suas orações e devocional.

Figura 20 - Cruzeiro na lateral direita da passarela principal.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Apesar da cruz ter uma forma geométrica simples, interseccionada por linhas em eixos opostos, seu uso pode conter diversas motivações. Segundo Frutiger:

“(...) o ponto de intersecção entre as duas linhas traz algo de abstrato, na verdade invisível, porém tão preciso, que matemáticos, arquitetos, geógrafos, geólogos, entre outros, utilizam-no frequentemente para designar a posição exata de um ponto” (FRUTIGER, 1999, p.29).

Além disso, a cruz pode ser encontrada na forma religiosa, mística ou esotérica na história de diversos povos, gerando novos significados a cada utilização. Desta forma, analisando o contexto brasileiro, em que o Império brasileiro advinha de uma cultura (Portuguesa) onde predominava o cristianismo, consideramos o cruzeiro ao lado direito, um indicador de solo sagrado, representando que ali morreram guerreiras em favor da nação brasileira. Expressão entre a morte e a esperança da vida eterna.

Aproveitando o longo percurso, alguns quadrados na altura da própria calçada foram construídos. O objetivo é que em rituais comemorativos ou visitas técnicas sejam anexadas placas e se crie um roteiro de visitação, passando todos os marcos importantes desde o início da retirada até a morte dos comandantes.

Figura 21 - Placas e banners para exposição no cemitério.



Fonte: 4ª Cia E CMB Mec, Jardim, 2022.

Para uma visualização mais didática, também foram feitos alguns banners reforçando o discurso heroico e cristalizado acerca da memória da guerra. No entanto, conforme constatado em diário de campo, essas placas e banners não ficam fixados no cemitério, a justificativa se dá deve-se pela área sofrer com problemas de vandalismo e furtos, sendo essas placas memoriais de grande interesse para ladrões na região.

Figura 22 - Espaço destinado as placas para visitas e exposições oficiais.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Seguindo a passarela é possível ter uma visão ampla de vários elementos que constituem o cemitério. Na Figura 23, é possível identificar o pátio para formaturas, a capela, os túmulos, o monumento, o “anônimo” e outras cruzes.

Figura 23 - Vista geral da área principal do cemitério.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Um adentro ao pátio para formatura, aparentemente, o exército pretende utilizar o espaço para comemorações cívicas e a formatura de militares, tendo em vista que, a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada possui instalações no município de Jardim.

O pátio de formatura foi construído de forma a não prejudicar a visualização dos túmulos dos visitantes. No caso de eventos específicos, decorações e ajustes poderão ser feitos, desde que sejam retirados, justamente por isso, foi previsto a necessidade de uma estrada à lateral esquerda do cemitério que desse acesso ao pátio.

Em seguida, à esquerda da imagem, temos a última construção erguida no espaço, a capela. Suas características rememoram uma arquitetura semelhante a encontrada em fortificações militares. Os pilares esculpidos singelamente nas laterais frontais, dão a sensação de assimetria e elevação ao céu, lembrando os pilares gregos.

Figura 24 - Capela do cemitério dos heróis em Jardim-MS.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Os recortes superiores são encontrados em construções antigas de pedra, a função era justamente facilitar a visualização dos inimigos de forma mais cautelosa. O desenho no centro é a representação no monumento existente ao lado direito que será analisado posteriormente, que de ante mão, representa uma bandeira a meio mastro. Com isso, características da arquitetura militar na construção reforçam imagetivamente o senso de lutas, de perseverança, morte e vitória dos heróis da retirada.

Ao centro temos os três túmulos. No primeiro momento, pensando na hierarquia militar, ao olhar a Figura 30, logo define-se que, da esquerda para direita, no primeiro túmulo estaria o corpo do guia Lopes, cidadão cívico que direcionou o exército sob a mata. O segundo e mais monumental, seria do coronel Camisão, tido como a principal liderança. E por fim, o terceiro em sua estatura mediana, seria o tenente Juvêncio, que em falta do seu coronel seria responsável pelo retraimento das tropas.

Figura 25 - Túmulos centrais no cemitério dos heróis, Jardim-MS.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

No entanto, para surpresa, os túmulos não correspondem exatamente aos nomeados "heróis" da retirada da Laguna. Isto pois, a sepultura central foi criada em 1905 para o filho mais velho do guia Lopes, João Francisco Lopes.

Assim, da esquerda para a direita temos: o túmulo do guia Lopes, ao meio pertencendo a João Lopes e por último uma única sepultura reservada para o coronel Camisão e o Tenente Juvêncio.

Figura 26 - Sepultura do José Francisco Lopes, o guia Lopes.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

O túmulo do guia Lopes era inicialmente em outro ponto, não especificado pela literatura, o que se sabe, é que era demarcado por uma cruz de madeira com alguns escritos sobre o falecido, e que por comando do General Malan foi transferido para ao lado da sepultura dos comandantes.

O guia Lopes é conhecido como o “autêntico herói” sul-mato-grossense, pois se por um lado ele entregou sua vida em prol de uma causa nacional, ele também remetia a uma figura desbravadora, sertaneja e cabocla que estava disposto a tudo para salvar a coluna expedicionária (SQUINELO, 2015).

A biografia do José possui poucas informações, discorrerem apenas sobre ser um fazendeiro morador da região de Jardim, casado com D. Senhorinha Maria da Conceição, sua ex-cunhada (SILVA; ZIOLKOWISKI, 20--). Em algumas obras é possível encontrar como motivação de sua participação na guerra, o fato de que sua família havia sido feita de prisioneira, durante os ataques na região antes da chegada da tropa brasileira. Essa vertente é também apoiada e repassada pelo exército brasileiro, conforme diário de campo.

Diante disso, a figura do guia se cristalizou na historiografia como um “herói perfeito e autêntico” (SQUINELO, 2015, p. 179), que viu na retirada a chance de recuperar sua família e vingar as afrontas recebidas pelos paraguaios. Taunay comentou sobre Lopes:

“Orgulhava-se apenas de seus conhecimentos da região, pretensão legítima, aliás, pois a ela devemos nossa salvação. “Desafio os engenheiros com suas agulhas (bússolas) e seus mapas”, exclamava. “Nos campos de Pedra de Cal e Margarida, sou eu o rei. Só eu e os índios conhecemos aquilo tudo”(TAUNAY, 1927, p. 32).

De fato, foi graças ao conhecimento do guia que a força expedicionária não foi completamente dizimada entre batalhas, o fogo e as doenças. Além disso, apesar de não conseguir retornar para suas terras com vida, o local foi fundamental para a recuperação dos soldados após a travessia do rio Miranda, com muitas frutas à disposição para alimentação e descanso de todos. Na sala de exposição do CER 3 existe até mesmo um banner e um protótipo da embarcação feita pelos soldados para a travessia do rio.

Figura 27 - Banner e embarcação utilizada pela coluna expedicionária.



Squinelo (2015), apresenta um paradigma acerca desse herói mato-grossense, afirmando que, mesmo ele sendo um exemplo de brasilidade e história de vida para inspirar aqueles que o sucederam, existe um descaso ao mesmo tempo. Pois não existem descrições físicas ao seu respeito e poucos documentos e informações comprovadas acerca da sua biografia. Portanto, pelo olhar sul-mato-grossense, o guia Lopes é privilegiado por seu caráter, persistência e personalidade forte comum na vida sertaneja.

Além da forma sob o solo, o túmulo recebeu uma cruz maior que as demais encontradas ao redor. No entanto, não existe nenhuma informação gravada na sepultura indicando a quem ele pertence. Em reflexão, o elemento elevado sob a sepultura pode ser para fixação de placas memorialistas em comemorações oficiais.

Figura 28 - Sepultura do guia Lopes.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

A estética da sepultura, onde consta uma base retangular - aqui no caso apenas demarcada- e ao centro um formato sobreposto a base, esculpido com ângulos de 45°, relembram as mastabas. Tidas na arquitetura, como uma forma de túmulo egípcias, onde

eram sepultados nobres e faraós, em suma, tinham um formato trapezoidal de pirâmide inacabado no topo.

Em sequência o túmulo de João Francisco Lopes. Como visto, seu pai, o guia, encarou a guerra na esperança de reencontrar sua família. Após o fim da retirada o João, sua mãe e irmãos foram libertados e finalmente retornaram para a fazenda Jardim, entretanto não puderam reencontrar o patriarca da família pois o mesmo havia falecido conforme já visto (JARDIM, 2009).

Figura 29 - Túmulo de João Francisco Lopes.



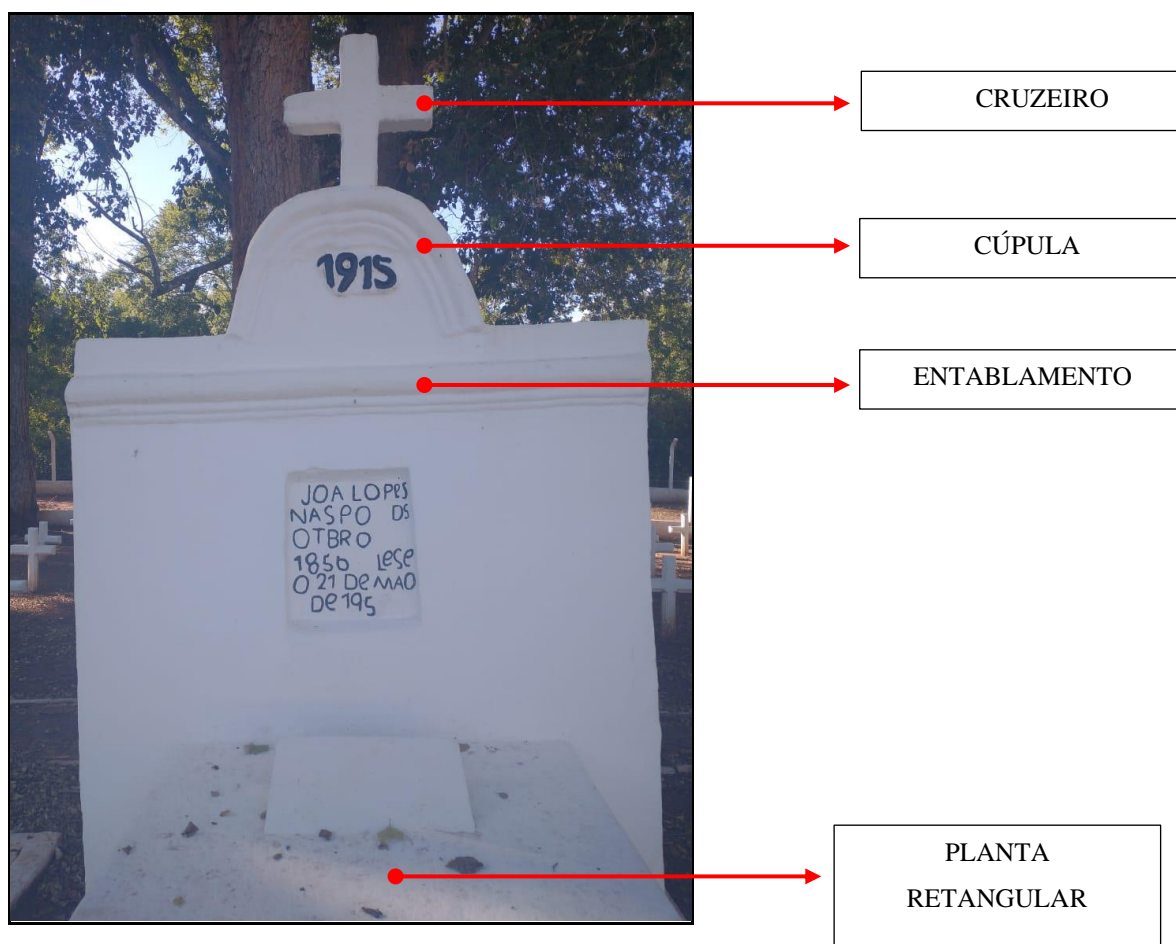
Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

A biografia de João José Lopes é praticamente inexistente. Quem esclareceu a construção do mausoléu foi o filho mais novo do guia, cujo nome é idêntico ao do pai; o fazendeiro da região Fábio Martins Barbosa e Clemente Barbosa. Constando no relatório de revitalização solicitado pelo general Malan a existência do mesmo, bem como, no estudo realizado por Dalmolin (2017). As causas da morte do João Lopes são desconhecidas na literatura.

O estilo arquitetônico traz algumas características presentes no estilo neoclássico, como por exemplo o uso de entablamento, que nada mais é que o conjunto de molduras que servem como arremate superior do túmulo.

Desta forma, analisando o conjunto, observa-se um degrau lateral, que pode ser compreendido como um acesso ao “pódio” - onde está o túmulo. A forma retangular e o semicírculo finalizado com frisos, e por fim o símbolo de um cruzeiro, complementam a descrição neoclássica do túmulo de João Lopes. Outra observação constatada é a nomeação da sepultura, o que demonstra um interesse de monumentalização da memória e identidade do morto.

Figura 30 - Identificação do túmulo de João Lopes e elementos neoclássicos.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

O terceiro túmulo, por sua vez, contempla os corpos do coronel Camisão e o do Tenente Juvêncio. Na literatura de Taunay, não fica nítido que os corpos haviam sido enterrados na mesma cova, ficando em questionamento se durante as intervenções do

general Malan e militares eles interferiram nesta distinção dos corpos, ou se foi localizado na época apenas uma sepultura identificada.

Entretanto, a estética atual permanece a mesma desde 1925, tendo em vista que, o jornalista Armando de Arruda Pereira descreveu o túmulo na mesma obra em que alertou sobre o descaso com o local. Segundo ele:

“A um lado, há uma sepultura baixa, uma simples caixa rectangular, de ardósia cinzenta, esburacada nos cantos, com uma placa de mármore medindo 98 por 129 centímetros. Vê-se uma cruz na pedra e lê-se o seguinte: Dos Beneméritos Cel. Carlos de Moraes Camisão e Tte. Cel. Juvencio M. Cabral de Menezes Comte e Into das forças em operação ao sul desta Província. Fallecidos na memoravell retirada das mesmas forças em 29 de maio de 1867. o Governo Imperial mandou erigir este Monumento de 1874” (PEREIRA, 1925, p. 43-44).

Figura 31 - Escritos grifados no túmulo dos comandantes.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

A imagem acima é datada em 2021 e sugere os mesmos dizeres citados em 1925. Ao que tudo indica, as laterais em branco foram construídas posteriormente como forma de controlar os desgastes ocasionados pelo tempo. A aparência do túmulo, sem ornamentos e nada excêntrico sugere uma descaracterização do que se imagina ser uma sepultura de sujeitos considerados heroicos.

Juvêncio Manoel Cabral de Menezes, fazia parte da Comissão de Engenheiros quando em 1964 foi nomeado por “merecimento” a tenente-coronel. Sua participação na Retirada da Laguna, é marcada por seu conhecimento na área da construção. Auxiliando os soldados na elaboração de pontes, balsas e no reconhecimento para acampamentos. Uma de suas falas mais marcantes foi imortalizada por Taunay (1921, p. 36): "Deixo viúva e seis órfãos. Terão como única herança um nome honrado”.

Carlos de Moraes Camisão, o coronel, por sua vez possui duas vertentes que analisam sua participação na Força Expedicionária. A primeira, descreve-o como um chefe e herói da retirada, alegando-lhe uma vitória de um retraimento que restou menos da metade dos homens.

E a outra, alega a participação do Camisão na defesa de Corumbá em 1964, antes da convocação de homens para o envio da Província de Mato Grosso. Em suma, seu desempenho foi contestado no meio militar, após ter desertado durante batalhas (MAESTRI, 2015). Assim, estudos apontam que a participação do coronel foi basicamente uma tentativa de remissão de seus atos em Corumbá.

Em face ao exposto, a sepultura dos comandantes pode ser visualizada de distintas formas, a depender de qual compreensão se tem pelos mesmos. A ideia de um homem que deixou a família e aos filhos apenas seu sobrenome? Ou a ideia de um homem que buscava se retratar de seus medos e abandonos? Ambas histórias causam uma impressão, e podem ter definido o estilo utilizado para a construção da sepultura.

Figura 32 - Jazigo onde foram enterrados os corpos do Cor. Camisão e o Ten. Juvêncio.



Ambos os túmulos possuem cada qual uma cruz (conforme Figura 25) no entanto, apenas a de João Lopes é integrada à construção. Os outros possuem os símbolos alocados ao chão próximo a parte de cima das sepulturas. A sepultura dos comandantes possui aos pés um canteiro com trapoeraba roxa plantadas. Em análise foi verificado que a forração não possui nenhum significado, ou seja, a espécie foi escolhida ser resistente ao calor e frio.

À direita dos túmulos, encontram-se duas construções. A primeira é tida como um monumento, por se tratar de uma escultura de uma bandeira a meio mastro. Na prática, isso é considerado um ato fúnebre oficial, utilizado principalmente em cerimônias de honras militares e políticas. A bandeira a meio mastro é tão representativa em relação ao luto, que consta na Lei 5.700/71, no art. 17 como deve ser feito o uso do símbolo em caso de funerais.

Figura 33 - Monumento representando uma bandeira a meio mastro em sinal de luto oficial.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Além disso, a bandeira foi construída de forma que transmitisse o sentido da rota que os soldados fizeram após o falecimento dos comandantes. Ou seja, ela indica a direção da fazenda Jardim, que pertencia ao guia Lopes. Atualmente também ficam fixadas algumas placas memorialísticas com datas comemorativas e de intervenções.

Um conflito sobre as placas memorialísticas, é que, na passarela de acesso principal, existem pontos de apoio para o uso de placas que conforme a passagem do visitante, fatos da retirada fossem abordados. Entretanto, essas placas apesar de existentes não ficam no cemitério constantemente. Durante uma visita de campo, verificou-se os desafios com o vandalismo na região, e que por tais motivos essas placas ficavam sob os cuidados do exército brasileiro. Porém, e essas placas que não são retiradas? O que as difere das demais? Se essas não foram furtadas até o momento, por que as outras seriam?

Figura 34 - Placas memorialísticas fixadas na bandeira.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

As placas possuem descrições sobre algumas comemorações cívicas em torno da guerra e da Retirada, e sobre as finalizações de processos de restauração do espaço e seus símbolos.

Figura 35 - Placas memorialísticas.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

O último elemento elencado como “anônimo”, fica situado atrás do monumento descrito acima. A construção faz jus ao nome, pois trata-se de um túmulo de uma pessoa desconhecida pela literatura e pelo próprio exército brasileiro.

Neste ponto é relevante lembrar sobre a própria construção do túmulo de João Lopes, que tinha o local como um jazigo familiar. O general Malan também comentou sobre haver diversas cruzeiras de madeira no espaço, simbolizando o enterro de sujeitos outros. Inclusive, citou em sua obra um caixão de mármore, que pelas dimensões apresentava tratar-se de uma criança (D’ANGROGNE, 1928).

A existência desse túmulo formaliza a utilização do espaço como cemitério cívico na região, e correlaciona a prática de adoração nos antigos cemitérios aos mártires. Ou seja, muitos desconhecidos e sem vínculo com a retirada ou a guerra, foram enterrados no cemitério pela perspectiva de honra em ter seu corpo e sua alma guardado por heróis da pátria. Ao que se consta, a construção foi feita após o ano de 1925, pois não foi descrita em nenhum relatório oficial.

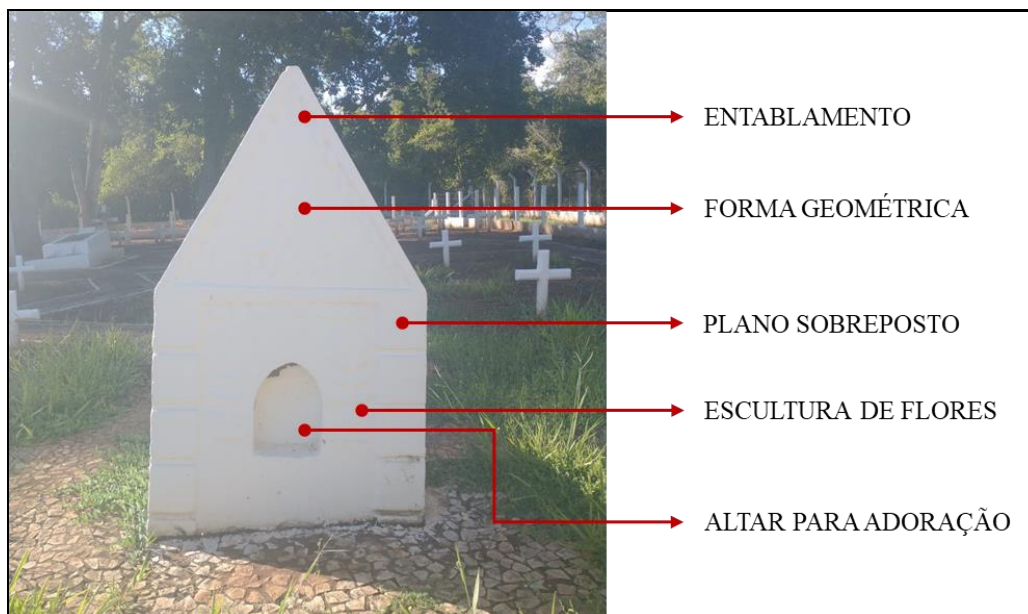
Figura 36 - Túmulo anônimo situado no cemitério.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

A base do túmulo é retangular, tem diferença de altura, como por exemplo, no túmulo do filho do guia Lopes. Ao olhar de frente a construção não existem indícios do perfil da pessoa que ali foi enterrado, os detalhes estéticos foram resumidos na parte posterior do túmulo, onde constatou-se uma simplificação de um oratório particular.

Figura 37 - Análise da vista posterior do túmulo anônimo.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Entre o altar para adoração e os planos sobrepostos, em ambos os lados foi esculpido um ramo de oliveira. O simbolismo de árvores é utilizado desde a Antiguidade, a oliveira por exemplo, era considerado um emblema da vida eterna justamente por suas folhas serem de ciclo perene (FÃRÇAS, 2015). Já para os cristãos as folhas da oliveira, significa paz e boas notícias: “A pomba veio a ele ao entardecer, e eis que em seu bico havia uma folha de oliveira recém-colhida. Então Noé sabia que a água havia diminuído da terra” [Gênesis 8, 11].

A diferença estética entre os túmulos desenvolvidos para os ditos “heróis” e o túmulo autônomo, dá a entender que o(a) sujeito(a) seria uma pessoa com boas condições financeiras, visto que, “arte cemiterial do “rico e do pobre” caminha lado a lado para refletir o gosto dominante de cada época, com as inerências artísticas correspondente a cada estrutura social” (BORGES, 2011, p.6).

Do mais, ao redor dos túmulos e construções existem diversas cruzes enterradas sob a terra entre os caminhos que constituem o cemitério, para ser mais exata, são no total 174 exemplares contando com as duas cruzes do túmulo do guia Lopes e dos comandantes.

Figura 38 - Vista frontal da delimitação dos túmulos e construções.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

O sinal foi mantido em honra aos falecidos e enterrados no cemitério, independente de terem ou não relação com a guerra. Afinal, o espaço recebeu por décadas corpos de moradores da região conforme verificado pelo general Malan. A quantidade de cruzes não é intrinsecamente relacionada ao número de corpos, trata-se apenas de um simbolismo, que reflete um sentido de sagrado e respeito aos mortos.

Neste seguimento, o símbolo designa uma representação em que o significante (realidade concreta) representa algo abstrato (religiões, nações, quantidades de tempo ou matéria, etc.). Seja por semelhança ou continuidade semântica, como por exemplo a cruz, que no Cristianismo, representa a imagem do Cristo Morto.

Outro exemplo, é o uso da cor branca em todos os detalhes do cemitério. De forma geral, cada cultura compreende e manifesta de formas diferentes a percepção sobre a representação das cores. Na psicologia, sua interpretação assume um papel fundamental para construção do pensamento simbólico (SOARES, 2020), e a partir disto, na arquitetura as cores atribuem sensações aos usuários.

Assim, a cor branca é reconhecida como indício de pureza, limpeza, castidade, liberdade, criatividade. Também pode remeter ao intangível e imaterial, no caso, a cor dos fantasmas e espíritos. Modesto; Perez; Bastos (2006) descreve que também pode ser

considerada a cor do vazio interior, carência e solidão, e resume: para os ocidentais simboliza a vida e o bem; mas para os orientais é a morte, o fim, o nada.

Ao final da leitura dos símbolos e elementos constituintes do espaço do “Cemitério dos Heróis”, cientes do lugar de fala e de que a narrativa discutida até o momento está mediada pelo presente e, claro, por questões que hoje nos permeiam, à de se concluir que a composição remete uma estrutura hierárquica, comumente vista em cemitérios de décadas passadas, que alguns aspectos paisagísticos se perderam ao decorrer das manutenções, e que os próprios túmulos precisam de atenção, pois estão se degradando devido ao tempo.

Instigados pela inquietação de Borges (2011, p. 02) que afirmou ser necessário “fazer mais conexões do assentamento arquitetural e paisagístico com o acervo escultórico e a leitura iconológica” para enfim desvendar o valor plástico e o significado simbólico desses espaços cemiteriais, seguimos a pesquisa nos debruçando sobre as percepções sociais acerca do “Cemitério dos Heróis”.

3.3 PATRIMÔNIO DE QUEM PARA QUEM?

O patrimônio “Cemitério dos Heróis” foi alvo de diversos conflitos desde sua criação até o efetivo tombamento do bem. Diante disso, neste tópico, procuramos analisar as apropriações discursivas em torno do patrimônio, objetivando verificar se o “Cemitério dos Heróis” é apropriado, reconhecido e ressignificado pelos atores locais.

Em conformidade com o plano diretor da cidade, o patrimônio está localizado na macrozona de Interesse Cultural (JARDIM, 2012). A respeito da perspectiva desta zona, a administração prevê, segundo o art. 30 do documento:

Art. 30. I –Implementar melhorias deste patrimônio com ações de resgate, fortalecimento e valorização cultural, além de registro dos fatos históricos, manifestações e tradições locais;
II –Requalificar os espaços públicos para melhor usufruto pela população.
(JARDIM, 2012).

Outro fator que associa à nomeação interesse cultural dado a esta zona urbana, se deve ao avanço turístico da região, tendo em vista, a proximidade com a cidade de Bonito

-MS (68,3 km de distância). No relatório do governo estadual sobre: demanda turística regional - sondagem do turista em potencial do ano de 2020, Bonito foi uma das cidades mais visitadas no Estado para o turismo, com cerca 56,8% da demanda.

Jardim, em contrapartida, não está nem mesmo entre as 10 cidades mais visitadas. No entanto, é no município de Jardim que fica a principal flutuação da região, premiada diversas vezes pela TripAdvisor entre outros, como melhor atração para os turistas. No próprio site oficial do Recanto Ecológico Rio da Prata, é possível constatar tais premiações e o endereço direcionado a rodovia BR 267, zona Rural de Jardim-MS.

Há de se pontuar que para que o turismo avance e seja um instrumento de desenvolvimento da região, é crucial um esforço na criação de produtos e serviços turísticos e diversificados (RIBEIRO; REMOALDO, 2011), bem como, na manutenção e acompanhamento desses agentes a longo prazo.

Durante visitas de campo ao CAT, constatou-se um interesse da atual administração do município em promover além do turismo ecológico o turismo histórico na região. Segundo declarações, existe uma pequena demanda interessada em conhecer o espaço do “Cemitério dos Heróis”.

“[...]nós recebemos bastante visitantes do quartel, que vêm aqui sabe, que tem curiosidade. Alguns pesquisadores que vem só para isso. Mas a gente quer transformar em um produto turístico mesmo, que ele tenha aquele enfoque não tão científico, que tenha lazer e que tenha história” (A5, Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (29 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

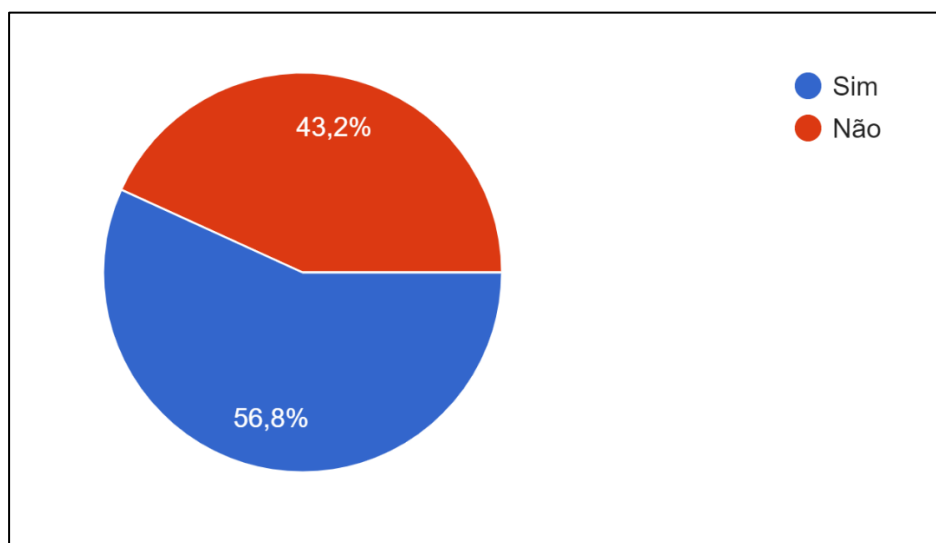
Para isso, os responsáveis pelo CAT afirmam estar investindo em novos meios de marketing sobre o espaço e uma revitalização:

“[...] Nós estamos pensando numa trilha de visitação logo após o cemitério.” Vai se chamar Trilha da Retirada da Laguna, ela vai fazer na frente do cemitério e chegar no rio, mesmo percurso que os soldados fizeram. Nós temos um diferencial, nós temos o turismo histórico, isso é legal” (A4. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (2 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

Percebe-se que o poder público tem em vista projetos e ações para a utilização do espaço, entretanto, há alguns pontos questionáveis na prática, entre eles, a divulgação do patrimônio local e o acesso ao mesmo.

No questionário online realizado com a população Jardimense, indagou-se quem já havia ou não visitado o “Cemitério dos Heróis”, para aqueles que informaram não conhecerem pessoalmente o espaço, um total de 43,2%, pediu-se para que justificassem os motivos. Como resultado 16,4% informaram se quer saber o que é o “Cemitério dos Heróis”. Conforme gráfico abaixo:

Figura 39 - Você já visitou o Cemitério dos Heróis localizado em Jardim, Mato Grosso do Sul?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A porcentagem de munícipes que não conhecem o patrimônio seria pouca se Jardim fosse uma cidade grande, entretanto, considerando seu tamanho, a porcentagem chama atenção, afinal, se os próprios moradores não sabem da existência e significado do espaço, possibilidade de indicações por meio das relações sociais para possíveis visitas perde sua força. Essa percepção também foi citada durante a entrevista com professores, que afirmam:

“Como é uma estrada que termina no rio, muitas pessoas vão conhecer o rio e vê um cemitério, e pensa: Meu Deus e esse cemitério aqui? Não conhecem, não sabem” (A2. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

Diante disso, é nítido a necessidade de uma divulgação mais ampla e profunda acerca do “Cemitério dos Heróis”, para que assim, as pessoas possam se apropriar do espaço e história e, conseqüentemente, indicar a amigos, familiares e visitantes. Após

melhorias da divulgação sobre sua existência e contribuições históricas do espaço, espera-se um suporte no que tange o acesso ao mesmo, tendo em vista o interesse do poder público em desenvolver a área para aspectos turísticos.

Vale ressaltar que o progresso turístico demanda de uma boa infraestrutura, entretanto, outros aspectos também são valiosos neste processo. A aquisição de conhecimentos e novas experiências geram interações mais significativas para o visitante, logo, o turismo deve ser uma ponte capaz de associar novos aprendizados a partir de saberes e produtos considerados tradicionais da localidade (RICHARDS, 2011).

Partido do papel de atendimento do CAT para com os turistas, analisou-se o percurso completo entre o ponto de suporte até a entrada do “Cemitério dos Heróis”, perfazendo 5,8km de distância. Entretanto, 2,3km do caminho ainda não são pavimentados e não possui infraestrutura de iluminação. Apesar de poucos quilômetros, durante as épocas de chuvas, observados em experiências próprias, o caminho curto se prolonga pela dificuldade da passagem de veículos.

Figura 40 - Disposição do Cemitério em relação ao CAT, e o percurso não pavimentado.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

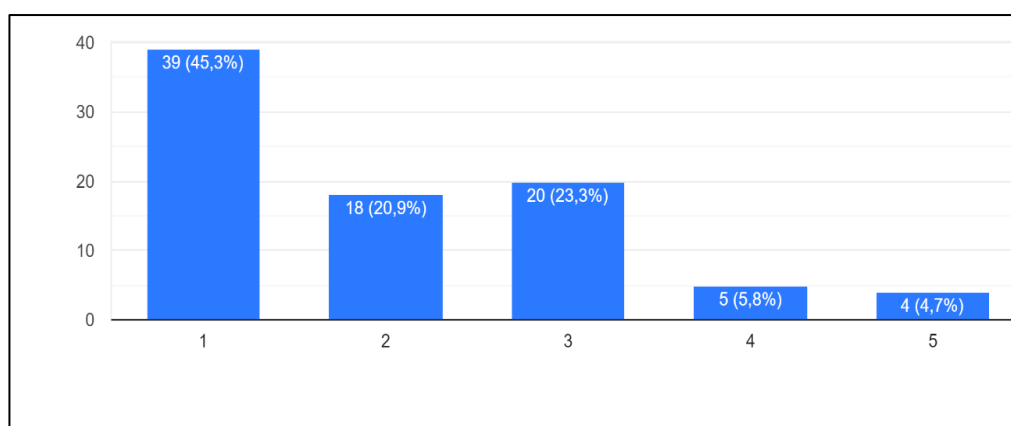
Em relação a estrada, o exército, por sua vez, alegou depender da disponibilização de maquinários para realizar intervenções, mas que, contribuem ativamente com a manutenção da estrada para o acesso de visitantes. Em decorrência a este fato, o CAT se posicionou:

“[...] a gente sabe que ali precisa de uma melhora na infraestrutura de acesso, e a gente já tem um projeto, com justificativa turística para simplesmente apresentar ao ministério do turismo e passar asfalto até lá” (A5, Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (29 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

As justificativas do exército, assim como, do CAT, causam um estranhamento, pois, de forma geral o exército é responsável por realizar obras de infraestrutura, sobretudo se considerarmos o curto trajeto e que por meio dele, também é possível acessar o rio, a melhoria da estrada seria um fator potencial para os atrativos turísticos do local.

Os problemas nestes 2,3km são um dos fatores citados pelos participantes do questionário online, quando questionados por quais motivos não haviam visitado o “Cemitério dos Heróis”. Dos 43,2% que não conhecem, 18,2% - a maioria- informou achar difícil o acesso ao patrimônio. Quanto a aqueles que já visitaram o espaço, questionou-se qual nota eles dariam para a estrada de acesso, sendo 1 totalmente insatisfeito, e 5 muito satisfeito. Os resultados podem ser observados na Figura 41.

Figura 41 - De 01 a 05, qual nota você daria para a estrada de acesso ao Cemitério dos Heróis.



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A falta de infraestrutura neste trajeto se torna ainda mais crítica quando realizado uma análise de impacto da vizinhança para a utilização do espaço. Ao norte e leste de sua

delimitação, o “Cemitério dos Heróis” está rodeado por uma mata ciliar, tendo em vista, estar nas proximidades com o Rio Miranda. Já no lado oeste, existe um sítio particular.

No entanto, o que confronta a ideia de turismo para a região, deve-se ao fato de ao sul do patrimônio, existir um lixão a céu aberto, que apesar de desativado recentemente segundo declarações, causa um impacto na vizinhança que não contribui para um turismo histórico, uma vez que, os indivíduos desenvolvem suas percepções por meio do contato íntimo com a paisagem vivida (TUAN, 1980).

Mesmo o lixão estando desativado, segundo declarações do CAT, as comunidades mais próximas acabam utilizando o espaço para o descarte de objetos e afins. Logo, enquanto os sujeitos locais desenvolvem uma relação de uso e necessidade mais complexa por estarem inseridos no cotidiano da região, os turistas possuem uma percepção outra regulamentada por um juízo de valor inerentemente ligado a critérios estéticos (TUAN, 1980).

Precedido de tal, os problemas da estrada de acesso, bem como, questões relacionadas ao lixão na área foram comentadas pelos visitantes que realizaram a avaliação do “Cemitério dos Heróis” junto ao *google maps* após a visitação, conforme Figura 42.

Figura 42 - Comentários extraídos do Google Maps.



Fonte: [s.I.] Google Maps. <https://shre.ink/CHRI>

Se o “desenvolvimento do turismo depende das especificidades de cada região, só sendo viável quando existirem recursos que garantam uma vocação turística” (RIBEIRO; REMOALDO, 2008). Dentro das condições citadas até o momento, o “Cemitério dos Heróis” está longe de ser um potencializador turístico para a região, pois mesmo, tendo características históricas relevantes, os aspectos quanto a sua localidade e manutenção dispõem reações negativas e desfavoráveis para visitantes.

Além disso, observou-se uma certa insegurança dos munícipes quanto à região onde o cemitério está implementado. Quando questionados sobre a potencialidade do local para o lazer, os entrevistados opinaram:

“Não, acho que não, porque as pessoas não se deslocariam para lá para lazer. A maioria das pessoas nem sabem o que é cemitério dos heróis. Então as pessoas passam por lá sem nem saber do que se trata. Acho que no momento, não atrairia as pessoas para lazer” (A1. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

Justificando que:

“Eu penso que é lugar para a gente respeitar, por que lazer? Como seria esse lazer, e se acontecer depreciação? As pessoas são... (A2. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

O fato de citarem problemas como depreciação e que as pessoas são... – sem continuidade – propôs uma análise mais afunda da vizinhança do patrimônio. O bairro Vila Santa Teresa é o mais próximo do espaço, cerca de 2,3 km do cemitério, justamente o percurso que não possui pavimentação urbana. O que ocorre é que, este bairro é formado em suma por habitações de interesse social, tema recorrente em pesquisas que alegam ser um instrumento governamental enraizado na segregação espacial da urbanização brasileira.

O racismo ambiental¹⁷ atinge a parcela mais vulnerável da sociedade, que sobrevivem em meio às desigualdades socioeconômicas (BULLARD, 2005). As políticas

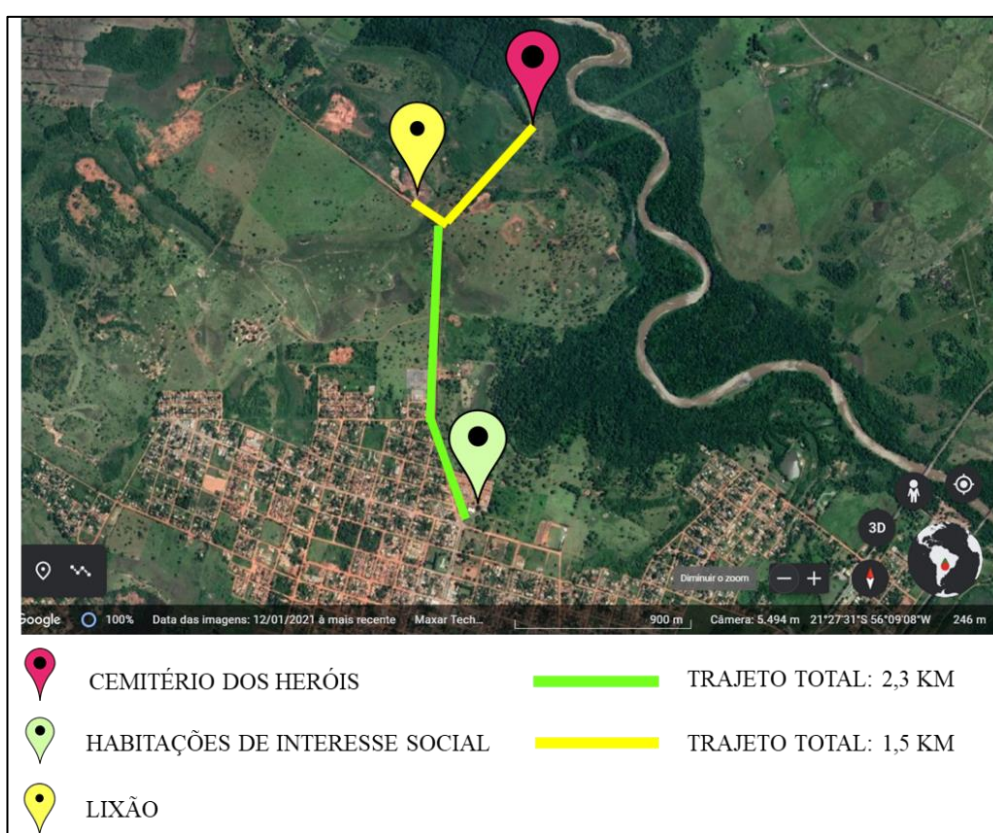
¹⁷ A) Entendido como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.” (Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental).

B) HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. **Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE**, 2006.

públicas associadas às práticas industriais que favorecem o capital, impõem altos custos no que tange às habitações, com efeito, as comunidades mais carentes economicamente dependem do Estado para o acesso e uso de recursos (BULLARD, 2005).

Em outras palavras, os empreendimentos desenvolvimentistas acabam adquirindo territórios mais bem localizados, e os conjuntos habitacionais que dependem da burocracia e interesse do Estado, geralmente, acabam implantados em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura consolidada. No caso do bairro Vila Teresa não foi diferente.

Figura 43 - Análise da vizinhança do "Cemitério dos Heróis".



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Isso põe em pauta debates em torno da percepção que a sociedade assume historicamente sobre os beneficiários dos conjuntos habitacionais populares, também conhecida popularmente como favelas, uma vez que, os favorecidos do programa são obrigatoriamente enquadrados como população de baixa renda. Sodré (2020) realizou uma pesquisa no município de Araguaína -TO, cujo objetivo era identificar a gestação e materialização do preconceito socioespacial relacionado à insegurança urbana. Em suas conclusões, declarou que o preconceito socioespacial é imanente à apropriação

segregadora da cidade e que se veicula por meio da atribuição do “violento” aos bairros periféricos e pobres.

Consoante a atribuição de “violento” que esses bairros recebem popularmente, conforme apontado por Sodré (2020), procurou-se discutir sobre o *vandalismo na região*, do qual foi comentado durante conversas informais. No dicionário, a palavra vandalismo é tida como um substantivo masculino. Que se caracteriza por extensão a: um ato ou efeito de produzir estrago ou destruição de monumentos ou quaisquer bens públicos ou particulares, de atacar coisas belas e valiosas, com o propósito de arruiná-las.

No caso dos cemitérios, existe uma emblemática questão envolta da laicização versus a predominância simbólica do catolicismo dentro desses espaços. Se por um lado, a legislação aprova o sepultamento e ritualizações independente de raça ou crenças; a gestão e até mesmo os usuários, por outro lado, podem dificultar ou excluir práticas distintas do que a matriz católica considera correta.

Um exemplo concreto sobre o poder simbólico que o catolicismo incide dentro dos cemitérios, foi estudado e discutido por Silva em 2018. Em sua pesquisa, ele analisou o caso da revitalização do cemitério público da Praia de Mauá, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Sua inquietação deu-se a partir das ações do novo administrador, considerado evangélico, que propôs modificações pautadas em sua visão de ordem e limpeza para o antigo cemitério.

Entre os seus atos, o gestor proibiu alguns rituais que são predominantemente realizados pelos adeptos ao candomblé e umbanda. Em busca de uma higienização do cemitério, ele - o administrador - os caracterizou como poluidores, e acrescentou que, antes de suas intervenções o antigo cemitério estava entregue aos “vândalos e ratos” (SILVA, 2018, p. 241).

Todavia, objetos também utilizados pela matriz católica não foram banidos do espaço, tais como, velas, fotos, bilhetes, flores e o cruzeiro, ou seja, há uma seletividade de quais são os ingredientes e objetos que sujam e incomodam ou não, tudo depende de estarem enquadrados nas manifestações seculares ou católicas.

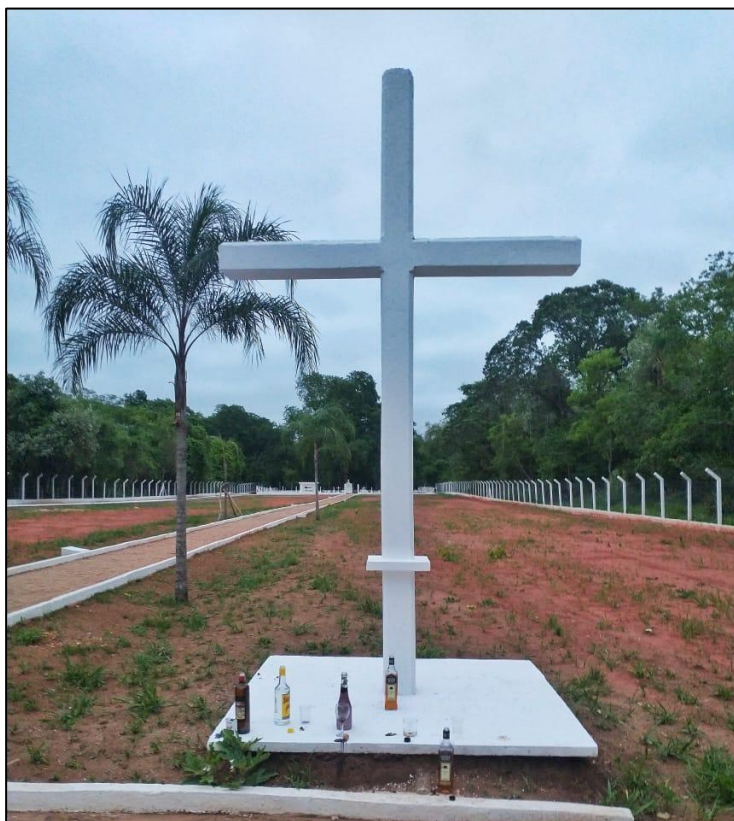
De fato, o que se percebe através da pesquisa do Silva, é que os cemitérios apesar de laicos, tendem a manter práticas e regimentos que o tornam exclusivo para o luto apenas de cristãos. E que, aqueles que realizam rituais fúnebres distintos dessa perspectiva acabam excluídos e discriminados pelo controle simbólico em torno dos cemitérios.

Na simbólica do cemitério, é nítida a recusa do esquecimento pelo homem, por isso, a necessidade da evocação e da identificação do ausente, e o dever de memória passa pela invocação; neste caso, a invocação do morto pelo nome próprio, fazendo-o sair do esquecimento e renovando sua identidade (CATROGA, 2010, p. 169).

A intolerância religiosa afeta diretamente na perpetuação de memórias outras, principalmente, quando se trata de práticas religiosas não ocidentais, como por exemplo, da matriz africana. Por isso, os cemitérios são instrumentos capazes de dar voz e também silenciar grupos subalternizados, entendidos “como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro” (GONÇALVES, 2015, p. 216)

Durante uma visita ao “Cemitério dos Heróis”, constatou-se que este espaço é utilizado por grupos sociais para práticas mediúnicas, práticas religiosas de matriz africana e também católicas. De certo modo, isso comprova que o espaço é apropriado de alguma forma pela comunidade local, e que sim, é possível apropriar, ressignificar e utilizar do espaço para distintas ações.

Figura 44 - Cruzeiro e Ebós utilizados nas práticas religiosas.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

Alguns vestígios das práticas também foram visualizados atrás dos túmulos dos comandantes, como por exemplo, velas de cores diferentes e alguns cigarros.

Figura 45 - Ebós.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2022.

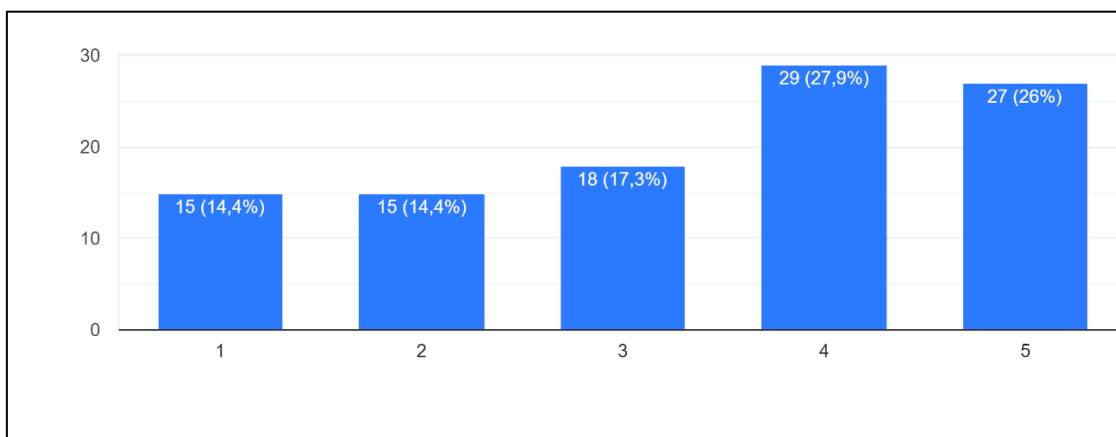
Diante de tais fatos, *a depreciação e as pessoas são...* pode ou não ser interpretado como um pré-conceito em relação a vizinhança do cemitério e as formas de apropriação do local. Ademais, é válido pontuar que a construção de um bairro urbano próximo a um lixão a céu aberto, não pode ser considerado apenas como “imprevisto” de projeto, afetando diretamente na qualidade de vida e social dos moradores da região.

O fato do espaço ser utilizado por distintas práticas religiosas, e ainda hoje, ser interpretado por (pré)conceitos ocidentais, reforça o sincretismo existente no Brasil historicamente constituído por uma demarcação de poderes. Entendido como um processo intelectual e emocional, o sincretismo emerge de uma “relação duplamente desigual entre duas culturas, duas religiões, uma religião e uma cultura” (SANCHIS, 1994, p.07). Isto pois:

“A primeira desigualdade corresponde a uma situação objetiva de superioridade: conquista, dominação de classe, dominação política, hegemonia, cultural ou diretamente religiosa etc. Significa dizer que, na maioria das situações, o processo sincrético não funciona senão num sentido pré-orientado e/ou pré-constrangido por relações de poder” (SANCHIS, 1994, p.07).

Diante das questões citadas até aqui, os participantes online acreditam que o “Cemitério dos Heróis” tem muita potencialidade enquanto espaço turístico, mas que, atualmente, não o visualizam como um espaço de lazer. A comparação pode ser observada nas Figuras 46 e 47.

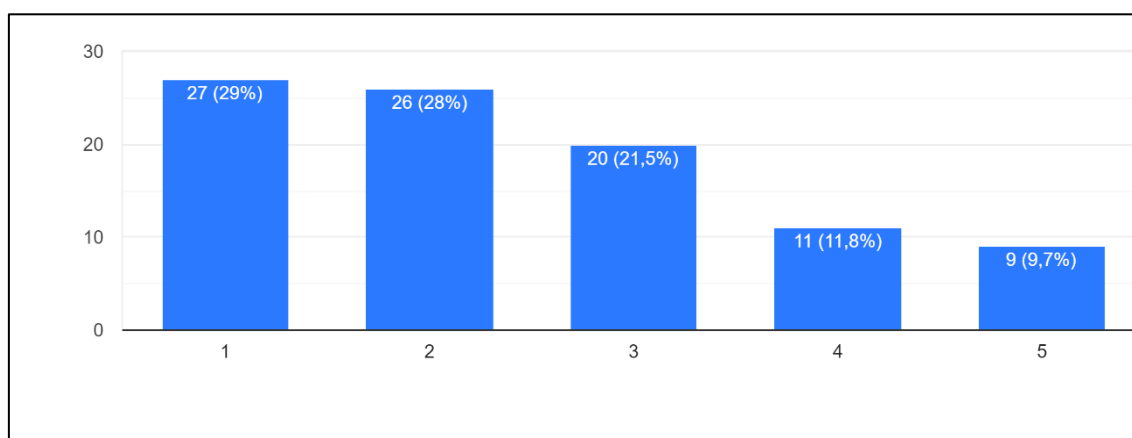
Figura 46 - De 01 a 05, qual nota você daria ao espaço quanto um local de potencialidade para o turismo na região?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Enquanto 27,9% acreditam que o espaço tem um nível satisfatório para o desenvolvimento de turismo histórico, outros 29% não visualizam o “Cemitério dos Heróis” como um lugar de lazer (Figura 47).

Figura 47 - De 01 a 05, qual nota você daria para o Cemitério dos Heróis como um local de lazer?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A diferença entre os pontos, é que se entende que para o turismo histórico o espaço receberia uma estrutura para tanto, e que seria algo passageiro, momentâneo quanto ao tempo de experiências de cada indivíduo. Já para lazer, caracterizaria uma relação mais forte com o espaço, e neste ponto se faz necessário relembrar que se trata de um cemitério, entendido e propagado como um ambiente estranho, mal assombrado e outros, isto pois remetem ao não compreendido, a morte. Ademais, o próprio processo de preservação do “Cemitério dos Heróis” devido sua demora no tombamento, proporcionou experiências distintas sobre o local.

“Olha a primeira vez que eu fui eu achei bem triste, por que ele era bem acabado, era destruído! A primeira vez que fui tem mais de 10 anos, e agora, com essa reestruturação, que fizeram essa reestruturação né, o quartel mobilizou, está perfeito! Ficou diferente até o ambiente, a chegada, não é mais um ambiente pesado. Ele já tem mais, sei lá, ficou mais alegre. Estranho isso, mas na minha concepção ficou melhor” (A2. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

“Eu já visitei uma vez, e na verdade, até me surpreendeu. Porque quando você pensa em cemitério, você já pensa em algo triste, algo desolado, que você vai sentir algo realmente triste. Mas quando alguém me contou a história, e que não estavam os corpos, estavam apenas as lapelas, dos falecidos, então a gente já tem uma impressão diferente” (A3. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

As respostas dos participantes A3 e A2, demonstram que as experiências foram diferentes a partir da época em que elas ocorreram. Reforçam a ideia de que os cemitérios não são espaços capazes de transmitir leveza e emoções satisfatórias. Do mais, os dados evidenciam a necessidade de planos e ações a partir da educação patrimonial para o município de Jardim, para que gradativamente a população possa ressignificar e se apropriar do patrimônio local.

No entanto, também se faz necessário reconhecer a parcela de pessoas que não se interessam pelo patrimônio “Cemitério dos Heróis”, seja por falta de conhecimento ou não. Afinal, também foi uma das respostas observadas no questionário online, que justifica o motivo por não conhecer o espaço. Assim, 7,3% alegaram não ter interesse, outras 10,9% não o visualizam como um atrativo turístico e 10,9% não imaginam o espaço como um lugar de lazer.

Um dos motivos pelos quais existe um desinteresse das pessoas em relação ao cemitério, segundo o CAT deve-se a:

“[...] esse episódio da Guerra, não sei se pensar o seguinte, existem muitas famílias em relação à cultura, que sofreram com isso. Porque a gente tem uma influência do Paraguai, que é muito próximo. E as pessoas perderam muitos familiares, são coisas muito antigas, então para eles, essa questão da guerra, não é algo admirável. Isso demorou um tempo para a gente perceber, e até ter um olhar de que não nasci aqui. Então ir visitar o cemitério não é muito deles, porque teve uma questão de perda de muitos paraguaios que têm ligações culturais sobre isso. Então a retirada da Laguna para as descendentes paraguaias, não foi uma história bonita, entende?!” (A5, Entrevista 3.[Fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (29 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

Quanto aos dados oficiais sobre a porcentagem de descendentes paraguaios na região, não foi possível ser averiguado neste estudo, no entanto, questionou-se sobre essa informação junto aos professores entrevistados. Ambos os participantes afirmaram que de fato, em suma, os alunos da escola possuem vínculos com a cultura paraguaia, porém, não há um estranhamento pelos alunos quando o tema é abordado em sala de aula.

“Eles não questionam, eu como professor, busco trazer perspectivas diferentes de como a história é construída. Da perspectiva paraguaia e perspectiva brasileira. Mas, o aluno não. Hoje nós temos um empobrecimento cultural, os jovens não se interessam pelas histórias, pelos mais velhos, pelo passado. Eu vejo que até mesmo no sobrenome, as pronúncias corretas estão se perdendo. Eles não falam mais como pertencentes a uma linhagem diferente” (A1. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

No caso citado na entrevista anterior, o apagamento de heranças culturais traduz, em partes, a negação identitária de grupos que sofreram situações desfavoráveis no passado, e tomaram novas culturas para si no intuito de sobrevivência, contexto comumente visto em casos de guerras e genocídios (FERREIRA, 2011). Em outras palavras, o direito à memória se constitui no processo constante e necessário do esquecimento de outras memórias, entretanto, problematizar essas perspectivas quanto ao passado e as consequências derivadas da guerra, por exemplo, proporcionam reflexões de justiça social, “de conceder voz aos que não a possuem, de estimular o protagonismo social” (FERREIRA, 2011, p. 109).

Isso também se tornou evidente em algumas respostas do questionário online, principalmente, no que tange a perspectiva da sociedade sobre o que é patrimônio cultural. Em uma das definições, o participante A6, por exemplo, descreveu que entendia por patrimônio cultural:

“Toda obra que remete ao passado e que atrapalha de certa forma a evolução das cidades” (A6, 2022).

Num primeiro momento, a resposta do A6 pode ser interpretada pelo viés de um desenvolvimento urbano marcado pelo capitalismo, que “destrói” o que estiver à sua frente para alcançarem-se as metas. Eliminando a ideia de que os patrimônios culturais “possuem uma densidade simbólica específica, resultado de sua produção eminentemente coletiva” (VELOSO, 2009, p. 437).

A resposta também pode ser analisada pela noção dos patrimônios culturais imateriais, que neste ponto, não foram considerados relevantes pelo A6. Ao enfatizar “obra” em sua materialidade como a totalidade dos patrimônios, o participante demonstrou ter um conhecimento pautado na colonialidade, que não reconhece saberes e práticas outras como algo valorativo e pertinente às culturas.

De qualquer forma, o retorno tanto do participante A5 quanto do A6, reforçam a relevância da Educação Patrimonial Decolonial para reconstrução de um patrimônio que respeita a diversidade de todos os povos e raças, contra hegemônico e reflexivo quanto aos caminhos fundantes que por diversas vezes reproduzem pensamentos e práticas eurocêntricas e coloniais.

Ao promover alternativas na política e na pedagogia por meio da virada epistêmica decolonial no que tange os patrimônios culturais, estamos defendendo assiduamente grupos sociais e culturais, além de tornar cidadãos críticos e reflexivos quanto ao seu papel de não admissão de práticas que mantenham e reproduzam a colonialidade do poder, ou até mesmo, que as práticas educativas reencarnem e sejam reprodutoras da colonialidade. Como Walsh descreveu, permanentemente, re-existindo, re-vivendo e resistindo (WALSH, 2017).

Para tanto, se faz necessário emergir pautas e diálogos a partir de uma pluralidade de opiniões que aproximasse os patrimônios culturais ao cotidiano das pessoas. Afinal, como cobrar o entendimento de um conceito tão complexo quanto Patrimônio Cultural, quando a população brasileira sofre com a falta de condições básicas para isso, como por exemplo, acesso e permanência a educação, desemprego, fome, falta de políticas públicas e incentivo para apropriação desses bens (IBGE, 2022), sem contar no processo de representações culturais ignoradas ao longo de décadas pelo Estado.

Desse modo, debruçou-se de forma mais crítica sobre as respostas obtidas por meio do formulário online, tensionando perspectivas e experiências acerca do patrimônio cultural. Para tal, se fez necessário reconhecer o perfil dos 125 participantes, para posteriormente, verificar as relações determinantes sobre os processos de educação, apropriação e valorização dos patrimônios.

Tabela 1 - Perfil dos participantes.

IDADE		ESCOLARIDADE		MUNICÍPIO	
Até 15 anos	12,80%	E. Fundamental incompleto (1ª a 9ª série)	0%	Jardim-MS	82,40%
16 a 20 anos	19,20%	E. Fundamental completo (1ª a 9ª série)	10,40%	Guia Lopes da Laguna-MS	10,40%
21 a 25 anos	14,40%	E. médio incompleto (1º a 3º ano)	19,20%	Bonito -MS	0,80%
26 a 30 anos	13,60%	E. médio completo (1º a 3º ano)	16%	Aquidauana -MS	1,60%
31 a 35 anos	16,80%	Graduação	19,20%	Nioaque-MS	1,60%
Acima de 35 anos	23,20%	Pós-graduação	35,20%	Campo Grande -MS	3,20%

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A maioria dos participantes residem em Jardim (MS) e possuem um nível escolar de pós-graduação. Do total, 75,2% afirmaram terem estudado em algum momento assuntos que abordassem o patrimônio cultural, seja no âmbito local, estadual ou federal.

Em contrapartida, houve 24,8% que afirmaram não terem estudado tópicos que englobassem estudos sobre Patrimônio Cultural. Destes, cerca de 48% são referentes a pessoas do grupo de pós-graduados. Essa informação demonstra que mesmo em níveis

maiores de escolaridade existe, ainda hoje, uma defasagem no que tange a integração do patrimônio cultural no cotidiano social e científico.

Em sequência, os integrantes foram instigados a explicar o que entendiam por patrimônio cultural. Esta pergunta esteve intrinsecamente direcionada a identificar quais são as idealizações de patrimônio cultural que são propagadas através de escolas, meios digitais, sociais e políticos atualmente. Permanecem hegemônicas ou contra hegemônicas?

As respostas foram bem diversificadas, tiveram pessoas que alegaram não saber basicamente nada sobre o assunto, enquanto outras, já possuíam um conhecimento mais aprofundado. No grupo dos participantes que declaram ter o ensino fundamental completo, apenas uma pessoa afirmou não entender nada sobre patrimônio cultural. As outras respostas fizeram assimilações a lugares, povos e tradições. Destaca-se entre todos a declaração onde, entende-se que:

“Patrimônio Cultural é todo objeto material (como prédios e monumentos) e imaterial (como festas religiosas e tradições culinárias) que faz parte da cultura de um povo. Ele é escolhido para que possa ser preservado” (A7).

A resposta foi considerada bem ampla e correta dentro do que se institui patrimônio cultural na Constituição Federal, entretanto, curiosamente, a pessoa que elaborou o texto alegou que durante seu período escolar - ensino fundamental completo - não foram abordados conteúdos acerca do tema.

Contraditoriamente, a pessoa que respondeu não saber nada, informou ter estudado sobre o tema em matérias como história e geografia, a partir de uma metodologia teórica, ou seja, apenas por meio de leituras.

No grupo de pessoas que não finalizaram o ensino médio, 06 informaram não saberem nada sobre patrimônio cultural. Entre elas, apenas 01 não se recorda de ter estudado sobre durante o período escolar; uma pessoa informou ter estudado de forma teórica e prática, e o restante apenas de forma teórica. As matérias citadas foram, história, geografia, artes, português. Apesar de não se recordarem de estudar oficialmente sobre o tema, estes mesmos participantes descreveram o patrimônio como um local com história na cidade, bem como:

“Algo que represente a cidade, algo da cidade ou da cultura presente. Conjunto de bens, cultos, tradições, algo que recorde a ancestralidade histórica” (A8).

A assimilação dos aspectos culturais citada pelo A8 exemplifica a interdisciplinaridade no campo do patrimônio e como pedagogicamente, ele pode ser implementado nos processos de ensino e aprendizagem.

A título de exemplo, pesquisadores realizaram um estudo no município de Uruguaiana junto aos alunos dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Ciências da Natureza e Tecnólogo em Aquicultura, buscava-se identificar paisagens, ainda, pouco conhecidas por grande parte da população, assim como, construir o perfil socioeconômico-ambiental das prováveis áreas que poderiam vir a servir para atividades de esportes de aventura e/ou turismo de aventura, assim como reconhecer as comunidades em que os licenciandos realizaram seus estágios.

O projeto executado viabilizou o patrimônio histórico do município, que segundo os pesquisadores era pouco valorizado na região, e auxiliou os alunos na redução do sedentarismo e na alienação da cultura local (RIOS; BARRETO; CUNHA, 2020).

Metodologicamente, o processo ocorreu por meio do mapeamento dessas áreas utilizando de desenhos e fotografias, onde os alunos caracterizam as principais vegetações, animais locais e belezas naturais das trilhas. Por ser uma linha de ação que não demanda de grandes investimentos monetários, a proposta pode ser replicada em diferentes locais e grupos sociais. Um incentivo para se pôr em prática o viés decolonial nos âmbitos escolares.

As respostas obtidas acerca do que os participantes compreendiam sobre patrimônio cultural, em ambos os grupos apresentados até o momento, demonstram que as experiências e vivências dos sujeitos são instrumentos capazes de auxiliar na identificação e no conhecimento dos mais diversos assuntos perante a sociedade. Portanto, destaca-se a importância em considerar durante o processo de ensino e aprendizagem os saberes e conhecimentos prévios de todos os alunos.

Consoante a isto, Ellsworth (2005, p, 05) afirma que os locais de aprendizagem não devem ser visualizados como um espaço fixo de práticas e/ou discursos, e sim como, espaços de distintas experiências, e, portanto, possíveis de diferentes saberes e aprendizagens. Assim, “a experiência de um eu que aprende em formação”, faz com que a “pedagogia se torne mais aparente”.

Os locais de aprendizagem possuem potencial em nos instigar ao novo, a descobertas inesperadas e aprendizados outros, Rajchman (2000) descreve esses locais como “zona de indeterminação histórica”, ou melhor, espaços para experimentação e vivências.

Na arquitetura, o espaço produz e aguça nossos sentidos. Assim, um lugar de auto experimentação está relacionado com a própria pedagogia (ELLSWORTH, 2005). Em outros termos:

“A aprendizagem nunca ocorre na ausência de corpos, emoções, lugar, tempo, som, imagem, auto-experiência, história. Sempre faz um desvio pela memória, pelo esquecimento, pelo desejo, pelo medo, pelo prazer, pela surpresa, pela reescrita. E, como o aprendizado sempre ocorre em relação, seus desvios nos levam até e às vezes além das fronteiras do hábito, do reconhecimento e das identidades socialmente construídas dentro de nós mesmos. A aprendizagem nos leva até e além das fronteiras entre nós mesmos e os outros e através do lugar da cultura e do tempo” (ELLSWORTH, 2005, p.55) *tradução própria*.

Em seguida, analisou-se o grupo composto por integrantes que já finalizaram o ensino médio completo. Entre as 20 respostas, apenas 03 afirmaram não terem estudado sobre o tema. Em uma das respostas, a pessoa alegou que entende serem:

“Pontos turísticos são patrimônio cultural de cada Estado” (A9).

Neste ponto é relevante destacar que em partes a resposta não está incorreta, afinal, geralmente os patrimônios culturais são locais de apropriação utilizados pelo turismo cultural. No entanto, essa definição categórica marca o entendimento passado de patrimônio cultural, ou seja, assume-se um pensamento hegemônico do patrimônio pautado na pedra e na cal, que por décadas excluiu grupos e etnias da sociedade, sendo portanto, um alerta para necessidade de uma educação crítica e não bancária, conforme apontado por Paulo Freire.

“O conhecimento, uma vez definido, ensinado e usado como uma *coisa feita*, está morto.” (ELLSWORTH, 2005, p. 01). Nesse sentido assumimos a importância pedagógica de atividades práticas e dialógicas nas escolas, que priorizem uma educação libertadora e emancipadora, e o fim, da educação bancária, intrínseca ainda nos dias atuais em muitos ambientes escolares públicos e privados.

Em contrapartida, tiveram respostas relevantes, principalmente, vinculadas a participantes que informaram terem estudado por meio de metodologias teóricas e práticas, como por exemplo, a definição de:

“Importante para a história e a cultura do município, movimenta a economia local e fomenta o turismo, além de estar enraizada em nós” (A11).

A colocação assume o tema como algo intrínseco ao ser humano, e que por acompanhar culturas está em constante movimento, seja por meios capitalistas ou não.

No grupo de nível graduação tivemos 24 participantes, destes, 05 não estudaram sobre patrimônio cultural. Mesmo assim, todos responderam o que entendiam por patrimônio cultural dentro de seus saberes, e em suma, as respostas são consideradas válidas. A título de exemplo, um dos 05 integrantes descreveu como:

“Todos os bens materiais e imateriais que possui uma importância histórica e cultural de uma região” (A10).

Por fim, temos o grupo composto pelas pessoas do nível de pós-graduação, com um total de 44 participantes. Um dado alarmante visualizado foi que deste total, 14 integrantes não tiveram contato com o tema durante seu período escolar. Essa informação demonstra que mesmo em níveis mais avançados de educação, existe uma falha na integração da cultura nos processos de ensino e aprendizagem no Brasil.

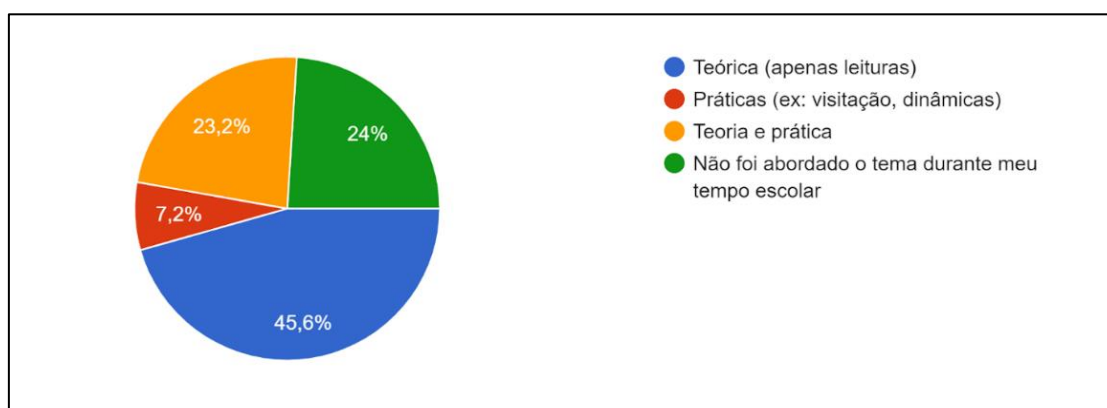
Tiveram respostas bem conceituadas, como por exemplo:

“Patrimônio cultural é, por ser patrimônio, um bem ou vários bens, algo que nos pertence. E por ser cultural, está no campo da produção humana, ligado às nossas identidades, compreendendo a manifestação humana em determinadas dimensões espaciais e temporais. Tem a ver também com nossos costumes, com a arte, com a fé religiosa, com a história. Um patrimônio cultural é uma manifestação da cultura compreendida por um específico grupo humano como um bem, como algo que a si pertence e, por isso, dotado de reconhecido valor” (A0).

Ao mesmo tempo, em que surgiram algumas respostas vagas, como “algo de valor pra um povo” e “o que traz valor histórico a humanidade”, o que representa uma insegurança no entendimento concreto acerca do tema. Nesta mesma perspectiva, tiveram respostas sinceras afirmando serem leigas no assunto, ao invés de tentar fazer uma correlação não compreendida em seu íntimo.

No que tange às metodologias utilizadas, buscou-se verificar qual foi a mais usual e se isso teve algum impacto na absorção dos conteúdos. Conforme o gráfico A, a maioria dos participantes alegaram terem estudado apenas de forma teórica, e apenas 7,2% tiveram atividades práticas relacionadas. Os números demonstram praticamente a mesma porcentagem para alunos que tiveram aulas práticas e aqueles que não estudaram sobre o tema.

Figura 48 - Se na pergunta anterior, sua resposta foi SIM, o conteúdo foi ministrado de que forma?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Como resultado, observou-se que no caso dos participantes que tiveram aulas práticas vinculadas ao conceito de patrimônio cultural, apenas um indivíduo alegou não saber nada. Portanto, a taxa de efetividade se d  majoritariamente ao grupo que teve a integração de aulas práticas durante seu período escolar.

Quanto às unidades curriculares mais comentadas, temos a m teria de história com 86,8% dos votos, seguida da m teria de artes com 34,9%, geografia com 27,4%; português com 14,2%. Também foram citadas algumas unidades específicas cursadas em cursos de graduação e p s-graduação, entretanto, não serão consideradas neste momento.

O reconhecimento das ações de história, deve-se ao fato de ser é um dos principais eixos na preparação dos sujeitos para a vida social, agindo na formação de pessoas democráticas e cidadãs. Nesta unidade curricular   possível constatar que ninguém escapa do passado, e que ele possui muita importância no processo de aprendizagem para tomadas de decisões e ações no presente, que conseqentemente, interferem no futuro da civilização. Segundo Peter Lee (2011), é relevante estudar história pois:

“O passado da concreticidade aos nossos conceitos. Em muitas áreas do conhecimento, o passado é a referência para o nosso conhecimento de regras e para a nossa capacidade de selecionar acontecimentos. Alternativamente, o passado será o árbitro quando se precisa determinar se a aplicação de uma regra pode ser satisfatória ou não” (LEE, 2011, p. 20).

Conscientes do papel da educação na qualidade de vida das pessoas, 98,4% dos participantes concordam ser necessário aprender sobre patrimônio cultural durante a formação escolar. O anseio para nosso futuro é que 100% dos integrantes possam ter acesso a esse conteúdo e oportunidade de compreender, assimilar, caracterizar e assumir

a magnitude do patrimônio cultural para as comunidades, grupos sociais e nações desde as coisas mais simples do cotidiano.

O uso do patrimônio cultural em diferentes áreas de conhecimento e atuação, confirmam a interdisciplinaridade existente neste tema. Logo, um instrumento possível de ser abordado de diversas formas e práticas no ambiente escolar e social.

Precedido de tal, investigou-se sobre o “Cemitério dos Heróis” quanto a sua potencialidade educacional e utilização pela óptica dos atores locais. Todos os entrevistados, seja do CAT ou da escola afirmaram já conhecerem o espaço pessoalmente, e afirmam ser um local relevante e usual como fonte de aspectos educacionais, entretanto, pouco utilizado pelo meio escolar e político. Quando indagados sobre a opinião acerca do cemitério, quanto a sua história, beleza e utilização, declararam:

“Eu penso que é muito importante, porém é pouco trabalhado. Pouco trabalhado, eu vejo até na escola, não se dá tanta importância quanto deveria. As pessoas aqui não valorizam, eu vejo assim, não dá o valor que ele precisa, que ele merece, tá lá e pronto. É um cemitério, é isso. Se você conversar com outras pessoas, fora nós da escola, eles não vão te dar muita importância, eles vão dizer desse jeito: ah é um cemitério, o que é que tem haver! Entendeu, então a cultura né, o que foi o passado, como foi o cemitério dos heróis, ele não tem importância para eles” (A2. Entrevista 2.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

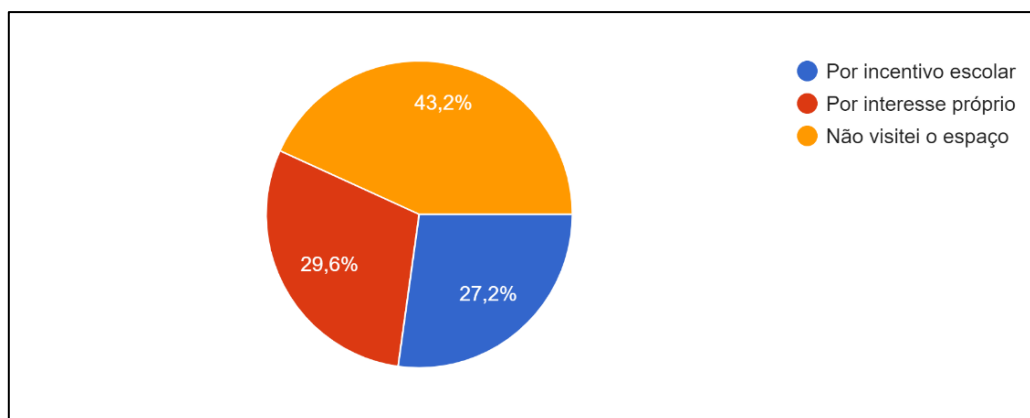
Assim, como:

“Bastante (*importante*), mas poderia ser mais utilizado. Pouco explorado, apenas nos eventos que o exército promove esporadicamente. Já visitei pela escola e por interesse próprio” (A1. Entrevista I.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação) - grifos nossos.

Ambas as respostas traduzem uma compreensão sobre a relevância histórica do “Cemitério dos Heróis”, ao mesmo tempo em que assumem a falta de apropriação do espaço tanto de forma cultural quanto educacional para com os municípios.

Quanto aos participantes do formulário online, constatou-se que 56,8% conhecem o espaço. Deste total, pedimos que informassem se a visita havia ocorrido por incentivo escolar ou por interesse próprio. A diferença entre as opções foi mínima, mas, em sua maioria, as visitas ocorreram por interesse próprio conforme Figura 50.

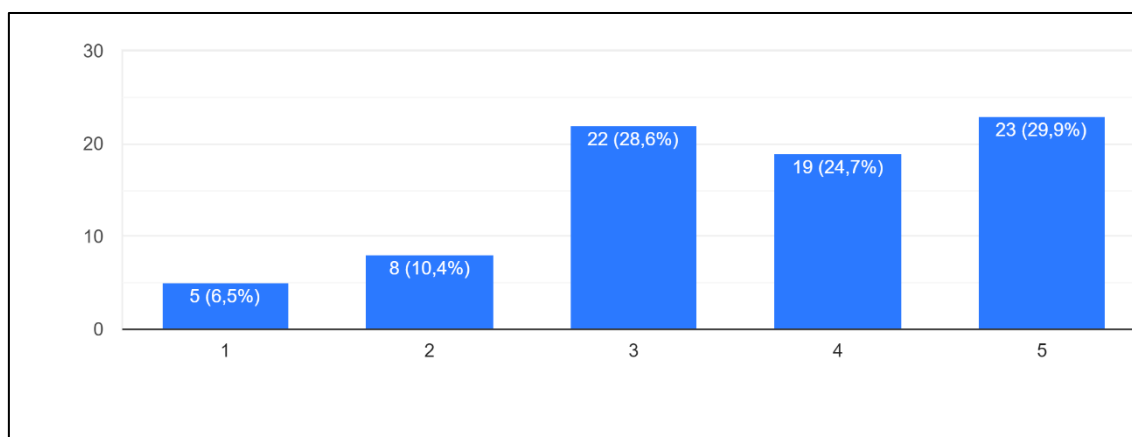
Figura 49 - A visita, foi guiada por alguma escola ou por interesse próprio?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Ao que se refere a experiência vivenciada, os participantes online assimilaram em sua maioria como muito satisfatório, havendo poucas pontuações quanto a insatisfação em conhecer o local.

Figura 50 - Se você já visitou o Cemitério dos Heróis em Jardim -MS. De 01 a 05, qual nota você daria sobre sua experiência?

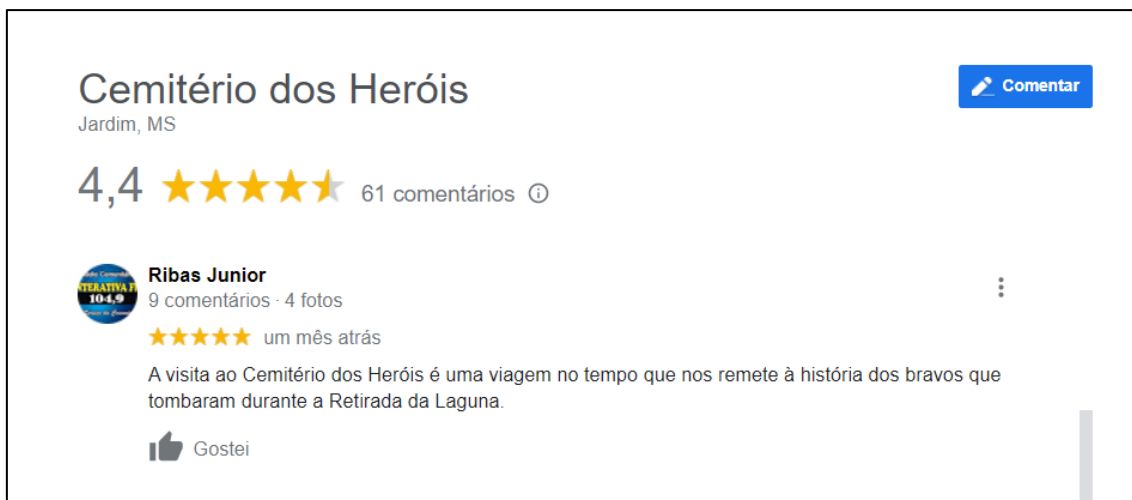


Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Consoante as alegações positivas quanto à visita, 31,3% afirmaram ter muita probabilidade de retornar ao “Cemitério dos Heróis”, bem como, cerca de 28,3% indicariam a visita para amigos e/ou familiares. Questões positivas quanto a compreensão acerca de sua relevância histórica para sociedade.

Nas avaliações sobre o espaço no google, é possível verificar alguns comentários relatando a importância e a emoção em conhecer um local com tantas histórias para o Brasil. A título de exemplo, a Figura 51 reforça a relevância parte da literatura e indica que outras pessoas se apropriem deste patrimônio cultural.

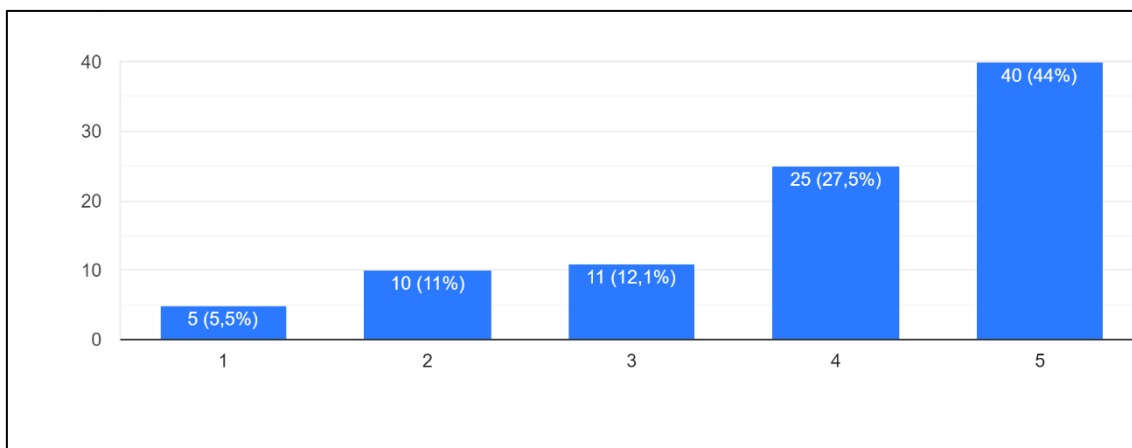
Figura 51 - Comentário do Google Maps.



Fonte: [s.I.] Google Maps. <https://shre.ink/CHRI>

Os participantes do formulário online afirmam que o “Cemitério dos Heróis” tem muito a contribuir, cerca de 44% declararam ser um espaço de muita potencialidade para o uso como fonte educacional, e apenas 5,5% não acreditam ser um espaço propício para tal.

Figura 52 - De 01 a 05, qual nota você daria para o Cemitério dos Heróis como um local de potencialidade educacional?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Assim, conforme discutido até o momento, o poder público e a própria comunidade visualizam o “Cemitério dos Heróis” como algo relevante para história brasileira, mas, em contrapartida reconhecem a inaptidão quanto ao uso do mesmo para promoção do conhecimento histórico e/ou como um espaço de lazer, sendo, portanto, necessário ações conjuntas para a promoção deste bem pela população.

Como sugestão, o Estado e o próprio governo Federal simultaneamente, deveriam desenvolver um plano de valorização deste e outros patrimônios culturais do Mato Grosso do Sul, a partir da educação patrimonial, buscando conscientizar os habitantes da relevância histórica acerca do patrimônio, com apoio dos espaços escolares na propagação e reflexão crítica, bem como do exército, para realização de movimentos atrativos e o acesso ao “Cemitério dos Heróis” e ao Museu da Retirada da Laguna.

Sobre ações conjuntas em prol de algo eficiente no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio, por exemplo, foi verificado um conflito de interesse entre idealizações e práticas quanto ao poder público e o guardião do espaço, o exército.

A título de exemplo, temos a construção da Sala de Exposição da Retirada da Laguna, projeto do exército para propagação de conhecimentos e identificação de relíquias perdidas na região. Apesar da ideia ser válida e trazer um sentido de museu por possuir um rico acervo sobre o episódio de forma a dar o acesso da comunidade, a sala não foi construída nas proximidades do cemitério. Na verdade, está localizada na área interna da 4º Cia E Comb. Mecanizada em Jardim, ou seja, 6 km de distância entre ambos.

Analisando criticamente, se a ideia do poder público era ampliar a área do “Cemitério dos Heróis” para um ponto turístico histórico, por que essa Sala, entendida como um espaço para compreensão e apropriação da história, foi construída tão distante do patrimônio? Quando questionados, relataram:

“Olha, o município não tinha e nunca teve interesse em construir nada nesse sentido, de um museu. Então veio uma pessoa lá de fora, um militar que começou o estudo do Museu e foi atrás. Teve todo um trabalho, uma paixão mesmo, porque o Rio de Janeiro tem os restos mortais das pessoas. Então eu falo assim, esse militar construiu aquele museu por amor mesmo. Antes disso não se pensava. Foi o militar que se empenhou, que foi atrás das pessoas que tinham acervo, é patrimônio deles por mérito deles” (A4. Entrevista 3.[Fev. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (29 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

A fala se contradiz ao que foi afirmado pela participante A5 quanto ao interesse de desenvolvimento da região onde o bem estar localizado. Então, qual é o real projeto previsto para o “Cemitério dos Heróis”? Isto se torna relevante quando você analisa o acesso e a probabilidade de o visitante conhecer os dois locais e se apropriar efetivamente do patrimônio.

O exército também foi questionado sobre a construção, e segundo o mesmo, não seria possível pois existem algumas dificuldades para que isso ocorresse de fato, entre elas, citou a falta de estrutura urbana da região, questões econômicas acerca da segurança do acervo e problemas com vandalismo, conforme já citado anteriormente.

A mesma observação realizada pelo exército foi identificada entre os professores, quando questionados sobre o museu não ter sido implementado nas proximidades do “Cemitério dos Heróis”.

“Não. Até pela questão do cuidar, e uma pessoa para estar ali, para cuidar do lugar. Porque quem teve a iniciativa de criar o museu foi o quartel, não foi a prefeitura ou um professor que veio de fora, não. Foi um comandante, que não me lembro o nome e disse que: era uma história muito linda, então vamos deixar aqui dentro do quartel. Então eu acredito que o museu lá, só se, sei lá, se o quartel colocasse alguém de manhã, tarde, noite, madrugada. Porque o quartel perante a lei é o guardião do cemitério, então de certa forma, deveria ter alguém cuidando do espaço” (A2. Entrevista 2.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

Além disso,

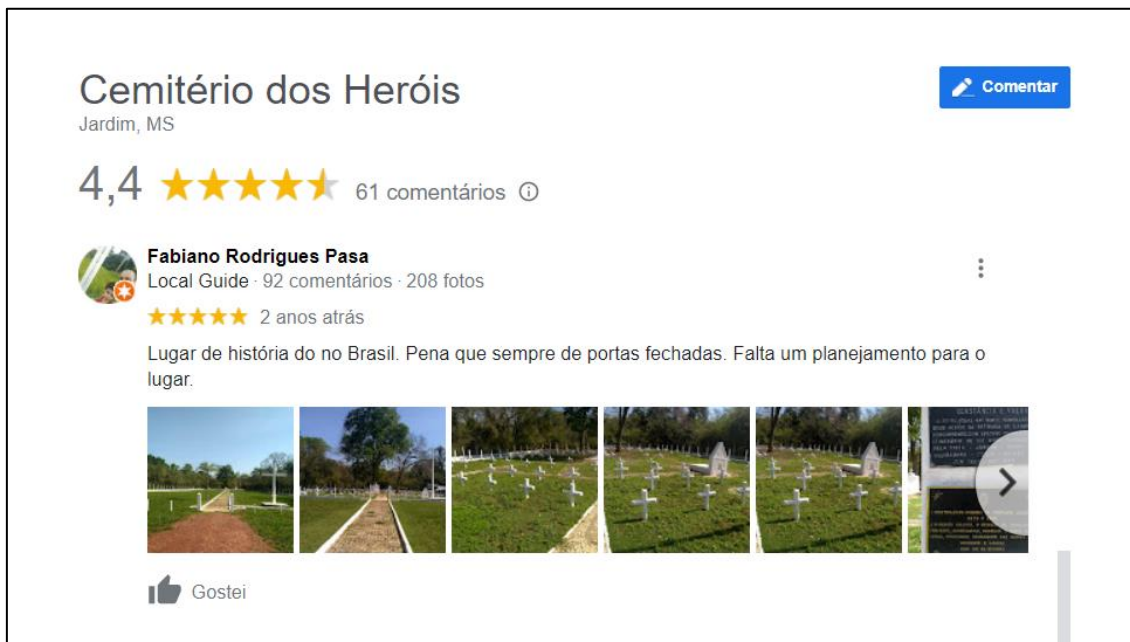
“É se a gente for olhar pelo olhar geográfico, acho que não teria acessibilidade ao museu nas proximidades do cemitério, até pelo acesso. A estrada tem um matagal um pouquinho generoso, tem um lixão. O acesso ao museu no cemitério, talvez não tivesse tanto acesso como é aqui, praticamente no centro da cidade, embora você precisa de autorização para entrar no museu, mas é um lugar acessível, centro da cidade. E pela organização, pelo cuidado que precisa ter, pela reestruturação toda o quartel seria um lugar excelente. É claro, que se tivesse um outro prédio, dentro da cidade, para que as pessoas tivessem acesso sem precisar dessa autorização, talvez fosse mais viável” (A3. Entrevista 2.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

A resposta do participante A3, trouxe uma referência acerca de outro conflito que na prática atrapalha muito no processo de apropriação do “Cemitério dos Heróis”, o fato de não terem informações autoexplicativas no local, não possuir um guarda diurno e muitas vezes, estar fechado para o acesso, independente do dia e horário, conforme verificado até por experiências próprias.

“No caso, se a gente for lá hoje, por exemplo, ele está com cadeado. Então o que acontece, a pessoa quer fazer o que quer pular né. Aí pula aquela cerca, aquele murinho. Está infringindo a lei né” (A2. Entrevista 2.[Out. 2022]. Entrevistadora: Renata Cordeiro Peguin. Jardim, 2022. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação).

Nas avaliações do google maps sobre o “Cemitério dos Heróis”, alguns visitantes relataram a mesma experiência:

Figura 53 - Comentários sobre experiências de visitação.

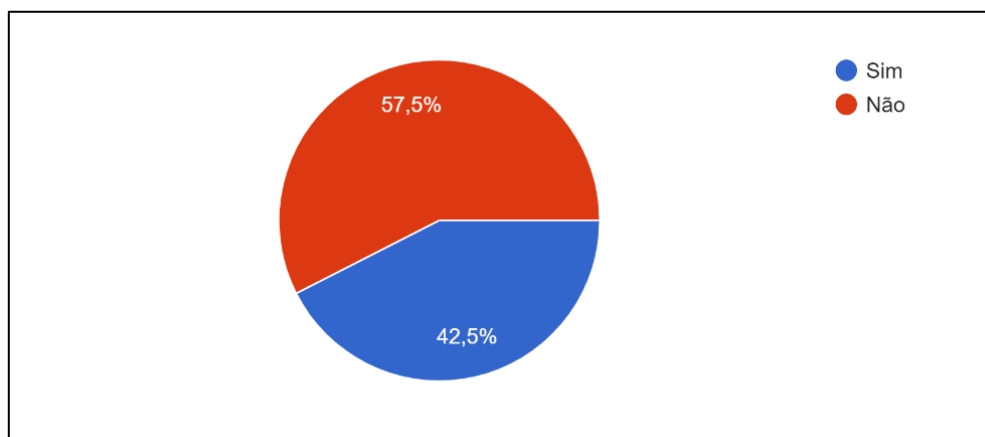


Fonte: [s.I.] Google Maps. <https://shre.ink/cHRI>

Em suma, existe um reconhecimento discursivo acerca do patrimônio “Cemitério dos Heróis”, ou seja, percebe-se pelas falas e respostas que as pessoas acreditam no potencial do espaço, da sua relevância histórica e como fonte de estudos. Entretanto, na prática, a falta de apoio e ações seja na estrada de acesso, na segurança do local e na propagação de conhecimentos, demonstram que ainda falta muito para que este patrimônio seja apropriado, reconhecido e ressignificado efetivamente pelos atores locais.

Neste ponto, é relevante colocar que no formulário online os participantes foram indagados a falar se em suas vivências e experiências pessoas acreditavam que o “Cemitério dos Heróis” era utilizado pela população de Jardim. Como resultado, observou-se que de fato, isso não ocorre na prática pela perspectiva dos munícipes.

Figura 54 - Você acredita que o Cemitério dos Heróis é utilizado pela população de Jardim, seja para meios turísticos ou educacionais?



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Quanto ao CAT e a escola, ambos alegaram não terem projetos atuais que incentivam na apropriação e valorização do “Cemitério dos Heróis”. Também foi justificado por alguns, questões relacionadas ao COVID-19 e retorno gradual das ações extraclases.

Do mais, observa-se que existem diversos questionamentos e tensionamentos sobre a perspectiva da administração pública, do exército, da comunidade local no que tange o “Cemitério dos Heróis”, seja para um espaço turístico, de lazer ou como fonte educacional.

E assim, retomamos o título dessa seção, patrimônio de quem para quem? Será que os olhares sobre o “Cemitério dos Heróis” estão pautados sob olhar da diversidade que busca discutir sobre as tensões valorativas e as apropriações discursivas, mesmo aquelas que confrontam as ideias mais “naturalizadas”, mais que buscam ecoar novas vozes e ressurgir sujeitos não descritos pela história?

Do que vale um patrimônio cultural, se este não é apropriado e experienciado pela sociedade? Cabe, portanto, ao poder público, a União, aos guardiões e órgãos responsáveis uma análise sobre a relevância histórica do “Cemitério dos Heróis” que ampare a comunidade e suas necessidades, que insira o patrimônio no dia a dia das pessoas, e não que as pessoas se adaptem a ele. Precisamos de lugares e pessoas que compactuem com o diálogo, com o pensamento crítico, com a democracia, com a diversidade cultural, com o respeito e que as práticas preservacionistas construam

patrimônios culturais capazes de fornecer e evidenciar identidades, memórias, pertencimento e admiração por todos os grupos sociais, classes, raças e culturas, e acima de tudo, o direito de fala e escuta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final desta pesquisa recordando minhas próprias inquietações que me levaram a realizar esse estudo, e concluo inicialmente que, inúmeros fatores contribuíram e ainda exercem um papel fundamental no estranhamento e na falta de influência do Cemitério dos Heróis em relação a comunidade e ao próprio turismo cultural da região.

Primeiro ponto a ser considerado é o tombamento deste patrimônio. Em suma, temos um processo constantemente marcado por características eurocêntricas, desde sua nomeação, que faz referência a um cemitério *dos heróis*, e não *de heróis*. Logo, entende-se que no contexto geral, a homenagem está pautada apenas nos comandantes, hierarquicamente falando, e aqueles que entregaram “tudo o que tinham, a vida”, acabaram não recebendo a mesma honra e glória.

Consoante a isso, a persistência quanto ao tombamento mesmo após 60 anos, sem que haja de fato estudos junto a comunidade e/ou arqueológicos na área, representam que mesmo em 2015, ano oficial do tombamento, as práticas preservacionistas ainda propagavam políticas fundantes no colonialismo, e os patrimônios culturais permaneciam entendidos como “maiores” do que os próprios sujeitos.

Tal percepção e compreensão nos ajudou a responder os objetivos desta pesquisa, composto pela intenção em analisar como o patrimônio Cemitério dos Heróis é reconhecido, apropriado e ressignificado pelos atores locais.

Ao que tange seu reconhecimento, os diferentes diálogos demonstraram que sim, há um reconhecimento da população acerca da relevância histórica do Cemitério dos Heróis. Os sujeitos demonstraram serem conscientes sobre ser um local representativo de um evento importante para constituição do território brasileiro. Entretanto, apenas o exército demonstrou visualiza-lo como de fato, um patrimônio cultural, em outras palavras, somente os militares reconheceram aspectos identitários, de pertencimento e admiração em relação ao Cemitério dos Heróis e seu cotidiano.

O não reconhecimento identitário e a falta do sentido de pertencimento com o local, impacta diretamente no processo de apropriação. Se a comunidade reconhece a história, mas, nada além disso se faz importante em seu processo de formação cultural e identitária, podemos concluir que o Cemitério dos Heróis ainda hoje não é apropriado pelos atores locais.

Segundo os teóricos abordados ao longo desse estudo, isso ocorre comumente, quando objetos são tomados como patrimônios culturais sem que a comunidade participe ativamente desse processo. Essa relação, de certa forma, imposta, dá aos sujeitos o sentido de algo fora da sua realidade, e conseqüentemente, o patrimônio não é visto como algo representativo de identidades e culturas.

Justamente, por isso, apenas *conhecer para preservar* não basta para efetividade dos patrimônios culturais. Muito além disso, é necessário tornar as pessoas o ponto central dessa relação, desenvolver um processo de conscientização e reflexão acerca da importância do bem na promoção de culturas e saberes, a partir das alteridades e do diálogo.

Quanto ao Cemitério dos Heróis ser ressignificado, observamos que existe potencialidade e vestígios, principalmente, em aspectos religiosos, entretanto, por ser algo ocasional, assume-se a posição de que o espaço, ainda, não é ressignificado pela população.

Alguns tensionamentos observados podem justificar essa percepção, por exemplo, as condições precárias de acesso e permanência no local, citadas nos diversos diálogos propostos neste estudo, como um dificultador relevante. Apesar de existirem movimentações do poder público e do exército na promoção de melhorias, na prática, ao decorrer desta pesquisa poucas ações puderam ser observadas.

Como opção de melhora, o poder público prevê a criação de uma trilha histórica perpassando pelo Cemitério dos Heróis, apesar de ser um bom motivador para a área, observamos que até o momento da entrevista, mais uma vez as perspectivas e aspirações da comunidade não havia sido ouvidas, repetindo o processo do tombamento, não dando voz as comunidades locais e conseqüentemente, fortalecendo a relação de distanciamento entre a sociedade e o patrimônio cultural.

O exército, por sua vez, realiza intervenções de manutenção, principalmente nos limites internos do cemitério. Entretanto, observou-se que essas ações ocorrem, geralmente, apenas em datas comemorativas. Como visto anteriormente, a experiência vivenciada pelos visitantes é fundamental na propagação do espaço e conscientização históricos, e para isso que isso ocorra, se faz necessário investimentos.

Como visto, o Cemitério dos Heróis, ainda hoje, é um espaço invisibilizado e desconhecido pela comunidade, mas, que apesar disso, se demonstra um objeto de interesse do poder público para o turismo histórico. No entanto, devemos lembrar que o patrimônio só faz sentido à medida que a comunidade consegue visualiza-lo, sendo

essencial um diálogo sobre esse espaço de forma crítica, para então, retirar essa primeira simbologia e desenvolver novos olhares e ressignificações.

Diante disso, os aspectos educativos e turísticos no Cemitério dos Heróis, dependem em grande parte, do apoio do poder público e do exército, para que de fato, os atores locais e os turistas possam reconhecer, apropriar-se e ressignificar este espaço e sua história.

A abordagem da análise imagética, bem como, a aplicação de metodologias de um inventário participativo do Cemitério dos Heróis, realizada neste estudo, foi justamente uma proposta de demonstrar as potencialidades e fragilidades desse patrimônio cultural para futuros projetos e ações no trato para com o espaço, assumindo a possibilidade de descolonizar os processos de apropriações, bem como, dos sentidos e expressões arquitetônicos dos bens culturais

Se por um lado, nós temos um patrimônio onde os primeiros anos escolares podem realizar estudos históricos, geográficos e tantos outros. O município também tem a oferta de cursos técnicos e de graduação relacionados a área de arquitetura e urbanismo, podendo, portanto, ser um instrumento relevante e interdisciplinar na promoção de uma educação patrimonial decolonial.

Considerando a relevância histórica do Cemitério dos Heróis, a importância da sociedade em compreender os patrimônios culturais como algo presente em seu cotidiano por ser representante de identidades e culturas, assumimos a necessidade de ações e projetos políticos que oportunizem o diálogo, a crítica, reflexão, apropriação e ressignificação do espaço.

Percebeu-se nas entrevistas realizadas junto aos professores e a comunidade local, que existe o interesse em apropriar e ressignificar. Os dados e os diálogos demonstraram que ambos visualizam a potencialidade turística e educacional do local. Para tanto, cartilhas educativas, visitas guiadas, atividades culturais e artísticas e programações educacionais realizadas in loco, palestras e projetos de intervenção poderão ser desenvolvidos pelo poder público e exército em conjunto com os ambientes escolares, visitantes e pesquisadores da área.

É válido ressaltar neste ponto, que as propostas elencadas aqui são defendidas desde que ocorram por um pensamento desconstruído e aberto a tudo que hoje se sabe acerca do Cemitério dos Heróis. Precisamos fortalecer na nossa geração e nas futuras, um olhar outro sobre a história, sobre os “erros” e “acertos”, sobre ideologias impostas,

culturas silenciadas, povos excluídos, políticas públicas e projetos que realmente abarquem em seu âmago toda a diversidade cultural existente no Brasil e mundo.

E para isso, tomamos a educação patrimonial decolonial como um indicativo de transformação de mentes e cidadãos capazes de reconhecer seu lugar de fala, seus privilégios e que enfim, possam ouvir e auxiliar na luta da maioria em números, que são minorias, em oportunidades. Promovendo, portanto, uma apropriação dessacralizada desses espaços, por compreender, que o campo patrimonial foi constituído no colonialismo, com uma visão eurocentrada, muitas vezes, elitista.

Quanto as minhas próprias impressões e aspirações pessoais, observo que desde que me propus entrar neste programa de mestrado, já não sou a mesma, *e ainda bem*. A partir desse contato, das leituras e conversas com pessoas incríveis no qual fui oportunizada. Mudei meu pensar, minhas perspectivas pessoais e profissionais, me tornei mais crítica, passei a refletir sobre conceitos e atitudes tão “naturalizadas” quanto ultrapassadas. Foi apenas o início de uma viagem pelo mundo, por um olhar dos Estudos Culturais.

“Ser verdadeiramente radical é tornar a esperança possível e não o desespero convincente”.

Raymond Williams

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, v. 1, p. 263-287, 2007. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/index.php/capitulos-de-livros-1/item/70-patrimonio-cultural-tensoes-e-disputas-no-contexto-de-uma-nova-ordem-discursiva>. Acesso em: 17 de out. 2022.

AMARAL, João Paulo Pereira. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação de Mestrado Profissional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/62090082/AMARAL_J.P.P.Dissertacao20200213-3953-1ycwlp5.pdf. Acesso em 22 de ago. 2022.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, nº 30, p. 271-287, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf. Acesso em 09 de nov. 2022.

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a Música Brasileira**, Brasília: INL, 1972. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/mandrade/mandrade.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306. Disponível em: https://dialogo.fflch.usp.br/sites/dialogo.fflch.usp.br/files/upload/paginas/BAKHTIN%20M.%20GE%CC%82NEROS%20DO%20DISCURSO%201-%20co%CC%81pia_0.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

BAKOS, Margaret M.; DE JESUS, Ana Paula AL; DA COSTA, Karine Lima. Ibero-américa Egípcia. **História: Questões & Debates**, v. 48, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15304/10295>. Acesso em 06 de abr. de 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 de abr. 2022.

BAXANDALL, Michael; PEREIRA, Vera Maria. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. Editora Companhia das Letras, 2006.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2000.

BELTRÃO, Jane Felipe et al. Territórios tradicionais ou patrimônio (s) cultural (is) olvidado (s). **Inovação cultural, patrimônio e educação**, 2012. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/439/6/CapitulodeLivro_TerritoriosTradicionaisPatrimonios.pdf. Acesso em: 20 de set. 2022.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. 1864 – 1870 ou Guerra da Tríplice Aliança – 150 anos uma tempestade na Bacia do Prata. In: **Revista Adesg** – novembro/ dezembro nº 291 – Ano 40, 2015.

BORDA, Orlando Fals. Una sociología sentipensante para América Latina. CLACSO/Siglo del Hombre Editores, Bogotá, Colombia, 2009.

BORGES, Maria Elizia. Os cemitérios secularizados no Brasil: um patrimônio cultural a ser preservado. In: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; KULEMEYER, Jorge Alberto (Comp.). **El lado perverso del patrimonio cultural**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

BORGES, Maria Elizia. Imagens da Morte: monumentos funerários e análise dos historiadores da arte. **XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo: USP**, 2011.

BORGES, Maria Elizia. O cemitério como museu a céu aberto. In: **VII Congresso Internacional Imagens da morte: tempos e espaços da morte na sociedade, Brasil, São Paulo**. 2016. Disponível em: <https://artefunerariabrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/08/texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf>. Acesso em 05 de maio 2022.

BOTELHO, Isaura. Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990). Rio de Janeiro: **Edições Casa de Rui Barbosa**, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, p. 293-294. 1996.

BRASIL, Unidos dos. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)**. 1934.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF. Ministério da Educação e Cultura, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 21 de set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de mar. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Breve Histórico da CER-3 e da 4ª Cia E Cmb Mec**. Espaços culturais, 2022a. Disponível em: <https://www.4ciaecmbmec.eb.mil.br/museus/8-institucional/181-cer-3>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNC**, Brasília, DF. Ministério da Educação e Cultura, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em 21 de set. 2022.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco**, v. 21, n. XV, 2005.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 137-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/7rG4ff9CYrHN5CtTgNwmvnp/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16 de out. 2022.

CAMPIGOTO, José Adilçom. “Filologia da civilização brasileira: a proposta de Afonso Arinos de Melo Franco”. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 199-216, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/13494/5/Artigo%20-%20C3%89lio%20Cantalicio%20Serpa%20-%202010.pdf>. Acesso em 17 de maio. 2022.

CARVALHO, M. O. de; GOMES, R. Z. O poder da linha na construção dos sentidos: uma análise a partir dos vários aspectos da cruz. **Projética**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 146–157, 2012. DOI: 10.5433/2236-2207.2012v3n1p146. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/8853>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. **Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores**, 2007. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/419.pdf>. Acesso em 25 de out. 2022.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura, Uberlândia**, v. 12, n. 20, p. 163-182, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>>. Acesso em 20 de fev. de 2022.

CERQUEIRA, Erika Morais. HERÓIS DE PAPEL: HISTÓRIA E BIOGRAFIA EM GUSTAVO BARROSO. **rth**, v. 20, n. 2, p. 130-151, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/76837610/27007.pdf>. Acesso em 27 de nov. 2022.

CHAGAS, Mario de Souza; GODOY, Solange. “Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 27, p. 31-59, 1995.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, v. 13, n. 2, p. 207-224, 2007.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, nº 13, 1998. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/4476>. Acesso em 15 de out. 2022.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. 4. ed. Lisboa: Edições 70 Lda. Tradução de: Teresa Castro, 2014.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 4, p. 313-333, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dr37BbmDb4gnVqwYbtHpLF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 05 de out. 2022.

CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 89-107, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/zYrmJ7MkSD67pGMWQxNwzyn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de out. 2022.

CHUVA, Márcia. Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil Rio de Janeiro: **Editora UFRJ**, 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/docentes/marcia-regina-romeiro-chuva>. Acesso em 09 de ago. 2022.

D'ANGROGNE, General Alfredo Malan. Heroes Esquecidos: refazendo o itinerário da retirada da Laguna – A sepultura do Guia Lopes. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá, Ano X, Tomos XIX-XX, 1928.

DALMOLIN, José Vicente; SOUZA, Edmilson Lima de. **Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna**: memorial descritivo. Jardim - Ms: Livraria e Editora Tira - Teima, 2011. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00351277559420b18faf8>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>. Acesso em 05 de dez. 2022.

DEMARCHI, João Lorandi. Patrimônio-gerador: perspectivas de Paulo Freire no patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**, v. 16, n. 2, p. 71-83, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666577>. Acesso em 15 de nov. 2022.

DUSSEL, Enrique. 1492. El encubrimiento del outro. Hacia El origen Del mito de La modernidad. La Paz: Plural Editores, 1994.

DUSSEL, Enrique. Oito Ensaio sobre Cultura Latino-Americana e Libertação. São Paulo, Paulinas, 1997.

ECKERT, Cornelia; BELTRRÃO, Jane (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-261.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Lugares de aprendizagem: Mídia, arquitetura, pedagogia**. Routledge, 2004.

FALEIROS, Fabiana et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxx7LT78W3JBTdpjf/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de set. 2022.

FĂRCAȘ, Camelia Paula et al. The symbolism of garden and orchard plants and their representation in paintings (I). **Contributii Botanice**, v. 50, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Anamaria-Roman-2/publication/289307799_THE_SYMBOLISM_OF_GARDEN_AND_ORCHARD_PLANTS_AND_THEIR_REPRESENTATION_IN_PAINTINGS_I/links/568b676708ae051f9afa9d7c/THE-SYMBOLISM-OF-GARDEN-AND-ORCHARD-PLANTS-AND-THEIR-REPRESENTATION-IN-PAINTINGS-I.pdf> Acesso em 01 de mar. de 2022.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 265-276, 1993. Disponível em:

https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3738. Acesso em: 17 de nov. 2022.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**, n. 10, p. 102-102, 2011. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500>. Acesso em 07 de jan. 2023.

FIDELIS, Rafaela Monique Vaz Cordeiro et al. Tombamento ambiental: análise das decisões judiciais sobre a tutela do patrimônio cultural no âmbito dos Tribunais de Justiça. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21119>. Acesso em: 09 de abr. 2022.

FLORES, Pablo Avilés. O Patrimônio Cultural: função social e relações interdisciplinares. **Mouseion**, n. 13, p. 76-96, 2012. Disponível em: <https://svr-net15.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/852>. Acesso em: 11 de out. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres et al. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24. Brasília, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Referências culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio”. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775>. Acesso em: 09 de set. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57^a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. **Rev. tec. e trad.** Heitor Ferreira da Costa. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRUTIGER, A. **Sinais e símbolos: desenho, projeto e significado**. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 108-123, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/FqbLtvWWzkbQGZQsb5jkrjr/?lang=pt&format=html>. Acesso em 28 de mar. De 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, p. 211-228, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/FqbLtvWWzkbQGZQsb5jkrjr/?lang=pt>. Acesso em: 08 de abr. 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e cultura**, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252007000200015&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de set. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico para educação patrimonial. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro** 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 04 de abr. 2022.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória** – Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (Brasil). **População no último censo**: Jardim-MS. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/jardim/panorama>>. Acesso 17 de mar. De 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-

DF, 2016b. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>.
 Acesso em 19 de jan. 2023.

IPHAN, Instituto Histórico e Artístico Nacional. **ATA da 19ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 13 de dezembro de 1955. Disponível em
 <<http://portal.iphan.gov.br/atasConselho?data=1951%2F1960&pagina=2>>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

IPHAN, Instituto Histórico e Artístico Nacional. **ATA da 28ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, 19 de abril de 2001. Disponível em
 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2001__01__28a_reunio_ordinria__09_de_abril.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

IPHAN, Instituto Histórico e Artístico Nacional. **ATA da 34ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, 16 de maio de 2002. Disponível em
 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2002__02__34a_reunio_ordinria__16_de_maio.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

IPHAN, Instituto Histórico e Artístico Nacional. **ATA da 79ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural** - Brasília, 11 de junho de 2015. Disponível em
 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/Ata_da_79_Reuniao_do_Conselho__110615.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

IPHAN. Portaria no 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Sec. 1, p. 6. 29 abr. 2016ª.

JABLONSKI, Joice Letícia. **A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS: o “museu do seminário de Corupá”**. 2018. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2018. Disponível em:< chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/1266991/Joice_Leticia_Jablonski.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2022

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago editora, 1976.

JARDIM, Prefeitura de. **Fatos e Relatos: “Retirada da Laguna”**. Ed. reimpressa. Jardim-MS. 2009.

JARDIM, Prefeitura de. **Revisão e complementação do Plano Diretor participativo do município de Jardim**. Relatório Final, Volume II. Jardim, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas -Sp: Unicamp. Tradução de: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges, 2003.

LEE, Peter. Por que aprender História?. **Educar em Revista**, p. 19-42, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/jDwjZDTnYqqBVWjRPcGmbTF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 de maio de 2022.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. 5ª ed., SP: Brasiliense, Co. Primeiros Passos, 1987.

LIN, Nan. Desigualdade no capital social. **Sociologia contemporânea**, v. 29, n. 6, pág. 785-795, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2654086>. Acesso em 15 de dez. 2022.

LOUIS, Loudmia Amicia Pierre; DE LIMA, Bárbara Ferreira; EID, Félix Ceneviva. A (de) colonialidade do patrimônio na América Latina: lugares do negro e do indígena no caso brasileiro e argentino. **RELA Cult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1496>>. Acesso em 06 de abr. 2022.

MAESTRI, Mário. A invasão paraguaia do sul do mato grosso. **Contraponto**, v. 4, n. 2, p. 105-129, 2015. Disponível em: <<https://comunicata.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3746>>. Acesso em 20 de mar. 2022

MAESTRI, Mário. **Guerra no papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1964-1870)**. Passo Fundo: PPGH/UPF, Clube de Autores, 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. Fundação Nacional Pró-Memória. Boletim do Conselho Federal de Cultura (CFC), ano 9, n. 36, p. 109, jul./set. 1979.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em > 15 de jul. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamento crítico desde a subalteridade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. **Afro-Ásia**, n. 34, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/21114/13703>. Acesso em 06 de out. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007. Disponível em: <http://ww.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>. Acesso em 26 de ago. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensando na virada decolonial: Intervenções pós-continentais em teoria, filosofia e crítica – uma introdução. **TRANSMODERNIDADE: Revista da produção cultural periférica do mundo luso-hispânico**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt59w8j02x/qt59w8j02x.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

MARTINI, Giovana. Cidade que leva o nome de herói, Antônio João completa hoje 57 anos. **Campo Grande News**. 2021. Disponível em:<
<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/cidade-que-leva-nome-de-heroi-antonio-joao-completa-hoje-57-anos>>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

MARTINS, Paulo Marcos Esselin E. Carlos et al. **A Retirada Da Laguna E A Guerra Da Tríplice Aliança Contra O Paraguai**. Clube de Autores, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Plano Estadual de Educação. Secretaria de Estado de Educação, SED. Campo Grande. 2014. Disponível em:
<https://www.sed.ms.gov.br/plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em 11 de nov. 2022.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & sociedade**, v. 36, p. 1059-1075, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6DS4HvLb67DQC7ZnxHHQSzy/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 de set. 2022.

MENDONÇA, Estêvão de. **Datas Matogrossenses**. Niterói, Rio de Janeiro. 1º Ed. Escola Tup. Salesiana. 1919. Disponível em:< <https://rubensdemendonca.com.br/obras-digitalizadas>>. Acesso em 06 de abr. de 2022.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em:<
<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>>. Acesso em 02 de abr. 2022.

MIGNOLO, Walter D. Aiesthesis decolonial. **Calle 14: Revista de investigação en el campo del arte**, v. 4, n. 4, pág. 10-25, 2010. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3231040>. Acesso em 21 de set. 2022.

MIGNOLO, Walter. “Prefácio”. In: MIGNOLO, Walter (Org). *Arte y estética em la encrucijada descolonial II*. Ciudad autónoma de Buenos Aires: Del Signo, p. 07 - 09. 2014.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103. Disponível em:
<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

MODESTO, Farina; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. **São Paulo: Edgard**, 2006.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Memória Social da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em 08 de mar. 2022.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 21, n. 29, p. 19-38, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/326/167>. Acesso em: 25 de out. 2022.

OLIVEIRA, Cléo Alves P. Educação patrimonial no Iphan. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial_no_IPHAN.pdf. Acesso em: 15 de set. 2022.

OLIVEIRA, Francini V. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. **Plural**, v. 12, p. 11-20, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75669>. Acesso em: 19 de abr. 2022.

PELEGRINI, Sandra CA. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História (São Paulo)**, v. 27, p. 145-173, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/5qVmQ77T7fYHnhBVLdBsSRF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 de nov. 2022.

PELLEGRINI, Domingos. Questão de honra. São Paulo: **Editora Moderna**, 1999.

PEREGRINO, Miriane. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113110>. Acesso em 16 de set. 2022.

PEREIRA, Armando Arruda. **Heroes abandonados**. Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso, 1925.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória, história e cidade**: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 26, 2002.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>. Acesso em 23 de maio 2022.

POLLACK, Michael. “Memória e identidade social” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. **Estudos Históricos**, vol. 2, n.3, 1989. Disponível em:<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em 15 de mar. 2022.

QUEIROZ, Noemia Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. In: **Revista Museu**, 2010. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562. Acesso em 21 de set. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/lecturayescritura2/wp-content/uploads/sites/49/2020/03/T01-QUIJANO-Colonialidad-y-modernidad.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RAJCHMAN, John. **As conexões Deleuze** . Imprensa do MIT, 2000.

RIBEIRO, J. Cadima; REMOALDO, Paula Cristina. Patrimônio cultural e estratégia de desenvolvimento turístico da cidade de Guimarães. In: **Actas do 2º Congresso ‘Casa Nobre um patrimônio para futuro**. 2011. Disponível em: <http://apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2013/51A.pdf>. Acesso em 11 de jan. 2023.

RIBEIRO, J. Cadima; REMOALDO, Paula Cristina. Patrimônio cultural e estratégia de desenvolvimento turístico da cidade de Guimarães. In: **Actas do 2º Congresso ‘Casa Nobre um patrimônio para futuro**. 2011. Disponível em: <http://apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2013/51A.pdf>. Acesso em 10 de dez. 2022.

RICHARDS, Greg. Criatividade e turismo: o estado da arte. **Anais de pesquisa em turismo** , v. 38, n. 4, pág. 1225-1253, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738311001204>. Acesso em: 09 de set. 2022.

RIOS, E.; EDUARDA TRINDADE BARRETO, M.; LUIS ÁVILA DA CUNHA, ÁLVARO. Conhecendo Uruguaiana Através de Caminhadas: Uma Atividade de Extensão. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 5, n. 3, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/65185>. Acesso em 13 de jan. 2023.

ROCHA, Simone. Educação eugénica na constituição brasileira de 1934. **ANPED SUL**, v. 10, p. 1-14, 2014.

RUBINO, Silvana. “O Mapa do Brasil Passado”. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, número 24, Brasília, 1996.

- SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira”. **Revista de Antropologia**, p. 145-181, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616142>. Acesso em 15 de jan. 2023.
- SANTOS, Afonso Carlos Marque dos. Da casa senhorial à vila operária: patrimônio cultural e memória coletiva. **Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro**, v. 5, n. 13, p. 127-139, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.
- SAUDADE, Jardim da. **Em nosso jardim, as flores são só uma parte da homenagem**. Bahia, 2020. Disponível em: <https://jardimdasaudadebahia.com.br/#estrutura>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/157388>. Acesso em 13 de nov. 2022.
- SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Atila B. (Org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. **Caderno Temático de Educação Patrimonial**, João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, n. 2, p. 30-37, 2012.
- SCIFONI, Simone. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO?. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022. See More. Disponível em: SERPA, Élio Cantalicio;
- SILVA, Andreia Vicente. Disputas, compartilhamentos e exclusões rituais num cemitério público brasileiro. **Estudos de religião**, v. 32, n. 2, p. 235-263, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433404>>. Acesso em: 18 de mar. 2022.
- SILVA, Evandro Dias da; ZIOLKOWSKI, Gustavo Enéas. **A História de José Francisco Lopes- O Guia Lopes**. 20---. Jornal Estado do Pantanal. Disponível em: <https://jornalestadodopantanal.com.br/destaques/a-historia-de-jose-francisco-lobes-o-guia-lobes/>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, n. 19, p. 80-108, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>. Acesso em: 20 de set. 2022.
- SOARES, Ana Paula Nunes. **As cores do luto**. 2020. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/35142>>. Acesso em: 02 de abr. 2022.

SODRÉ, Reges. Preconceito socioespacial e insegurança urbana em Araguaína-TO. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 3, p. 116-131, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/64364>. Acesso em 01 de abr. 2022.

SOLANO, LEYVA; SPEED, Shannon. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. **Leyva, Xochitl, Araceli Burguete y Shannon Speed (coordinadoras), Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor, México, CIESAS/FLACSO Ecuador-Guatemala**, p. 65-108, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctvn5tzv7.21.pdf>. Acesso em: 18 de out. 2022.

SQUINELO, Ana Paula. **A guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)**. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2015.

TARLOW, Sarah. **Landscapes of memory: the nineteenth-century garden cemetery**. *European journal of archaeology*, v. 3, n. 2, p. 217-239, 2000. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez51.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 06 de fev. de 2022.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno Taunay. **A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai**. A. Garnier, 1921.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

TLOSTANOVA, Madina. La aesthesis transmoderna en la zona fronteriza eurasiática y el anti-sublime decolonial. **Calle14: revista de investigación en el campo del arte**, v. 5, n. 6, pág. 10-31, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2790/279021744002.pdf>. Acesso em: 27 de jul. 2022.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2018. Disponível em: <http://www.historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/12>. Acesso em: 24 de jun. 2022.

TRIPADVISOR, Nhandipá - Bela Vista. **De 1 a 3 coisas para se fazer em Bela Vista**. Disponível em: < https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2351363-d7235430-Reviews-Nhandipa-Bela_Vista_State_of_Mato_Grosso_do_Sul.html > Acesso em: 10 de mar. de 2022.

TUAN, Yi Fu. Enraizamento e senso de lugar. **Paisagem**, v. 24, p. 3-8, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. SciELO-EDUEL, 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira;

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2009. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/363>. Acesso em: 02 de out. 2022.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Editorial Universidad Andina Simón Bolívar, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 11 de set. 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar y Ediciones Abya Yala, 2009.

WALSH, Catherine; DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, p. 83-83, 2018.

WILLIAMS, Raimundo. A cultura é comum (1958). **Teoria cultural: uma antologia**, v. 5359, 2011.

APÊNDICE A

Transcrição da entrevista realizada ao Centro de atendimento ao turista e Departamento de cultura.

QUAL A FUNÇÃO DO CAT HOJE?

(A5) - Nós aqui realizamos o atendimento ao turista né, porém, de 05 anos para agora a gente tem aqui a secretaria de desenvolvimento econômico. Antes a gente só era o departamento de turismo e cultura, que era específico para o atendimento aos visitantes. Um apoio para o pessoal do artesanato. E aí de 05 anos para cá é que a gente tem a secretaria de desenvolvimento econômico. Há 01 ano que ela virou Secretaria de Desenvolvimento e Cultura, alterou o nome. Então aqui agora, a gente tem várias outras atividades também. A gente tem o departamento de meio ambiente, a gente tem o departamento de comércio e serviço, a gente tem a sala do empreendedor funcionando aqui também, o fomento ao agronegócio, o turismo e a cultura. Uma secretaria, porém o nosso foco é o atendimento aos turistas e aos munícipes, de passar as informações.

NA COMUNIDADE DO ENTORNO, OS JARDINENSES UTILIZAM O ESPAÇO DO “CEMITÉRIO DOS HERÓIS”?

(A4)- Como o CH é uma propriedade do exército, vamos dizer assim, ele só é dado a visitação perante a liberação do exército. Você não pode chegar lá e ter essa visitação sem ter uma hora marcada, assim como o Museu da Retirada da Laguna. Então, assim, o munícipe por enquanto, não pode chegar lá e adentrar. Neste momento não.

E ISSO INTERFERE NA SUA VISÃO?

(A4)- Não é que atrapalha, mas neste momento está interferindo. Por que antes ele poderia entrar lá, fazer essa visitação, mas depois que tomou a frente, foi tombado também, o exército ficou encarregado.

(A5) - Eu e a (...) somos as turismólogas aqui do departamento e trabalhamos a mais de 10 anos. E, assim, tudo o que a gente percebeu em relação a Retirada da Laguna, esse episódio da Guerra, não sei se pensar o seguinte, existem muitas famílias em relação à cultura, que sofreram com isso. Porque a gente tem uma influência do Paraguai, que é muito próximo. E as pessoas perderam muitos familiares, são coisas muito antigas, então para eles, essa questão da guerra, não é algo admirável. Isso demorou um tempo para a gente perceber, e até, ter um olhar de que não nasci aqui. Então ir visitar o cemitério não é muito deles, porque teve uma questão de perda de muitos paraguaios que têm ligações culturais sobre isso. Então a retirada da Laguna para as descendentes paraguaias, não foi uma história bonita, entende?!.

Porém com a gestão atual, ela veio como uma visão em transformar isso em algo que seja algo mais leve, em relação à saúde, ao lazer e ao entretenimento. Então com certeza com as ações que temos previstas essa é uma sensibilização, que a gente vai começar a fazer e nunca foi feita.

EXISTE OU JÁ EXISTIU AÇÕES, E GESTÕES ANTERIORES, AÇÕES EDUCATIVAS QUE ENVOLVESSEM O ESPAÇO?

(A4)- Sim, nessa atual nós estamos focando bastante em trazer essa parte cultural né. Que nada mais é que a história cultural que fez parte da região. Jardim é uma região importante porque ali morreram os principais comandantes, então a gente precisa passar isso desde a educação escolar. Porque isso imagina, fez parte da história do Brasil e as pessoas não se atentam para isso, e nem as escolas dão foco para isso. E a partir desses projetos que nós temos em andamento, começando com os produtos que estamos construindo, as crianças vão começar a ter essa consciência do que foi.

TEM ALGUM DOCUMENTO QUE VOCÊS PODERIAM COMPARTILHAR DESSE PROJETOS?

(A4)- A gente tem mais...

São várias ações que estão sendo construídas, desde asfalto até abertura de novos produtos, na proximidade, como ali é do Iphan né. Mas a gente pensa em novos produtos ali na região.

EXISTE DEMANDA REPRIMIDA PARA CONHECER O “CEMITÉRIO DOS HERÓIS”?

(A5) - são poucas, mas recebemos.

HÁ PELA EQUIPE UMA AVALIAÇÃO DE COMO A CIDADE RECONHECE O BEM?

(A4)- sim, assim, eu nasci em Jardim né. Eu morei fora e depois retornei para Jardim. Quando eu retornei eu me lembro que estava na 5ª série, e foi a primeira e única vez que eu visitei o cemitério dos heróis. Foi uma caminhada de educação física que nós fizemos até o espaço, e eu nem sabia que existia né. Mas assim, foi uma ação que eu nunca mais vi acontecer com escola, certo. Mas, os munícipes no entorno de lá sabem da existência dele. É o que eu estou dizendo, neste momento não está tendo visitação, a visitação que nós fazemos é assim. Quando vai ao Museu, e em seguida a pessoa vai até o cemitério junto com o exército.

SOBRE O MUSEU SER NO EXÉRCITO E NÃO NAS PROXIMIDADES DO CEMITÉRIO, VOCÊS TÊM ALGO A COMENTAR SOBRE ISSO?

(A4)- olha, o município não tinha, nunca teve interesse em construir nada nesse sentido, de um museu. Então veio uma pessoa lá de fora, um militar que começou o estudo do Museu e foi atrás. Teve todo um trabalho, uma paixão mesmo, porque o Rio de Janeiro tem os restos mortais das pessoas. Então eu falo assim, esse militar construiu aquele museu por amor mesmo. Antes disso não se pensava. Foi o militar que se empenhou, que foi atrás das pessoas que tinham acervo, é patrimônio deles por mérito deles.

COMO AVALIAM AS CONDIÇÕES DE ACESSO AO “CEMITÉRIO DOS HERÓIS”?

(A5) - Então, a gente já tem um projeto, a gente sabe que ali precisa de uma melhora na infraestrutura de acesso, e a gente já tem um projeto, com justificativa turística para simplesmente apresentar ao ministério do turismo e passar asfalto até lá. Mesmo porque a gente tem essa visão de ter outros atrativos naquela região, então a gente precisa além

da sinalização ser um local de fácil acesso para quem vai visitar. A gente entende que agora está precário. Mas estamos tentando alterar isso.

FALANDO NISSO, TEMOS A QUESTÃO DO LIXÃO. EXISTE UM PROJETO PARA RESOLVER ESSE PROBLEMA NAQUELA REGIÃO?

(A4)- Ele não está mais ativo, na verdade os munícipes fazem ele de lixão ainda. Ele ficou só para galhos e restos de construção. Nosso novo lixão já está funcionando em outro lugar.

NA AVALIAÇÃO DA EQUIPE HÁ POTENCIALIDADE TURÍSTICA PARA O “CEMITÉRIO DOS HERÓIS”?

(A5) - sim, com certeza.

QUAIS OS PRINCIPAIS ATRATIVOS VISITADOS EM JARDIM?

(A5) - o ecoturismo, os passeios já renomados. Por isso, a gente pensa como já temos o ecoturismo fortalecido, e a questão da proximidade com Bonito, nós queremos nos destacar em relação ao histórico cultural também, para podermos oferecer essa opção para quem vem e quer saber mais sobre esse mundo. Geralmente nós recebemos bastante visitantes do quartel, quem vêm aqui sabe, que tem curiosidade, alguns pesquisadores que vem só para isso. Mas a gente quer transformar em um produto turístico mesmo, que ele tenha aquele enfoque não tão científico, que tenha lazer e que tenha história.

HÁ PROPOSTAS PARA MELHORAR A DIVULGAÇÃO DO BEM?

(A4)- Ações estão sendo montadas. Nós estamos pensando numa trilha de visitação logo após o cemitério. Essa trilha ainda precisa ser autorizada pelo proprietário da área. E aí lógico, vai ter toda essa parte de sinalização, alguma coisa nesse sentido. Vai se chamar Trilha da Retirada da Laguna, ela vai fazer na frente do cemitério e chegar no rio, mesmo percurso que os soldados fizeram. Nós temos um diferencial, nós temos o turismo histórico, isso é legal.

APÊNDICE B

Transcrição das entrevistas realizadas junto aos professores da rede estadual.

PARTE 01

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA VOCÊ?

(A2) - “Acho que faz parte da sociedade, né, faz parte do município, um patrimônio cultural. Nós aqui de Jardim, temos um patrimônio cultural grandioso, do jeito que é o cemitério dos heróis, perfeito!”

(A3) - Algo que o próprio povo esculpiu para que seja utilizado, ou que seja, lembrado pelas pessoas. Com relação ao cemitério lembrar das pessoas que chegaram até ali, e assim, faleceram naquela época. Uma lembrança.

NO SENTIDO GERAL, SAINDO DA PERSPECTIVA DO CEMITÉRIO, PATRIMÔNIO É ALGO SÓ MATERIAL OU IMATERIAL TAMBÉM?

(A3) - Hoje como a gente fala muito sobre o socioemocional, dos sentimentos, eu acredito que tudo.

(A2) - Abrange fora né, o imaterial também. Não só o tijolo, envolve as músicas.

(A3) - Envolve as danças, as figuras, a arte. Então é muito abrangente. Patrimônio de um povo é riquíssimo.

(A2) - Tudo que é cultura, tudo o que ele faz ali, já é patrimônio daquela sociedade, desde da casa, aquele patrimônio é dele.

(A3) - Das histórias, eu me lembro quando criança, meu pai contava inúmeras histórias que ficou na mente da gente, isso pode ser considerado patrimônio cultural, dependendo da história.

(A2) - Com certeza!

VOCÊ JÁ VISITOU O CEMITÉRIO DOS HERÓIS?

(A2) - Já, várias vezes.

O QUE VOCÊ ACHOU?

(A2) - Olha a primeira vez que eu fui eu achei bem triste, por que ele era bem acabado, era destruído! A primeira vez que fui tem mais de 10 anos, e agora, com essa reestruturação, que fizeram essa reestruturação né, o quartel mobilizou, está perfeito!

(A2) - Ficou diferente até o ambiente, a chegada, não é mais um ambiente pesado. Ele já tem mais, sei lá, ficou mais alegre. Estranho isso, mas na minha concepção ficou melhor.

(A3) - Mas é que a palavra cemitério já remete a algo triste, talvez, seja isso a primeira impressão.

(A2) - Sim, ele era tão sujo, cheio de mato sabe, assim, ele não era cuidado. Ninguém olhava para ele, ele estava lá, um monte de tijolo e um monte de cruz, e pronto. Agora não, agora está lindo!

(A3) - Eu já visitei uma vez, e na verdade, até me surpreendeu. Por que quando você pensa em cemitério, você já pensa em algo triste, algo desolado, que você vai sentir algo realmente triste. Mas quando alguém me contou a história, e que não estavam os corpos, estavam apenas as lapelas, dos falecidos, então a gente já tem uma impressão diferente. Mais, está bem cuidado o ambiente né, se você chega lá com alguém que conta a história, você tem um pensamento diferente. Então é um local que realmente é um patrimônio histórico de jardim, muito legal.

O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O CEMITÉRIO NO SENTIDO DA HISTÓRIA, BELEZA, SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO?

(A2) - Eu penso que é muito importante, porém é pouco trabalhado. Pouco trabalhado, eu vejo até na escola, não se dá tanta importância quanto deveria. As pessoas aqui não valorizam, eu vejo assim, não dá o valor que ele precisa, que ele merece, tá lá e pronto. É um cemitério, é isso. Se você conversar com outras pessoas, fora nós da escola, eles não vão te dar muita importância, eles vão dizer desse jeito: ah é um cemitério, o que é que tem haver! Entendeu, então a cultura né, o que foi o passado, como foi o cemitério dos heróis, ele não tem importância para eles.

E VOCÊS TEM MUITOS ALUNOS DESCENDENTES DE PARAGUAIOS?

(A2) - Muitos, por ser fronteira. Eu creio que uns 20% ou mais de alunos, a maioria é descendentes de paraguaios do que...

(A3) - Tem uma miscigenação de povos nesse centro-oeste né, tanto vindo do sul, como vindo do sudeste, como vindo do norte e do nordeste. E outros países também, nós temos italianos e outras etnias e denominações. Mas eu falo do cemitério o seguinte, não tem aquele ditado que fala: casa de ferreiro, o espeto é de pau. Então, eu não dou valor no que é meu né, geralmente quem vem de fora tem mais curiosidade do que o próprio habitante.

(A3) - Por que convive né, tem aquele relacionamento mais próximo. Quem vem de fora já tem mais curiosidade. Talvez baste um click de curiosidade para que a gente aguace a curiosidade da própria população. Por que a gente sabe que tem alguns colégios que fazem esse projeto, de falar da retirada da laguna, de falar do que foi a guerra do Paraguai. (A3) - Quando você instiga o aluno ele tem essa curiosidade, talvez a gente, basta o professor instigar o aluno, para ele que ele tenha essa curiosidade e aí a gente faça um projeto para que a gente faça essa visitação, e eles tenham esse conhecimento. Por que quando a gente faz isso com eles, nossa! Eu sei por que a gente já fez alguns projetos e foi bastante visitado, eu mesmo, conheci a história do lado brasileiro e do lado paraguaio. Cada um tem sua perspectiva.

(A2) - Isso, tem lá. E no Paraguai, como é que eles contam essa história?!

(A3) - Isso é muito legal, então eu consegui visualizar e a gente tem uma perspectiva diferente. O aluno hoje, não sei se por causa que a gente está retornando do remoto, do ficar em casa, ele ainda está assim, um pé atrás do outro, a curiosidade não conseguiu fazer aquele estalo.

(A2) - Ta lento ainda né!

(A3) - A gente está com uma certa dificuldade, de colocar de implantar uns projetos diferenciados, para que eles possam abraçar junto com a gente, por que a gente precisa realmente desses projetos de intervenção, para que eles queiram e tenham curiosidade e vá.

(A2) - E nós tínhamos, um projeto desse, para visitaçãõ na nossa escola.

(A3) - A gente acaba ficando com medo, receosos desse momento, da saída do remoto e do covid, a gente acaba não fazendo certos projetos.

(A2) - Eu lembro uma vez que nós fizemos a trilha de bicicleta.

(A3) - Unificar aprendizagem e diversãõ.

FALANDO EM LAZER, VOCÊS ACHAM QUE ESSE ESPAÇO É UM ESPAÇO VIÁVEL PARA LAZER?

(A2) - Eu penso que lazer lá não.

(A3) - Acho que somente visitaçãõ, de conhecimento da cultura.

(A2) - Eu penso que é lugar para a gente respeitar, por que lazer? Como seria esse lazer, e se acontecer depreciaçãõ? As pessoas são...

É PORQUE ISSO É UMA QUESTÃO CULTURAL, POR EXEMPLO, SE OLHARMOS PARA OUTROS PAÍSES EXISTE O INTERESSE NESSES ESPAÇOS PARA O LAZER, CONTEMPLAÇÃO, PIQUENIQUE...

(A2) - Sim eles fazem né, um movimento nos cemitérios. Mas, aqui no Brasil não acho que seja cultural.

VOCÊ ACHA QUE O ESPAÇO COMPORTA ALGUÉM QUE TENHA INTERESSE EM LAZER?

(A2) - Talvez se, tivesse a trilha. Que passasse por lá, se tivesse alguém que ficasse lá para contar a história, talvez desse certo.

HOJE A GENTE TEM O MUSEU DA RETIRADA DA LAGUNA, QUE FICA DENTRO DO EXÉRCITO, JÁ FORAM VISITAR?

(A2) - Sim.

(A3) - Não.

VOCÊS ACHAM QUE O MUSEU FOI IMPLANTADO NO LUGAR CORRETO?

(A2) - Pela questão do cuidado, eu acredito que sim. Por que qual outro lugar?

NO PRÓPRIO CEMITÉRIO, TALVEZ?

(A2) - Não, não daria.

(A3) - Não combina os lugares, o acesso.

(A2) - Até pela questão do cuidar, e uma pessoa para estar ali, para cuidar do lugar. Porque quem teve a iniciativa de criar o museu foi o quartel, não foi a prefeitura ou um professor que veio de fora, não. Foi um comandante, que não me lembro o nome e disse que: era uma história muito linda, então vamos deixar aqui dentro do quartel. Então eu acredito que o museu lá, só se sei lá, se o quartel colocasse alguém de manha, tarde, noite, madrugada.

(A2) - Porque o quartel perante a lei é o guardião do cemitério, então de certa forma, deveria ter alguém cuidando do espaço.

(A3) - É...

PERGUNTO POR QUE, POR EXEMPLO, VOCÊS ALEGARAM QUE LÁ NÃO É VISTO COMO LAZER E SIM PARA CONHECIMENTO. O MUSEU TEM ESSA MESMA ABORDAGEM, DE CONHECIMENTO...

(A2) - Sim, talvez se tivesse o museu lá seria um lazer também né, as pessoas poderiam ir né. Sabe por que, eu vejo assim, a questão do museu do quartel. As pessoas vêm de fora, a gente fala assim, “tem um museu” onde fica: “no quartel” - ah, mais deve ser difícil de entrar”.

(A3) - O acesso.

(A2) - Eles acham que é difícil o acesso, dentro do quartel é difícil. tanto é que agora parece que eles fizeram outro museu. Onde era o Coronel Felício, outra escola.

(A3) - Sim, ampliaram.

(A2) - São dois museus que tem no quartel. Na parte que entra mesmo ali, e na parte do fundo. Então eu penso, que já tenha esse outro para que tenha mais acesso as pessoas, a população.

(A3) - É se a gente for olhar pelo olhar geográfico, acho que não teria acessibilidade ao museu nas proximidades do cemitério, até pelo acesso. A estrada tem um matagal um pouquinho generoso, tem um lixão. O acesso ao museu no cemitério, talvez não tivesse tanto acesso como é aqui, praticamente no centro da cidade, embora você precisa de autorização para entrar no museu, mas é um lugar acessível, centro da cidade. E pela organização, pelo cuidado que precisa ter, pela reestruturação toda o quartel seria um

lugar excelente. É claro, que se tivesse um outro prédio, dentro da cidade, para que as pessoas tivessem acesso sem precisar dessa autorização, talvez fosse mais viável.

(A2) - Fora do quartel né.

(A3) - Mais aí, dentro da cidade, não tão perto do cemitério. Porque a gente sabe que o cemitério é um lugar mais restrito, e trás muitos sentimentos, que você vai sentir algo.

DIGO ISSO, PORQUE, QUANDO A GENTE OLHA PARA A VISITAÇÃO DO MUSEU EM COMPARAÇÃO A VISITAÇÃO NO CEMITÉRIO, ELA É MENOR. ENTÃO TALVEZ, SE FOSSE ALGO INTEGRADO, DA MESMA FORMA QUE VOCÊ VAI NO CEMITÉRIO, VOCÊ SÓ ENTENDE SE ALGUÉM ESTIVER EXPLICANDO, TER O MUSEU NO MESMO ESPAÇO FARIA COM AQUILO FOSSE MAIS EXPLICATIVO.

(A2) - As pessoas não entendem, não sabem o que é. Como é uma estrada que termina no rio, muitas pessoas vão conhecer o rio e vê um cemitério, e pensa: Meu Deus e esse cemitério aqui? Não conhecem, não sabem.

(A3) - Mas eu acho que se fosse para fazer um roteiro de visitação, tanto para o museu quanto para o cemitério, seria complemento um do outro. Você visitou o museu, e finaliza com o cemitério. Foi assim que a gente fez lá no Silvia Corá, a gente fez vários pontos de visitação, inclusive o guia nos contou a história e a gente leu a história antes, onde o Solano Lopez morreu, decapitado. E onde ele foi enterrado junto com a esposa, tem só simbolicamente dois caixões. A gente fez tipo uma via sacra né, andando, fazendo os mesmos percursos que os soldados fizeram.

(A2) - Antes, eu não sei se você participou, o quartel fazia um projeto “Retirada da Laguna”, do jeito que ela está falando. E fazia aberto para o público, era tudo organizado, perfeito. Hoje, depois da pandemia, isso acabou. É um projeto maravilhoso. E não era só aqui em Jardim que eles visitavam, iam em Guia Lopes.

E HOJE, VOCÊS NÃO TEM NENHUM PROJETO EM AÇÃO?

(A3) - Não.

(A2) - Não, esse ano não, por que a gente está bem aos poucos. Agora que conseguimos tirar totalmente as máscaras, ainda temos alunos que usam a máscara, tem essa resistência.

Já fizemos vários projetos no passado, inclusive com o quartel sobre a retirada da laguna.

(A3) - Tem muita coisa aqui na cidade mesmo, que muita gente não conhece, não vou dizer nem que é falta de interesse, às vezes não teve oportunidade de conhecer, uma delas, é o próprio museu e o cemitérios né, não conhecem.

DURANTE A GRADUAÇÃO DE VOCÊS, OU FORMAÇÃO CONTINUADA VOCÊS TIVERAM CONTATO COM O TERMO/CONCEITO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

(A3) - Não.

(A2) - Não. Você é a primeira pessoa que esta falando sobre isso para nós.

(A3) - A gente sabe que existem inúmeros patrimônios tombados pela humanidade né, mas estudos não.

(A2) - Para mim, que estou há 20 anos na educação, esse conceito é novo!

(A3) - Ao passo que anda a comunidade, nós precisamos sempre de novas perspectivas né. É assim mesmo, por que a gente sabe que tudo é uma mudança e o ser humano é assim. A gente estuda o trabalho emocional, o social, a cultura, o trabalho, tudo. Uma perspectiva nova muito bacana.

(A2) - A gente tem a mania de olhar só a perspectiva brasileira, eu mesmo nunca fui atrás.

(A3) - É o que eu falo para os alunos, tem que ter a criticidade, mas a gente tem que conhecer os dois lados, para que eu seja aquele crítico com palavras coerentes, conhecendo um todo. Se eu não conheço por um todo, como eu posso ter essa criticidade em qualquer assunto.

(A3) - Eu vi esses dias, no facebook, se não me engano em Campo Grande. Eles diminuíram o valor da entrada do cinema, ou seja lotou. Então as pessoas não são aculturadas né, eles gostam de ir, só que o preço é menos acessível principalmente para uma camada menos favorecida, eles não vão, não ao teatro, não vão ao um show, ao cinema. E por que? Por que não tem condição de ir, se tem uma família de menor poder aquisitivo.

(A2) - Não vão mesmo.

O CEMITÉRIO TEM A VISITAÇÃO GRATUITA, SOBRE OS EMBATES COM OS MILITARES E AUTORIZAÇÕES?

(A2) - No caso, se a gente for lá hoje, por exemplo, ele está com cadeado. Então o que acontece, a pessoa quer fazer o que quer pular né. Ai pula aquela cerca, aquele murinho. Está infringindo a lei né.

A escola quando leva, já avisa né. Por que dai a gente não precisa ficar pulando muro ou varando cerca, então a gente faz esse aviso e eles já deixam liberado.

Agora nós aqui, vamos lá munta num carro e vamos chegar lá, não. Está lá o cadeado.

Poderia ter alguém, já que é do quartel, então por que não poe um soldado lá, para ficar ali, pelo menos durante o dia. Porque as pessoas vão ali, eles querem conhecer, aí quem sabe né, se tiver alguém, o portão vai estar aberto, você pode vim visitar a hora que quiser. E aí o portão fechado você não pode.

(A3) - Sim, o dia que eu fui lá, meu esposo era do quartel, então eles estavam fazendo manutenção, por isso, eu pude conhecer. Se não, estaria fechado.

(A2) - Então, às vezes, muitas pessoas que vêm de fora não conseguem conhecer, porque está lá o cadeado.

COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO?

(A2) - É um excelente ponto, eu falo que é maravilhoso!

PARTE 02

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA VOCÊ?

(A1) - Algo que pertença a uma comunidade, num sentido de cultura, de pertencimento, de identidade e memória. O imaterial, por exemplo, os hábitos, cotidiano.

VOCÊ JÁ VISITOU O CEMITÉRIO DOS HERÓIS? O QUE ACHOU DO LOCAL?

(A1) - Interessante né, a nossa cidade tem algo muito importante na história do Brasil, que é a Guerra do Paraguai, e muitas pessoas não valorizam o que tem aqui na cidade de Jardim.

O acesso é razoável, porque é uma estrada de chão, mas não é tão ruim assim. é próximo da cidade.

FALANDO EM LAZER, VOCÊS ACHAM QUE ESSE ESPAÇO É UM ESPAÇO VIÁVEL PARA LAZER?

(A1) - Não, acho que não, porque as pessoas não se deslocariam para lá para lazer. A maioria das pessoas nem sabem o que é cemitério dos heróis. Então as pessoas passam por lá sem nem saber do que se trata. Acho que no momento, não atrairia as pessoas para lazer.

E O CEMITÉRIO NA PERSPECTIVA DE CONHECIMENTOS HISTÓRICOS?

(A1) - Bastante, mas poderia ser mais utilizado. Pouco explorado, apenas nos eventos que o exército promove esporadicamente. Já visitei pela escola por interesse próprio.

DESCONHECE PROJETOS ANTERIORES QUE ENVOLVEM O CEMITÉRIO. FORMADO EM 2021, ALEGOU NÃO TER VISTO NA GRADUAÇÃO O TERMO/CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. MAS ALEGOU QUE:

(A1) - Com a mudança do Ensino Médio, as unidades curriculares. Uma delas trabalha o *Trem do Pantanal*. E dentro dessa disciplina, a gente trabalha o aspecto cultural de patrimônio. Então nessa disciplina que eu trabalhei no primeiro semestre já aproximava o aluno desse entendimento.

COMO É A ACEITAÇÃO DOS ALUNOS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL?

(A1) - É uma grande novidade para eles, eles conhecem muito pouco da nossa cultura e realidade, por exemplo, na disciplina quando a gente trabalhou o trem do pantanal. Eles não conheciam o Almir Sater, que é um dos grandes músicos do MS. A nossa cultura não está muito enraizada no cotidiano deles. O funk, a cultura do sudeste, rio de janeiro e São Paulo. As nossas raízes aqui passam na maioria dos casos despercebidas. Mais, achei positivo nessas unidades curriculares trabalhar com cultura.

VOCÊ SABIA QUE EM JARDIM POSSUI UM MUSEU DA RETIRADA DA LAGUNA?

(A1) - Sim, mas não visitei.

Dentro do quartel eles têm a possibilidade de fazer a administração do museu melhor do que lá, por exemplo.

Dentro dos últimos dois anos, não participou de ações, devido a pandemia. Mas, a escola promoveu algumas outras visitas, como o bioparque em Campo Grande e a estrada ferroviária.

VOCÊ CONCORDA QUE EXISTE UMA GRANDE DESCENDÊNCIA PARAGUAIA NO MUNICÍPIO E NA ESCOLA?

(A1) - Sim, estamos do lado da fronteira. Nossas culturas são mescladas. Aqui em Jardim, em grande parte decente do paraguaio.

E HÁ UM ESTRANHAMENTO PELOS ALUNOS?

(A1) - Eles não questionam, eu como professor, busco trazer perspectivas diferentes de como a história é construída. Da perspectiva paraguaia e perspectiva brasileira. Mas, o aluno não.

Hoje nós temos um empobrecimento cultural, os jovens não se interessam pelas histórias, pelos mais velhos, pelo passado. Eu vejo que até mesmo no sobrenome, as pronúncias corretas estão se perdendo. Eles não falam mais como pertencentes a uma linhagem diferente.